

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

**A REVITALIZAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO
MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE - RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cristina Dalmolin

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

A REVITALIZAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE – RS

por

Cristina Dalmolin

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), na área de concentração História e Patrimônio Cultural, linha de Pesquisa História e Patrimônio Cultural, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO
CULTURAL
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM PATRIMÔNIO
CULTURAL**

**A COMISSÃO EXAMINADORA, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado**

**A REVITALIZAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE
PINHAL GRANDE – RS**

**elaborada por
Cristina Dalmolin**

**Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural**

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr. UFSM
(Presidente/Orientador)**

Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr^a UFSM

Zita Rosane Possamai, Dr^a UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Júlio Ricardo Quevedo dos Santos pelos seus ensinamentos, dedicação e pela sua paciência em ensinar. Aos colegas da Casa da Cultura de Pinhal Grande – RS registro meu muito obrigada, pelo apoio e pela amizade durante esses anos. E, por fim devo um agradecimento, em especial, ao Maiquel Rosauo pela sua compreensão, apoio e amor incondicional.

EPÍGRAFE

No museu dos embaraços
Toquei com os meus braços,
Eu estava sozinho ali,
No escuro do salão
Senti que toquei
Mas não vi.
Fios de armar bandeiras,
Sabres, escudos e lâminas embainhada,
Dom Quixote matando moinhos,
Kamikazes e os seus sonhos de liberdade,
Sei que toquei;
Mas não vi.
Circo de fantoches, palhaços e risos,
Heróis e vilões com histórias pra contar,
Da paz e da guerra, amores e tentações,
Assombrações noturnas,
Sei que toquei;
Mas não vi.
O vento balançou a cortina e
Apagou as velas dos candelabros de prata,
Távora redonda, cavaleiros mortais,
O coxo e o corcunda da torre,
O carrasco e a forca, Tiradentes herói,
Sei que toquei;
Mas, não vi.

José Aparecido Botacini

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural
Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

A REVITALIZAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE - RS

Autora: Cristina Damolin

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Data e local da defesa: Santa Maria, 07 de abril de 2011 – Prédio 74 Campus/UFSM

Este trabalho almeja apresentar os resultados da pesquisa que foi realizada no Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande para a produção da dissertação do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. A proposta do projeto “A Revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande - RS” surgiu na estimativa de buscar respostas para o desconhecimento da população local para com esta instituição e também no intuito de zelar pela conservação do significativo acervo que o Museu possui. A pesquisa consistiu na história local, identificando elementos da constituição e formação do município de Pinhal Grande como forma de entendimento das peças que o Museu em questão guarda. Ainda no estudo da história local foi possível salientar alguns aspectos das 16 comunidades, as quais formam o município, salientando a forte presença religiosa no gerenciamento das atividades sociais de cada região. A questão do patrimônio, da identidade e da memória também entraram em pauta para o melhor entendimento do patrimônio museológico. Este artigo está dividido da seguinte forma: Primeiro, é apresentado um histórico do município de Pinhal Grande, como forma de entendimento da constituição do acervo. Na sequência, são levantados alguns apontamentos referentes às transformações que o campo do patrimônio cultural brasileiro teve até entender e valorizar a diversidade cultural existente no Brasil. Por fim, são relatadas as ações realizadas na Instituição, os desafios encontrados para revitalizar o local e a análise da antropologia visual do acervo fotográfico do Museu.

Palavras-chave: imigração italiana, museu, patrimônio e memória.

ABSTRACT

Dissertation
Graduate Program in Cultural Heritage
Professional Master's Degree in Cultural Heritage
Federal University of Santa Maria

THE REVITALIZATION OF THE MUNICIPAL MUSEUM OF PINHAL GRANDE - RS

Author: Cristina Dalmolin
Leader: Prof. Dr. Julio dos Santos Ricardo Quevedo
Date and place of defense: Santa Maria, 07 of April of 2011 – Edifício 74-
Campus/UFSM

This study presents the results of research conducted at the Municipal Historical Museum of Pinhal Grande. This creation is for the Professional Master's Degree thesis in Cultural Heritage at the Federal University of Santa Maria. The project proposal "Revitalization of the Historical Museum of the City of Pinhal Grande - RS" a determination came up in search of answers to the innocence of the local population of the institution and also to ensure the preservation of the important collection that the museum owns. The investigation included local history, identifying the elements of constitution and the formation of the town of Pinhal Grande as a form of understanding the part of the museum in the custody issue. Although the study of local history was possible to highlight some aspects of the 16 communities that make up the Council, stressing the strong religious presence in the management of social activities in each region. The question of heritage, identity and memory have also entered the agenda for better understanding of the heritage museum. This article is divided as follows: First, it presents a historic town of Pinhal Grande, as a way of understanding the constitution of the body. Here are some questions raised regarding the changes that the cultural heritage of Brazil had to understand and value the diversity that exists in Brazil. Finally, we describe the measures taken by the institution, the challenges encountered and to revitalize the local analysis of visual anthropology museum photographic collection.

Keywords: Italian immigration, museum, heritage and memory.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 08 |
| CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE..... | 11 |
| 1.1. Histórico do Município de Pinhal Grande..... | 11 |
| 1.2 Breve apresentação das 16 comunidades do município de Pinhal Grande..... | 15 |
| 1.2.1 Comunidade Assentamento Fazenda do Sobrado..... | 19 |
| 1.2.2 Comunidade de Cerro Azul..... | 20 |
| 1.2.3 Comunidade do Coxilhão dos Taquarianos..... | 22 |
| 1.2.4 Comunidade de Dois Irmãos..... | 24 |
| 1.2.5 Comunidade da Encruzilhada..... | 25 |
| 1.2.6 Comunidade do Espinharedo..... | 27 |
| 1.2.7 Comunidade de Gringuinha..... | 29 |
| 1.2.8 Comunidade de Limeira..... | 31 |
| 1.2.9 Comunidade de Mãe Rainha..... | 32 |
| 1.2.10 Comunidade da Medianeira..... | 33 |
| 1.2.11 Comunidade do Rincão do Appel..... | 35 |
| 1.2.12 Comunidade do Rincão dos Basílios..... | 37 |
| 1.2.13 Comunidade do Rincão da Várzea..... | 38 |
| 1.2.14 Comunidade de São Cristóvão..... | 39 |
| 1.2.15 Comunidade de São José do Pinhal..... | 41 |
| 1.2.16 Comunidade de Passo do Jacuí..... | 43 |
| 1.3.A presença dos italianos no município de Pinhal Grande..... | 45 |
| CAPÍTULO 2 – A COMUNIDADE PINHAL-GRANDENSE E O MUSEU..... | 51 |
| 2.1. Algumas considerações referentes ao campo do patrimônio cultural | 51 |
| 2.1.2 A questão do patrimônio cultural no Brasil..... | 54 |
| 2.2 As transformações ocorridas no espaço museológico..... | 69 |
| 2.2.1 O Museu no Brasil..... | 78 |
| 2.2.2 Uma nova concepção de Museu..... | 81 |
| CAPÍTULO 3- DO CAOS SE FAZ O MUSEU..... | 86 |
| 3.1 O Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande..... | 86 |
| 3.1.2 A experiência na organização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande..... | 92 |
| 3.2 O acervo fotográfico do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande..... | 94 |
| 3.2.1 Análise das fotos do acervo do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande..... | 99 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 114 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 117 |
| ANEXOS..... | 125 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado da pesquisa realizada para a produção da dissertação do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, que foi apresentado para a aquisição do título de Mestre em Patrimônio Cultural.

Sendo pertencente ao município de Pinhal Grande e estar coordenando as atividades frente ao Departamento de Cultura e Turismo do local e, ainda agregando a função de Diretora do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande, foi de fundamental importância desenvolver um projeto nessa área. Esse trabalho, além de ser indispensável para a instituição, não deixou de ser uma motivação pessoal em buscar a especialização na área.

A proposta do projeto “A Revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande” surgiu no intuito de buscar respostas para o desconhecimento da população local para com esta instituição. Além disso, o Museu agregava valor como local de “guarda de velharias”, função definida pela maior parte da população. O que foi mais instigante em propor este trabalho foi ter encontrado um local com um rico acervo, mas com péssimas condições de conservação. Pode-se acrescentar que o Museu é um bem cultural, um patrimônio que guarda marcas importantes da história local.

O Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande foi criado por lei municipal nº 589, sendo que seu acervo teve início em uma gincana cultural realizada ainda no ano de 1999, no qual uma das tarefas era recolher peças antigas, heranças de famílias. A maioria dessas peças foi guardada sem nenhum tipo de identificação, o que hoje busca ser solucionado através do diálogo aberto com a comunidade, em especial, com os Grupos da Terceira Idade.

O acervo, em questão, abriga uma gama diversa de objetos: fotos, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, máquinas utilizadas pelo comércio local, peças arqueológicas, objetos sacros, documentos, entre outros.

Salienta-se que o espaço destinado ao Museu não apresenta as condições necessárias de conservação do acervo museológico, assim uma infraestrutura adequada é indispensável para que possa ser desenvolvido um trabalho de preservação e conservação do acervo. Ainda é preciso estabelecer um local onde possa ser realizada a catalogação das peças, bem como a sua higienização e acondicionamento a fim de garantir a sua longevidade.

Nesse sentido, o estudo realizado fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, documental e história oral, composta por três capítulos: O primeiro: *A História do Município*

de Pinhal Grande apresenta um Histórico do Município e traz algumas discussões relativas ao conceito de história, identidade e memória. Sob este aspecto foi fundamental a compreensão da história local, bem como das memórias formadoras da identidade do município de Pinhal Grande. Foi importante entender o espaço Museu como um patrimônio cultural, ou seja, um local capaz de garantir a guarda da história e da memória local. O Museu é um espaço onde a identidade, no caso a marca desta comunidade ítalo-brasileira da cidade de Pinhal Grande, objetiva ser preservada e divulgada.

O segundo capítulo, *A Comunidade pinhal-grandense e o Museu* têm a pretensão de abordar sinteticamente a relação estabelecida entre este núcleo populacional e o espaço Museu, buscando compreender o afastamento que esta comunidade tem com esta instituição, sendo que foi criado pela mesma. Neste capítulo, se fará uma discussão teórica a respeito de como se constituiu esse espaço, bem como as tipologias de Museu que foram tidas ao longo dos anos.

Sendo assim ao estudar e conhecer seu passado, a comunidade elege traços que a identificam e possam caracterizá-la enquanto um grupo. Porém, mais importante que isso é o reconhecimento da diferença que faz parte de todo e qualquer processo de identificação e neste ato de reconhecer o distinto o respeito à diversidade cultural, que compõe a sociedade brasileira, passa a ser contemplado. Dessa forma, a relevância de preservar a memória torna o patrimônio cultural fundamental para materializar uma determinada identidade, nesse caso específico o Museu assume este papel.

No terceiro capítulo: *Do caos se faz o Museu: Práticas e experiências na Busca pela Revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande* serão mencionados os resultados do trabalho realizado, bem como os avanços alcançados neste espaço de tempo. A proposta inicial deste capítulo é apresentar algumas das metas que puderam ser cumpridas com o trabalho feito na instituição. O Museu, nesta perspectiva, deve possuir o papel social de identificar um determinado grupo, sendo um meio onde este grupo reflète sobre as relações entre o passado e o presente e promove assim a consciência da responsabilidade em relação a sua história e ao seu patrimônio.

Neste aspecto se fará um levantamento da trajetória traçada pela busca da Revitalização do espaço Museu. Assim, o projeto pensou em criar condições de ideais de organização bem como de definir um sistema de catalogação e difusão do acervo, ou seja, buscou-se estabelecer um traçado de programas básicos para o funcionamento da instituição. Como por exemplo, o institucional, de gestão de pessoas, de acervos, de exposições, de pesquisa, arquitetônico, de segurança de difusão e divulgação da instituição. Ainda será

apresentado um breve relato das histórias de famílias do município de Pinhal Grande, as quais foram reveladas através das fotografias que fazem parte do acervo do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande.

Portanto, neste texto se apresenta o planejamento geral da dissertação, a redação dos capítulos que compõem a dissertação com o propósito da obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE

Este capítulo objetiva apresentar o município de Pinhal Grande, demonstrando a sua localização, bem como abordando de forma sintética o histórico de sua formação. Na história de Pinhal Grande serão apresentadas as 16 comunidades que formam o município, destacando o aspecto religioso das mesmas. Serão discutidos ainda conceitos relativos à memória e a identidade, considerando a sua importância no desenvolvimento da instituição Museu e na preservação da história local. As fontes básicas para este capítulo foram fontes bibliográficas e documentais, conforme referência apresentada ao final deste trabalho.

1.1- Histórico do Município de Pinhal Grande

O município de Pinhal Grande - RS foi criado pela lei municipal nº 9600, de 20 de março de 1992, onde a instalação do local se deu em 1º de janeiro de 1993, fruto de uma luta representada pela Comissão de Emancipação. A Comissão de Emancipação foi constituída por representantes da comunidade local, os quais desempenharam um trabalho árduo para alcançar à almejada emancipação do Município.

A ideia pioneira de emancipação partiu de Bruno Schultz, que praticava odontologia na região. O sonho pela independência de Júlio de Castilhos começou a ganhar forma no início da década de 1990, pelo fato da prestação dos serviços públicos essenciais serem precários. Assim, assumido por um grupo de pessoas, tendo a frente o Padre Erno Emilio Luft, a ideia de emancipação político administrativa foi crescendo com muita determinação e entusiasmo.

Na noite do dia 23 de junho de 1990, no Salão Paroquial São José, as lideranças do distrito e sua população se reuniram com a finalidade de eleger uma Comissão Emancipacionista que trabalharia para alcançar a independência do município de Júlio de Castilhos. A Comissão do 4º Distrito de Pinhal Grande foi credenciada junto a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e também junto aos fóruns de Júlio de Castilhos e Faxinal do Soturno.

A Comissão desempenhou um importante papel na luta pela emancipação, levantando a documentação que era necessária para obter o êxito desejado. No ano de 1991, a luta emancipacionista ganhou o apoio do senhor Sérgio Barcellos, que concedeu um espaço em sua emissora de rádio para informar a população sobre o andamento do processo. O mapa do futuro município foi confeccionado, levando em consideração os acordos feitos com os prefeitos dos municípios Júlio de Castilhos e de Nova Palma. A proposta de criação do novo município foi levada ao plenário da Assembleia Legislativa do Estado e a votação foi acompanhada de perto pela Comissão. Uma vez o plebiscito aprovado, foi realizado no dia 10 de novembro de 1991, quando o sim venceu com 1.721 votos favoráveis.

Após esse processo, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 20 de março de 1992, pela lei de número 9.600 cria o município de Pinhal Grande e, sua instalação se deu no dia 1º de janeiro de 1993.

A localização do município de Pinhal Grande pode ser visualizada no mapa abaixo:

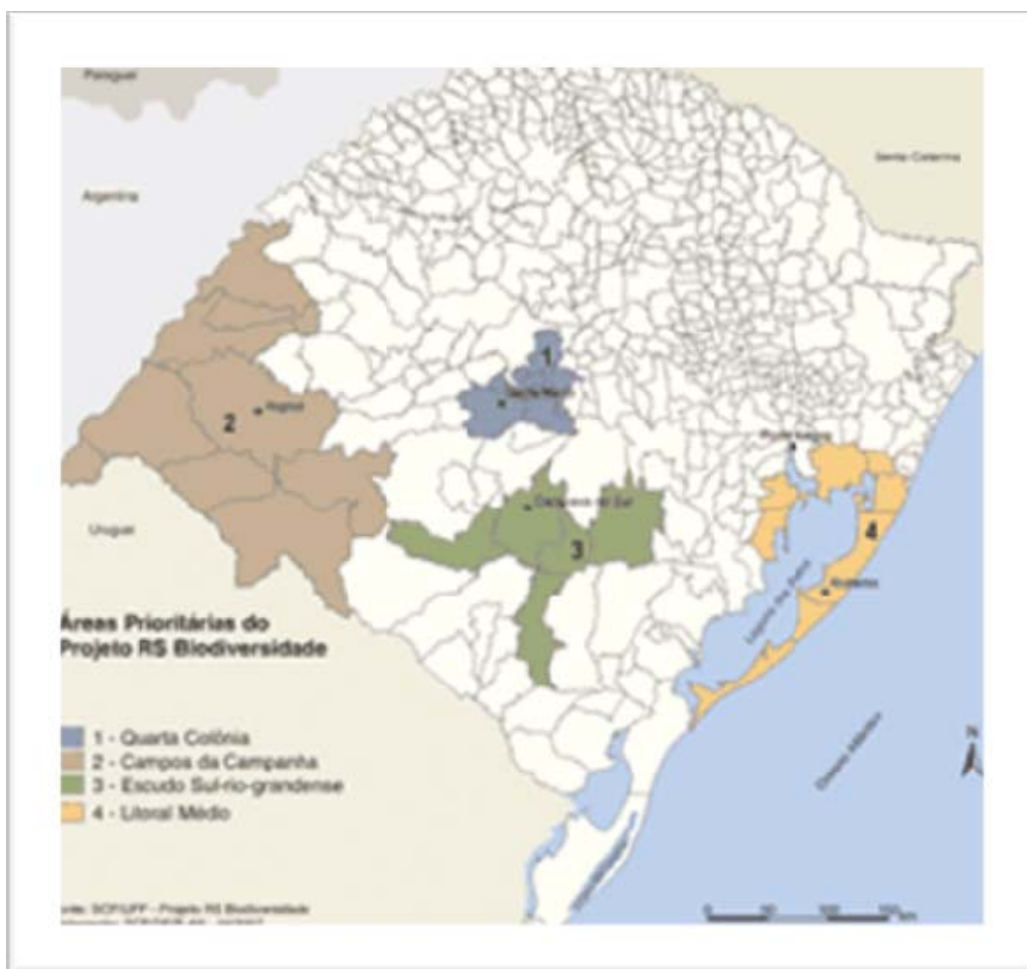


Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul destaque em azul a Quarta Colônia de Imigração Italiana. (Fonte: www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/img/mapa)

A história deste local tem início com a ocupação indígena, essas terras, anteriormente longínquas, que deram origem ao que hoje é Pinhal Grande, já foram habitadas pelos índios tupis-guaranis, entre eles os tapes. A ocupação foi propícia devido à riqueza das águas na região, mais especificadamente, provindas do Rio Jacuí. Segundo o escritor Firmino Costa o povoamento indígena na região teria iniciado da seguinte maneira:

...eles teriam passado das ótimas várzeas do Rio Jacuí, hoje alagada, onde a plantação era fácil. Lá encontrou-se vários testemunhos antigos, cerâmicas e artefatos líticos... subiram depois esses índios para vales dos afluentes desse grande rio, e através das serras do Município de Pinhal Grande, teriam chegado aos abundantes matos e mesmo a regiões de campo próximo a atual cidade, de onde se distribuíram a toda a região¹.

Ainda, de acordo com Costa os tapes foram encontrados pelos jesuítas, padres da Companhia de Jesus, no início de século XVII, dando origem a Redução de Natividade de Nossa Senhora, localizada no município de Pinhal Grande. O autor destaca que os descendentes desse grupo seriam os índios nativos que iriam povoar as matas e os campos que, mais tarde, dariam origem ao território que conhecemos atualmente como sendo pertencente a Pinhal Grande.

Segundo o livro “Pinhal Grande: Contribuição ao Estudo da História de Seu Município”, a denominada Redução de Natividade de Nossa Senhora teria sido extinta no ano de 1638 devido ao medo de uma invasão dos bandeirantes. Os bandeirantes eram homens contratados pelos portugueses para realizar o aprisionamento dos indígenas e também dos escravos fugitivos. Estas expedições iniciaram em São Paulo e se dirigiram ao interior do Brasil, as quais eram chamadas de entradas ou bandeiras, além disso, eram expedições oficiais organizadas pelo governo e financiadas por particulares.

Os bandeirantes que disseminavam o medo e o terror por onde passavam, estiveram próximos dessas terras. No caso específico de Pinhal Grande, a ameaça de uma invasão dos bandeirantes fez com que a Redução Jesuítica de Natividade de Nossa Senhora acabasse sendo extinta. Os jesuítas acabaram abandonando o local e indo embora para o que hoje é território uruguaio.

Acrescenta-se que os ataques dos bandeirantes as reduções próximas a Natividade foi o que culminou a fuga de jesuítas e também de indígenas. O núcleo jesuítico teria sido

¹ COSTA, Firmino. Pinhal Grande: **Contribuição ao Estudo da História de Seu Município**. Pinhal Grande, RS: Casa de Cultura, 2007.p.21.

estabelecido em torno de uma grande praça, com uma igreja em frente à face sul confirmando a imponência das leis de Deus.

As missões eram aldeamentos dirigidos pelos jesuítas, nas quais os indígenas recebiam formação religiosa cristã. Eram eles que construíram a igreja, as casas, o colégio, as oficinas para trabalhos de carpintaria, marcenaria, etc. Tudo muito simples. Também cultivavam produtos para a sobrevivência dos moradores da missão. Foram eles que introduziam o gado na região².

Pode-se salientar que a Redução de Nossa Senhora de Natividade foi extinta em um período de intensa atividade em torno do artesanato, em especial, na tecelagem de lã e do artesanato em couro, este último desenvolvido para a lida com o gado. A Redução acabou sendo abandonada com o adentrar das bandeiras, no território que hoje conhecemos por Rio Grande do Sul, pelo medo que foi sendo disseminado pelas armas de fogo e pela brutalidade adotada por parte dos bandeirantes. Assim, convencidos pelos jesuítas, os índios abandonaram a Redução e seguiram rumo aos territórios, conhecidos atualmente, da Argentina e do Uruguai.

Após o abandono da região pelos jesuítas, a história do município de Pinhal Grande entra num chamado “profundo silêncio”³, sendo despertado somente com a chegada dos tropeiros, posseiros que acabaram delimitando um vasto espaço de terras e estabelecendo as estâncias. Dessa maneira, pode-se citar o personagem João Gonçalves Padilha como o primeiro povoador do Município de Pinhal Grande⁴.

João Gonçalves Padilha teria sido o primeiro homem branco a pisar nas terras de Pinhal Grande, após a permanência dos jesuítas. Padilha era um tropeiro que comercializava animais na conhecida feira de Sorocaba, interior de São Paulo. A “descoberta” teria sido feita devido à busca por explorar novas terras, espaços ainda ociosos. Assim, o tropeiro se estabeleceu em terras devolutas que já haviam pertencido a Estância de Santo Antônio.

² QUEVEDO, Júlio. **História Compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.p.18.

³ A expressão “profundo silêncio” foi utilizada pelo fato de não haver registros sobre o local nesse período até a chegada dos primeiros tropeiros. Porém não se deve esquecer que a região continuava sendo habitada pelos indígenas, isto é, pelos caçadores-coletores que é a forma mais correta de se referir. Dados sobre esses povos são ainda desconhecidos pela história, pois necessitam de estudos científicos para desvendar os mistérios que ainda envolvem a região. Cabe destacar que o Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA) está realizando pesquisas sobre os grupos de caçadores-coletores que viveram em território pinhal-grandense. As pesquisas estão em fase inicial, sendo que há muito ainda a ser feito, mas cabe lembrar que é o início para conhecer mais sobre os povos antepassados da região.

⁴ COSTA, Firmino. Pinhal Grande: **Contribuição ao Estudo da História de Seu Município**. Pinhal Grande, RS: Casa de Cultura, 2007.p.59.

João Gonçalves Padilha ficou conhecido como Padilha Rico pela quantidade de bens que acumulou ao longo de sua vida. A sua fazenda conhecida como Fazenda Boa Vista ganharia outra nomenclatura após sua morte, denominando-se Fazenda do Sobrado. Padilha casou-se com Bernardina Gomes da Silveira, e três meses depois acabou falecendo. A denominada Fazenda foi dividida em quatro grandes fazendas: Fazenda Capão do Leão, onde hoje é a Comunidade da Medianeira; a Fazenda da Boa Vista que passou a ser chamada de Fazenda do Sobrado; Fazenda do Rincão da Várzea, área comprada por José Alves Valença; e a Fazenda das Palmeiras comprada por João Appel.

As quatro grandes fazendas acabaram sendo divididas, com o passar dos tempos, e originaram as 16 comunidades que formam o que hoje é o município de Pinhal Grande (Assentamento Fazenda do Sobrado, Cerro Azul, Coxilhão dos Taquarianos, Dois Irmãos, Encruzilhada, Espinharedo, Gringuinha, Limeira, Mãe Rainha, Medianeira, Rincão do Appel, Rincão dos Basílios, Rincão da Várzea, São Cristóvão, São José do Pinhal e Passo do Jacuí)⁵.

1.2 - Breve apresentação das 16 Comunidades de Pinhal Grande

A descrição das 16 comunidades tem por objetivo principal o entendimento da nomenclatura adotada para a identificação do local. Diante deste estudo, percebeu-se que grande parte dos nomes está ligada ao santo padroeiro do lugar, ou seja, a religião católica é a presença marcante e constante no cotidiano dos moradores. É ela que dispõe das regras para o cidadão ter uma boa conduta e prosperar.

Ressalta-se que foi ainda nos tempos iniciais de povoamento que a capela com um santo protetor foi lembrada, ou seja, a fé era o que esses colonos se apegavam para enfrentar as auguras da região e amenizar as longas distâncias. Logo abaixo, foi confeccionado um quadro contendo o resumo das informações referentes às devoções das comunidades que constituem o município de Pinhal Grande.

⁵ A referência de comunidade foi baseada nos núcleos populacionais, onde se estabeleceu um meio de convívio social, com a existência de uma Capela, de uma escola e de um comércio, no caso as vendas. As 16 comunidades, que serão descritas, realizam anualmente festas religiosas em honra ao seu padroeiro escolhido. As festas são marcadas por uma missa e por um almoço festivo, que servem o tradicional risoto e o churrasco. Esses núcleos fazem parte das atividades da Paróquia São José e são atendidos por um padre e pelas irmãs religiosas. Para este trabalho se considerou a existência desses 16 núcleos populacionais, embora se tenha o conhecimento que existem mais, mas que não possuem um convívio social considerável, pois seus moradores participam de uma das 16 comunidades referidas.

Quadro 1 – Igrejas e capelas das 16 comunidades que compõem o município de Pinhal Grande: padroeiros, data aproximada da construção dos templos e datas das festividades:

| Local | Templo | Madona e Santos Padroeiros | Data aproximada da construção do templo | Data da festa em homenagem ao padroeiro (a) |
|---------------------------------|---------------|------------------------------------|--|---|
| Assentamento Fazenda do Sobrado | Capela | São Roque | 1997 | A festa em homenagem ao santo é comemorada no 3º domingo do mês de agosto. O dia do santo é tido como 16 de agosto. |
| Cerro Azul | Capela | Santa Terezinha | 1975 | A festa é sempre realizada no 1º domingo do mês de outubro. O dia de Santa Terezinha é 1º de outubro. |
| Coxilhão dos Taquarianos | Capela | Nossa Senhora Três Vezes Admirável | 1960 | A festa em homenagem a santa é comemorada no 3º domingo do mês de abril. |
| Dois Irmãos | Capela | São João Batista | 1950 | A comemoração a São João Batista é realizada no último domingo do mês de junho. O dia do santo, no calendário cristão, é 24 de junho. |
| Encruzilhada | Capela | Santo André Avelino | 1938 | A festa em homenagem ao Santo é comemorada durante o 1º |

| | | | | |
|-------------|--------|------------------------------------|------|---|
| | | | | domingo do mês de novembro. O dia do santo é dia 10 de novembro. |
| Espinharedo | Capela | São Benedito | 2004 | A festa em comemoração ao santo é realizada no 3º domingo de fevereiro, apesar do dia do santo ser comemorado no dia 16 de abril. |
| Gringuinha | Capela | Nossa Senhora Aparecida | 1970 | A comunidade não realiza festa em homenagem a santa. O dia de Nossa Senhora Aparecida é 12 de outubro. |
| Limeira | Capela | São João Maria Viane | 1940 | A festa em homenagem ao santo é realizada no 1º domingo do mês de agosto. O dia de São João Maria Viane é 04 de agosto. |
| Mãe Rainha | Capela | Nossa Senhora Três Vezes Admirável | 1988 | A festa em homenagem a Mae Rainha é comemorada no 2º domingo de maio, apesar da indicação ser no dia 18 de outubro. |
| Medianeira | Capela | Nossa Senhora Medianeira | 1974 | A festa em homenagem a santa é realizada durante o 2º domingo do mês de setembro. O indicativo da data comemorativa é dia 08 de |

| | | | | |
|---------------------|--------|-------------------------|------|---|
| | | | | novembro. |
| Rincão do Appel | Capela | São Judas Tadeu | 2003 | A festa em homenagem ao santo é geralmente realizada entre o 3º ou no 4º domingo do mês de outubro. O dia de São Judas Tadeu é 28 de outubro. |
| Rincão dos Basílios | Capela | Nossa Senhora de Fátima | 1972 | A comunidade não realiza festa em homenagem à santa. O dia de Nossa Senhora de Fátima é 13 de maio. |
| Rincão da Várzea | Capela | São Roque | 1948 | A festa em homenagem ao santo ocorre no 2º domingo do mês de agosto. O dia de São Roque é 16 de agosto. |
| São Cristóvão | Capela | São Cristóvão | 1968 | A comemoração ao santo é realizada durante o 3º domingo do mês de julho. O dia de São Cristóvão é 24 de julho. |
| São José do Pinhal | Igreja | São José | 1930 | A festa em homenagem ao santo é realizada durante o 1º domingo do mês de maio. O calendário cristão comporta duas datas de comemoração: 19 de março e 01 de maio. |
| Passo do Jacuí | Capela | Santo Antônio | 1978 | A festa é realizada |

| | | | | |
|--|--|--|--|---|
| | | | | durante o último domingo do mês de janeiro. O dia de Santo Antônio é 17 de janeiro. |
|--|--|--|--|---|

A seguir, serão descritas informações referentes as 16 comunidades do município de Pinhal Grande, destacando a sua localização territorial, suas capelas e igreja; bem como os santos padroeiros. Ainda há referência quanto à origem da nomenclatura das comunidades. Cabe lembrar que cada núcleo populacional teve características próprias e desenvolveu um modo de vida peculiar.

1.2.1 – Comunidade Assentamento Fazenda do Sobrado:

A comunidade Assentamento Fazenda do Sobrado faz divisa com o município de Júlio de Castilhos a oeste e; a leste com a comunidade de Encruzilhada e também de São Cristóvão. A área do Assentamento pertencia a Maria Antunes de Macedo Castro e foi herdada por sua filha Beatriz Elisa Dias de Castro Leão. As terras foram desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) beneficiando 50 famílias, vindas das mais diversas regiões do Estado, foram ali estabelecidas no dia 1º de novembro de 1994, fato que deu nome ao local.

No ano de 1995 foi construído um salão comunitário, onde aconteciam encontros religiosos e, mais tarde foi erguida uma capela em honra a São Roque, na qual todo o ano acontece a sua tradicional festa. A construção da capela contou com ajuda de recursos públicos.

Tendo como referência o site Cadê meu santo, São Roque nasceu no ano de 1295 em Montpellier – França e tinha uma cruz vermelha marcada em seu peito. Ele dedicou sua vida as vítimas de doenças pestilentas. Durante sua jornada na Itália encontrou muitas pessoas com a praga, curando todas com apenas um sinal da cruz. Em Modena, Parma e Mântua pode repetir os milagres.

São Roque passou três anos em Roma rezando na tumba dos apóstolos e no caminho de casa contraiu a praga. Ficou isolado numa floresta para morrer, mas um cão o encontrou e levou um pão. No dia seguinte, o dono do cão encontrou o santo. São Roque acabou curado e deixando o seu benfeitor convertido.

Ao retornar a sua terra natal não foi reconhecido e acabou preso, onde permaneceu no cárcere por aproximadamente cinco anos. Certo dia apareceu morto na cela e seu primeiro milagre pós-morte foi curar o seu carcereiro que era manco. Foi reconhecido no momento em que foi despido para ser enterrado por causa pela sua marca de nascença: a cruz no peito. Sua canonização foi rápida, porque para o Concílio de Constance a praga ameaçava a cidade e os delegados rapidamente pediram a São Roque sua proteção. A praga cessou e o seu culto foi imediatamente aprovado. Sua festa é celebrada no dia 16 de agosto⁶.



Figura 2: Capela São Roque (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.2 – Comunidade de Cerro Azul:

Cerro Azul faz divisa ao norte e a noroeste com Encruzilhada e também com o município de Nova Palma. O nome da comunidade de Cerro Azul tem referência a um cerro

⁶ SÃO ROQUE. Disponível em: http://www.cademeusanto.com.br/sao_roque.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

de mesma nomenclatura, cujo pico elevado domina a região e pode ser avistado de longe. Quando iluminado pelo sol, ganha uma coloração azulada dando o título ao local. Entre os antigos moradores, podem-se destacar os casais: Pedro Facco e Josefina Cargin; e João Facco e Angelina Osmari.

A primeira missa rezada no local foi na casa do morador Eduardo Garlet e, no ano seguinte, em 1975, seria erguida a primeira capela em madeira em honra a Santa Terezinha e, no ano de 2000 essa capela daria espaço a uma maior feita de alvenaria. Pode-se acrescentar que a comunidade preserva as tradições e valoriza a religiosidade.

Segundo o site Cadê meu santo, Santa Terezinha é uma das mais populares santas da atualidade e seu encanto e simplicidade é adorado por todos aqueles que leem sua obra, a qual retrata seu tempo no convento com alegria e simplicidade de uma criança, isto numa época na qual as irmãs viviam enclausuradas e quase não falavam; uma vida de privações e de jejuns extremos.

Santa Terezinha tinha tuberculose e, às vezes, tinha graves crises, mas ela percebia tudo como dádiva de Cristo. Além disso, tinha sonhos nos quais convivia com um Jesus alegre e também jovial que encantava a todos. A Santa morreu aos 24 anos de idade, no dia 3 de setembro em Lisieux e o anúncio de sua morte provocou um imediato interesse mundial. Santa Terezinha começou a ser chamada de "Santa do Pequeno Caminho" e acabou sendo canonizada em 1925 pelo Papa Pio XI e declarada Doutora da Igreja pelo Papa João Paulo II em 1997⁷.

⁷ SANTA TEREZINHA. http://www.cademeusanto.com.br/santa_teresinha_do_menino_jesus.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.



Figura 3: Capela Santa Terezinha (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.3 – Comunidade Coxilhão dos Taquarianos:

A comunidade Coxilhão dos Taquarianos está situada entre o Lajeado da Várzea e o Lajeado Estaleiro. Ela foi estabelecida em um lugar alto onde o Rio Jacuí pode ser avistado. A comunidade faz divisa ao norte com o Rincão da Várzea; ao sul com a Mãe Rainha e; a oeste com a Invernadinha e São José do Pinhal. Seus primeiros moradores vieram do município de Taquari, local onde a madeira já estava escassa e vinham à procura das matas virgens da região para explorá-las.

Os primeiros moradores: Miguel, Balbina e João Gonçalves da Silva, agregaram ao nome a denominação Taquariano, nominando, mais tarde, sua morada. Como prova de fé, uma capela foi construída por Adolfo Trevisan em honra a Nossa Senhora Três Vezes Admirável. No local é realizada a tradicional festa em homenagem a Nossa Senhora.

De acordo com Cesar Barichello a escolha da devoção à Mãe Três Vezes Admirável está relacionada ao processo de canonização do descendente de imigrantes Vêneto conhecido como João Pozzobon, um grande incentivador dessa devoção na região⁸.

Este título mariano está ligado à Obra de Schoenstatt, movimento criado pelo Padre José Kentenich em 1912, na pequena cidade alemã que deu o nome à obra e significa "Belo Lugar". Após a Segunda Guerra Mundial, Padre José empreendeu várias viagens pela África, América do Sul e do Norte para divulgar sua obra. A sua fé dizia-lhe que a missão e a atuação da Mãe de Deus deveriam continuar até chegar o fim dos tempos.

A Mãe de Deus, a partir de seu novo santuário, desenvolveu uma atuação admirável, sendo que em Schoenstatt, diferente do que acontece em outros lugares de peregrinação, ela não só concedia a cura de doenças físicas, mas manifestava-se como Mãe e Educadora do "homem novo", da "nova criação em Cristo Jesus". A Mãe de Deus é venerada no Santuário de Schoenstatt e em todos os santuários filiais do mundo inteiro como "Mãe Três Vezes Admirável". A imagem é cópia de um quadro do pintor italiano Crosio, do século XIX, entronizada no Santuário desde o ano de 1915⁹.

⁸ BARICHELO, Cesar Augusto. **Patrimônio Cultural Religioso e Negociação da identidade do Imigrante Italiano da Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins e Região Central do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, 2010. p.76.

⁹ NOSSA SENHORA DE SCHOENSTATT. Disponível:
http://capelansapiedade.vilabol.uol.com.br/Nsa_schoenstatt.htm. Acesso em 02 de janeiro de 2011.



Figura 4: Capela Nossa Senhora Três Vezes Admirável (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.4 – Comunidade de Dois Irmãos:

Dois Irmãos, antigamente conhecido como Linha Trevisan, faz divisa com Rincão do Appel. A comunidade se limita também com Rincão da Várzea a leste e; a sudeste com a Invernadinha. A comunidade de Dois Irmãos pertencia à Fazenda Ferreira, propriedade de Júlio Lourenço de Salles que, mais tarde, passou a ser propriedade de Leonardo Rodrigues Pereira e de seu Irmão Garibaldi.

Residiam, nesse local, seis famílias formadas por dois irmãos cada: Giacondo e João Trevisan; Benjamim e Atilio Barbieri; Mário e Normélio Bellé, o que acabou nominando a comunidade: Dois Irmãos. A capela é em honra a São João Batista, a sua sede é o prédio de uma antiga escola desativada, onde um altar em homenagem a São João Batista foi organizado.

De acordo com o site Cadê meu santo, João Batista, chamado o "homem enviado por Deus" era um profeta eremita e mártir. Filho de Zacarias e Isabel, primo de Jesus. Nasceu em Ain-Karim, perto de Jerusalém, e seu nascimento foi anunciado a sua mãe pelo anjo Gabriel.

Ele viveu recluso no deserto da Judéia e depois começou a pregar as margens do Rio Jordão, onde batizou grande número de penitentes.

O Santo batizou Jesus Cristo antes de partir para a Galileia e iniciar a sua pregação. João continuou perto do Rio Jordão e foi preso a mando do Rei Herodes Antipas (4 a.C - 39 d.C). João, o Batista, é o precursor do Messias, a tradição diz que ele nasceu livre do pecado original e foi santificado ainda no útero de sua mãe. Na liturgia da Igreja Católica sua festa é celebrada desde os primeiros anos da Igreja Católica no dia 24 de junho, e sua carreira como profeta é descrita nos evangelhos¹⁰.



Figura 5: Capela São João Batista (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.5 – Comunidade da Encruzilhada:

Encruzilhada faz divisa com a comunidade São José do Pinhal, Rincão dos Basílios, Gringuinha e com o município de Nova Palma, em alguns pontos é banhada pelo Rio Jacuí. A

¹⁰SÃO JOÃO BATISTA. Disponível em: http://www.cademeusanto.com.br/sao_joao_batista.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

comunidade está situada no alto da serra, coberta pela mata virgem dos pinhais. Teve como primeiro morador José Stefanello, casado com Justina Prevedello, que veio em busca de terras férteis para a plantação. Entre os pioneiros pode-se nominar Ângelo Uliana e João Durigon que era casado com Maria Magdalena Baptistella, os quais estabeleceram um engenho para serrar madeira.

Pode-se salientar que o primeiro nome da comunidade em questão foi Galinheira. Antigamente muitos colonos criavam galinhas para vender a compradores que vinham de Júlio de Castilhos e as gaiolas com as aves eram colocadas embaixo de árvores à espera de compradores. A quantidade de galinhas era tanta que o local acabou ganhando a denominação de “Galinheira”. O nome de Encruzilhada viria mais tarde com a construção da Capela num dos pontos mais altos da localidade, em uma própria encruzilhada.

No ano de 1938, os colonos em mutirão resolveram construir uma capela em honra a Santo André Avelino, feita com blocos de arenito rosa esculpidos manualmente e assentados com barro amassado e cal. A feição rústica da construção acabou sendo desfeita no ano de 1964, durante uma reforma em que todo o prédio foi revestido, o que acabou descaracterizando o estilo inicial. A festa em homenagem ao santo padroeiro ocorre anualmente e envolve toda a comunidade nos preparativos dos festejos.

Conforme o site Comunidade católica obreiros da tardinha, Lancelot Avelino nasceu no ano 1520, em Castelnuovo, uma província que pertencia ao então Reino de Nápoles. Os pais, João e Margarida, eram muito religiosos e criaram o filho dentro dos ensinamentos de Cristo. Em 1545, Avelino já era um sacerdote e dois anos depois seguia para a cidade de Nápoles, onde, na universidade, diplomou-se em direito canônico. Prosseguiu o seu apostolado como auxiliar do vigário geral de Nápoles, sendo um exemplo de humildade, disciplina e dedicação total à caridade atendendo com amor os pobres e doentes.

Lancelot entrou para a Ordem dos Teatinos¹¹ e, em 1558, vestiu o hábito tomando o nome de André Avelino. Durante toda a vida, dedicou-se aos pobres, encarcerados e agonizantes, sendo também diretor espiritual. Morreu no dia 10 de novembro em 1608, acometido por um ataque quando se aproximava do altar para a celebração da missa. Foi

¹¹ A Ordem dos Teatinos teve como fundador São Caetano. A ordem tinha como plano a santificação própria para combater a tibieza e a ignorância entre o clero com a finalidade de regenerar os costumes da sociedade e praticar a verdadeira ação apostólica. Disponível em: <http://www.paginaoriental.com/santos/cvct0708.html>. Acesso em 02 de janeiro de 2011.

canonizado pelo Papa Clemente VI. Santo André Avelino é invocado pelos devotos como protetor celestial contra a morte repentina e no dia 10 de novembro é sempre lembrado¹².

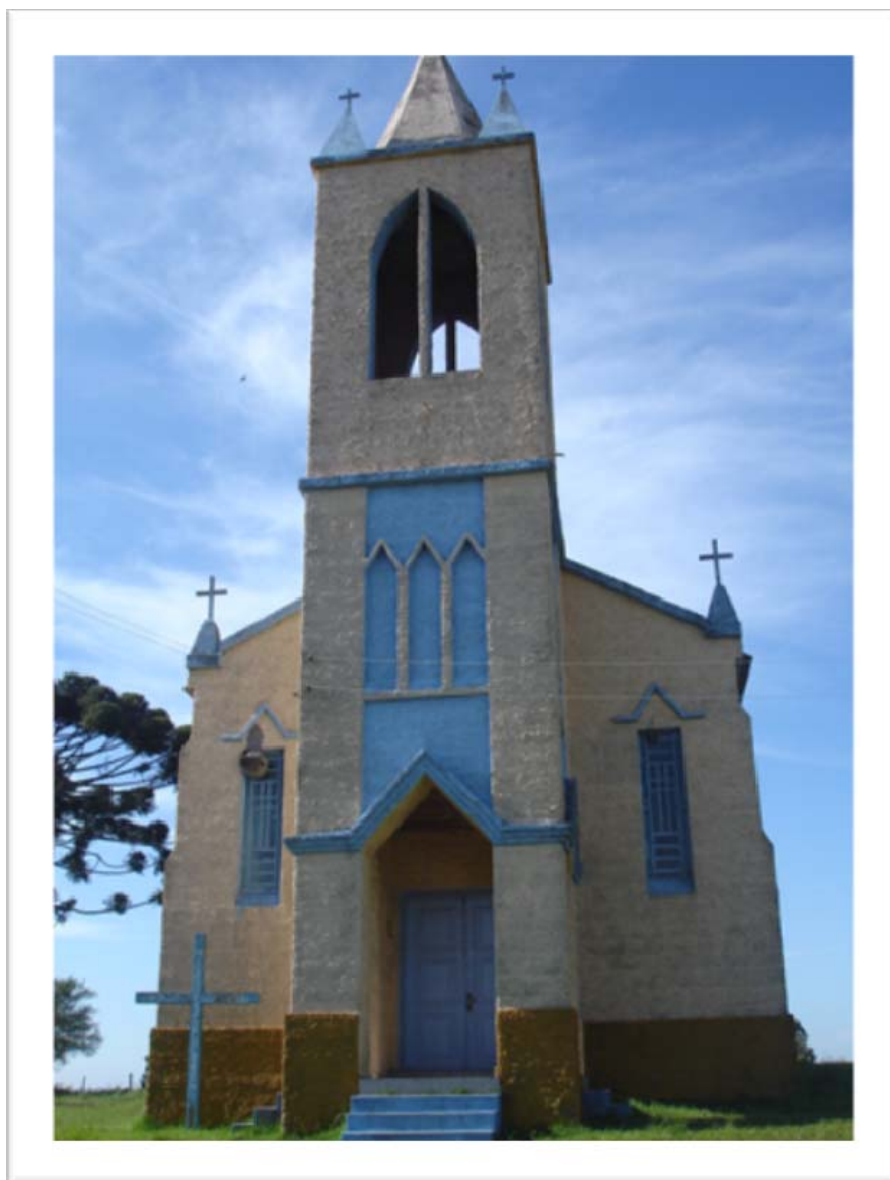


Figura 6: Capela Santo André Avelino (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.6 – Comunidade do Espinharedo:

¹² SANTO ANDRÉ AVELINO. Disponível em: <http://www.cot.org.br/igreja/santo.php?id=424>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

Espinharedo fica localizado entre a comunidade de Passo do Jacuí e Rincão da Várzea; como o próprio nome sugere esta região é caracterizada por terras incultas e agrestes para o plantio. A terra é rica de matas virgens, capoeiras e altos arbustos impenetráveis e cheios de espinhos (“os rapa-canelas”), os quais deram origem ao nome da localidade. O morador mais antigo teria sido o senhor Artur Moreira.

O padroeiro do local é São Benedito, sendo que os moradores convivem com o catolicismo e também com a religião evangélica, que possui uma igreja. A capela de alvenaria construída em honra a São Benedito foi inaugurada em 2005, antes disso os cultos eram realizados na casa dos moradores e também no prédio de escola.

De acordo com o site Canção nova, São Benedito enriqueceu a Igreja com sua pobreza. Nasceu na França em 1748, despertando cedo a dedicação a Deus. Benedito quis ser monge, bateu em vários mosteiros, mas devido a sua frágil saúde não foi aceito. Acabou se tornando um peregrino, em outras palavras, um servidor de Deus. Foi humilhado, porém acabou sendo peregrinado pelos santuários da Europa, oferecendo tudo pela conversão dos pecadores. Com 35 anos, consumido pela vida de oração e meditação, entrou na glória de Deus¹³.

¹³ SÃO BENEDITO. Disponível em: <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=16&mes=4>. Acesso em 02 de janeiro de 2011.



Figura 7: Capela São Benedito (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.7 – Comunidade de Gringuinha

O nome comunidade de Gringuinha foi uma homenagem a uma antiga moradora de origem italiana, muito estimada por todos. A comunidade faz divisa com o município de Nova Palma e com a comunidade do Rincão dos Basílios. Quando os povoados de São José e Limeira iniciaram já havia na Gringuinha um pequeno povoado, formado por balseiros que transportavam madeira pelo Rio Jacuí. Entre os primeiros moradores, em 1927, encontrou-se João Manuel de Oliveira, casado com Virginia Leal, e Delfino Dias, que estabeleciam uma agricultura de subsistência. Na década de 70 foi erguida no local uma capela em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, uma construção rústica, devido à comunidade não dispor condições para maiores investimentos.

Para o site Canção nova, a história de Nossa Senhora da Conceição Aparecida tem seu início em meados de 1717 quando os pescadores Domingos Garcia, Filipe Pedroso e João Alves foram convocados pela Câmara de Guaratinguetá para saírem à procura de peixes no

Rio Paraíba. Desceram o rio e nada conseguiram. Depois de muitas tentativas sem sucesso, chegaram ao Porto Itaguaçu, onde lançaram as redes e apanharam uma imagem sem a cabeça. Logo após, lançaram as redes outra vez e apanharam a cabeça e em seguida lançaram novamente as redes e desta vez abundantes peixes encheram a rede.

A imagem ficou com Filipe durante anos até o momento em que presenteou seu filho. O novo dono construiu um oratório simples, onde passou a se reunir com os familiares e vizinhos para receber todos os sábados as graças do Senhor por Maria. A fama dos poderes extraordinários de Nossa Senhora foi, aos poucos, se espalhando pelas demais regiões do Brasil e atualmente em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, há um santuário que recebe milhares de visitantes ao ano¹⁴.



Figura 8: Capela Nossa Senhora Aparecida (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

¹⁴ NOSSA SENHORA APARECIDA. Disponível em: <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=12&mes=10>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

1.2.8 – Comunidade de Limeira

Limeira era um local de encontro entre os tropeiros e viajantes que ali paravam antes de entrarem na picada que levava ao Rio Jacuí, um local rodeado por matas virgens com uma estreita faixa de campo, conhecida como Campestre. A comunidade faz divisa com os seguintes locais: com o município de Nova Palma, comunidade São José do Pinhal, localidade da Invernadinha e, com os Dois Irmãos. A região servia como uma espécie de posto da Fazenda do Sobrado, espaço em que os escravos guardavam o gado alçado para não se embrenharem na mata. Nas proximidades do campo havia uma lagoa com um solitário pé de lima, foi ao redor dele que se formou o povoado; o que acabou denominando a localidade como Limeira. Seus primeiros moradores seriam agregados de Bernardino Soares, arrendatários das terras da Fazenda do Sobrado.

No início do século XX foi construída uma capela dedicada a São João Maria Vianei, a qual teve sua arquitetura modificada em 1940, abrigando novas obras de ampliação. A sua arquitetura apresenta traços de uma arquitetura do período colonial e está localizada em um dos pontos mais altos, no centro da cidade com uma praça central em frente.

Segundo o site Família franciscana do Brasil, São João Maria Vianei nasceu em 08 de maio de 1786 em Dardilly, perto de Lion - França, filho de Mateus e Maria Beluze. Sua infância foi marcada pelos acontecimentos trágicos da Revolução Francesa. O desejo de ser sacerdote fez com que se dedicasse aos estudos. Em agosto de 1815 foi ordenado sacerdote e desenvolveu seus trabalhos sacerdotais numa paróquia do interior da França, ficando conhecido como o “Santo Cura D’Ars”. Em menos de dois anos no local, a cidade de Ars surgia como um caminho de peregrinação de todas as partes da França e da Europa, espalhando a fé para além das fronteiras. O Santo morreu em 04 de agosto de 1859, aos 73 anos¹⁵.

¹⁵ SÃO JOÃO MARIA VIANEI. Disponível em: <http://www.ffb.org.br>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.



Figura 9: Capela São João Maria Vianei (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.9 – Comunidade de Mãe Rainha

A comunidade de Mãe Rainha é banhada pelo Rio Jacuí e faz divisa ao norte com o Coxilhão dos Taquarinos, a oeste com a comunidade São José do Pinhal, e a sudoeste com Rincão dos Basílios e Gringuinha. Seu morador mais antigo teria sido João Mariani. No ano de 1988 foi construída uma capela em honra a Nossa Senhora Três Vezes Admirável como prova de fé e devoção dos moradores locais a Santa, que também deu nome a comunidade. Popularmente Mãe Rainha ganhou o codinome de “Santinha”, que permanecesse ainda presente na linguagem popular.

A devoção a Nossa Senhora Três Vezes Admirável se justifica pelo grau de parentesco de alguns moradores do local com o diácono João Pozzobon. Foram os familiares de Alcides Pozzobon que ajudaram a disseminar a fé por Nossa Senhora na comunidade. Anualmente, a comunidade realiza uma festa em sua homenagem; inclusive foi erguida uma ermida em homenagem a Santa pelos moradores locais. A descrição da história da Santa já foi descrita anteriormente.



Figura 10: Capela Nossa Senhora Três Vezes Admirável (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.10 – Comunidade da Medianeira

A comunidade da Medianeira fazia parte da herança recebida por Manuel Gonçalves de Oliveira no ano de 1899. A localidade ocupa o ângulo nordeste do município, fica separada pelo Rio Jacuí e dentro de seus limites territoriais estão o Mirante Paga Peão e a Gruta de Nossa Senhora Aparecida. A comunidade faz divisa com o Rincão do Appel e com o município de Arroio do Tigre. Os antigos caminhos que levavam a este fundo de campo e mato possuíam uma única saída, o que deu o primeiro nome de “Fundo Redondo” a região.

No dia 12 de outubro de 1950 chega à comunidade Antônio Michelin, casado com Maria Madalena Garlet e seus 11 filhos, passando a ser conhecido como Zona dos Michelons. Medianeira está localizada em área que pertenceu a Francisco José de Salles (filho). No dia 22 de setembro de 1974 foi fundada a capela em homenagem a Nossa Senhora Medianeira, o que

deu o nome ao local como comunidade Medianeira. A capela foi construída, no mesmo terreno ao lado de um antigo capitel, em alvenaria e comporta um número considerável de fiéis.

Baseado no site Wikipedia, a devoção a Nossa Senhora Medianeira ensina que Maria cooperou com o Plano de Deus desde a Encarnação até a Redenção; Plano este que é Cristo Jesus. Por sua maternidade divina, Maria se tornou Corredentora, isto é, obteve a função de Medianeira e se tornou Mãe da Igreja, um modelo perfeito. A festa de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças foi instituída pelo Papa Bento XV em 1921, considerada uma prova de confiança da Igreja para com esta mediação materna do Redentor.

A invocação da mediação de Maria já era comum para os católicos, o que fez essa fé se difundir rapidamente. Na cidade de Santa Maria - RS é realizada uma Romaria em honra a Nossa Senhora Medianeira e é considerada uma das maiores manifestações fé, atraindo uma multidão de fiéis. Pela significativa devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, ela foi proclamada Padroeira do Estado do Rio Grande do Sul¹⁶.

¹⁶NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_Medianeira. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.



Figura 11: Capela Nossa Senhora Medianeira (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.11 – Comunidade do Rincão do Appel

Rincão do Appel é o 2º Distrito do município de Pinhal Grande, faz divisa a leste e a norte com a comunidade da Medianeira e; ao sul com Dois Irmãos. O nome vem de seu antigo proprietário, João Appel, um dos primeiros moradores do local. João Appel teria vindo do município de Santa Maria em meados de 1869 e passou a ocupar uma considerável área do Rincão Padilha. Foi um dos pioneiros na ocupação e povoamento de Pinhal Grande. No Rincão do Appel foi construída uma capela em honra a São Judas Tadeu, num terreno doado pelo casal Juraci Edler, que teve a sua nova sede inaugurada no ano de 2003. A capela buscou valorizar a religiosidade da comunidade, bem como o seu santo padroeiro. O local possui ainda uma subprefeitura, que pela lei nº 577 de 29 de dezembro de 1998 criou o Distrito do Rincão do Appel, dispõe de serviços médicos, odontológicos e de obras.

Conforme o site Cadê meu santo, São Judas era primo de Jesus e diziam que se parecia muito com Ele. Era irmão de São Tiago, o menor e de São Simão, o apóstolo. Alguns

especialistas acreditam que São Simão, o apóstolo, era o noivo do casamento no qual Jesus transformou a água em vinho (Bodas de Canã). São Judas assistiu de perto ao milagre e os estudiosos afirmam que isto foi à causa de Judas Tadeu se tornar um seguidor de Jesus. A carta de Judas foi escrita por um homem apaixonado e preocupado com a pureza da fé cristã e a boa reputação do povo cristão. Ele é venerado como um dos mais populares Santos da Igreja e é considerado o patrono das causas perdidas, sua festa é celebrada no dia 28 de outubro¹⁷.



Figura 12: Capela São Judas Tadeu (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

¹⁷SÃO JUDAS TADEU. Disponível: http://www.cademeusanto.com.br/sao_judas_thadeu.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

1.2.12 – Comunidade do Rincão dos Basílios

Rincão dos Basílios fica situado entre as comunidades de São José do Pinhal e de Gringuinha. Basílio Soares da Silva tinha quatro filhos, três deles eram deficientes auditivos, seriam estes os “Basílios” que acabaram dando o nome à comunidade. Entre os pioneiros da ocupação do Rincão estava Arnaldo Soares da Silva que teve seu título de terras expedidas pelo Governo do Estado. No ano de 1972 foi erguida uma capela de madeira em honra a Nossa Senhora de Fátima, hoje ela é de alvenaria.

A capela em alvenaria foi construída com o auxílio da Prefeitura Municipal, pois a população da comunidade apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Pode-se salientar que a economia da região está baseada nas pequenas propriedades produtoras de feijão e fumo. Devido a incidentes anteriores (brigas durante as festas), não é mais realizada a festa em homenagem a Santa Padroeira.

De acordo com o site Portal da Juventude, em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, o Papa Bento XVI convidou os católicos para se unirem em orações pela paz solicitando a intercessão de Nossa Senhora. Oito dias depois, a Beatíssima Virgem dava aos homens a sua resposta, aparecendo no dia 13 de maio a três pastorzinhos portugueses. Durante a terceira aparição, Nossa Senhora prometeu um milagre para que o povo acreditasse na história das três crianças. No dia 13 de agosto os três videntes, fechados no cárcere, não puderam ir a Cova da Iria, sendo que nesse último encontro aproximadamente 70 mil pessoas lotaram o lugar das aparições e foram testemunhas do milagre anunciado. O anúncio foi de que a Guerra logo acabaria, mas se as ofensas ao Senhor não cessassem, não passaria muito tempo para vir outra pior.

Ao ser constatado o fato da Segunda Guerra Mundial, os cristãos lembraram-se da mensagem de Fátima. Em 1946, na presença do cardeal legado, no meio de uma multidão de mais de 800 mil pessoas houve a coroação da estátua de Nossa Senhora de Fátima. No ano de 1951 Papa Pio XII estabeleceu que o encerramento do Ano Santo fosse celebrado no Santuário de Fátima. No dia 13 de maio é comemorado o seu dia¹⁸.

¹⁸ NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. Disponível em: <http://pjnsf.vilabol.uol.com.br/NSFatima.htm>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.



Figura 13: Capela Nossa Senhora de Fátima (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.13 – Comunidade do Rincão da Várzea

Rincão da Várzea abrigava uma pequena área plana de campo e matas, fato que originou o nome do local. Limita-se, a oeste com a Comunidade de Dois Irmãos e, a sudoeste e sul, com a localidade de Invernadinha. Também, ao sul, faz divisa com Coxilhão dos Taquarianos. Antigamente a região era coberta por matas e campos brutos, onde a noite brunha perigosos leões-baios. A atual comunidade era chamada anteriormente de Fazenda da Várzea, com o surgimento da venda de Alcides Facco em 1944 e da escola surgiu à necessidade de uma melhor identificação do local que passou a ser denominado de Rincão da Várzea.

No ano de 1944 começaram a vir de Linha Base famílias de descendentes de imigrantes italianos que se estabeleceram no local. No ano de 1948 seria construída a 1ª capela em madeira, escolhendo inicialmente dois padroeiros: Nossa Senhora dos Navegantes, Santa protetora dos moradores que trabalhavam no transporte de madeiras pelo Rio Jacuí e

São Roque, Santo protetor dos animais. Mais tarde, o padroeiro escolhido pelos moradores acabou ficando São Roque. Salienta-se que a arquitetura da capela buscava assimilar traços das igrejas italianas. A história do Santo Padroeiro já foi citada anteriormente.



Figura 14: Capela São Roque (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.14 – Comunidade de São Cristóvão

São Cristóvão está localizado a oeste do atual município de Pinhal Grande, a linha limítrofe é formada pela estrada Júlio de Castilhos – Pinhal Grande, nominando o lugar de Encruzilhada de São Cristóvão, onde existe um monumento em homenagem ao Santo em direção ao município de Nova Palma.

Este lugar tem sua importância por ser uma espécie de “porta de entrada” para o surgimento dos primitivos povoados de Limeira e São José do Pinhal. Durante muito tempo os povoadores vinham somente até essa Encruzilhada de São Cristóvão. A estrada que seguia, para aqueles povoados, apenas dava passagem a carroças e cavaleiros. Por ser um local de passagem, o nome da comunidade foi conhecida como São Cristóvão, Santo protetor dos motoristas e uma capela foi erguida em homenagem a ele.

Para o site Cadê meu santo, o Santo viveu em 251 d.C. e é conhecido como o patrono dos viajantes. São Cristóvão foi um dos 14 Santos Ajudantes que apareceram para Santa Joana D’Arc. Ele era conhecido como Kester e morreu em Lycia, na Ásia Menor (atualmente Turquia). Diz a tradição que era um homem muito forte e ajudava as pessoas a cruzarem o rio. Um dia um menino pediu para ajudá-lo e São Cristóvão colocou-o nos ombros e começou a atravessar o rio. A cada passo a criança ficava mais pesada ele se esforçava ao máximo para salvar o menino. O Santo disse à criança que estava muito difícil e que parecia estar carregando o mundo. A criança respondeu: "Não fique surpreso, você está carregando o mundo, o criador do mundo em seus ombros"¹⁹.

¹⁹ SÃO CRISTÓVÃO. Disponível em: http://www.cademeusanto.com.br/sao_cristovao.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.



Figura 15: Capela São Cristóvão (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinha Grande)

1.2.15 – Comunidade de São José do Pinhal

São José do Pinhal tem início com a família dos Rubin, onde César Rubin estabeleceu uma casa de negócio em 21 de novembro de 1923 juntamente com sua esposa Elisa Ferraro e seus filhos. A partir desse momento, pequenas casas foram erguidas próximas ao local, formando um pequeno povoado, tendo como característica principal serem originários de famílias de imigrantes italianos. Limita-se com a comunidade de Limeira e também de Encruzilhada.

A capela seria erguida em madeira em meados de 1926 e contaria já com um campanário formado por três sinos. O Santo escolhido como padroeiro foi São José, nome que a comunidade leva até hoje. Na década de 1930 foi iniciada a construção da Igreja Matriz São José, que seria, mais tarde, o centro religioso de referência do município de Pinhal Grande.

De acordo com o site Cadê meu santo, São José é descrito pelas sagradas escrituras como um homem justo e é descendente da casa real de David. Quando ainda era noivo de

Maria ele foi visitado por um anjo que o informou que a gravidez de sua noiva era do "Sagrado Espírito". Ele tomou Maria e a levou para Belém, onde novamente foi avisado por um anjo das intenções do Rei Herodes; assim José levou Maria e Jesus para o Egito. A última menção feita a José nas Sagradas Escrituras é quando procura por Jesus no Templo de Jerusalém.

Os estudiosos das escrituras acreditam que ele já era um velho e morreu antes da Paixão de Cristo. A veneração especial a José começou na Igreja Moderna, quando escritos apócrifos passaram a relatar a sua história. Em 1479 ele foi colocado no calendário Romano com sua festa a ser celebrada em 19 de março. Em 1870 José foi declarado Patrono Universal da Igreja pelo Papa Pio IX. O Papa Pio XII estabeleceu uma segunda festa para São José, a festa de "São José, o trabalhador" em primeiro de maio. O Santo é considerado pelos devotos como padroeiro dos carpinteiros e na arte litúrgica da Igreja é mostrado como um homem velho com um lírio e, algumas vezes, com Jesus ensinando o ofício de carpinteiro²⁰.

²⁰ SÃO JOSÉ. Disponível em: http://www.cademeusanto.com.br/sao_jose.htm. Acesso em 02 de janeiro de 2011.

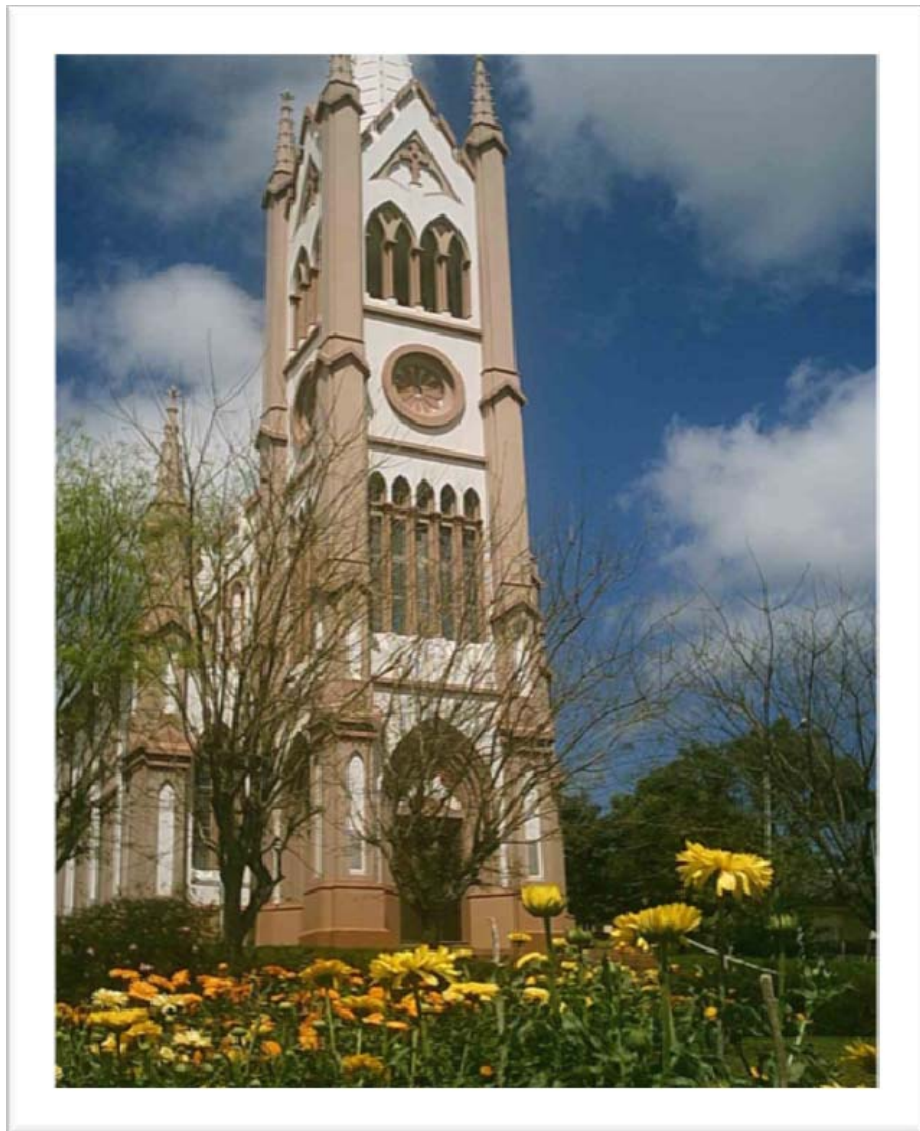


Figura 16: Igreja Matriz São José (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

1.2.16 – Comunidade de Passo do Jacuí

Passo do Jacuí está localizado entre a comunidade de Medianeira e de Espinharedo, praticamente toda a região fica cercada pelo Rio Jacuí e por seus altos paredões. No ano de 1859 a área da atual comunidade foi herdada por Manuel Gonçalves de Oliveira Padilha, herdeiro de Padilha Rico. A área acabou sendo vendida para João Appel e constituindo a primitiva Fazenda das Palmeiras. Mais tarde, grande parte da área foi alagada com a construção da Usina hidrelétrica de Itaúba. Antes do alague, acima da Barragem de Itaúba,

havia uma antiga e estreita estrada que deu origem ao nome da comunidade: Passo do Jacuí, no local foi construído uma capela em honra a Santo Antão.

Segundo o site Canção Nova, Santo Antão nasceu no Egito e viveu mais de 100 anos. Com apenas 20 anos, o Santo havia perdido os pais; ficou órfão com uma considerável soma de bens, mas o maior bem que os pais lhe deixaram foi uma educação cristã. Ao entrar para a Igreja, vendeu parte de seus bens e buscou a vontade do Senhor. Sentiu-se chamado a viver num local abandonado: cemitério, onde construiu muros e viveu ali dentro, na penitência e na meditação. As pessoas eram canais da providência, pois elas lhe mandavam comida e ele as aconselhava. Até que, com tanta gente querendo viver como Santo Antão naquele lugar surgiram os monges. Ele foi construindo lugares e aqueles que queriam viver a santidade, seguiram seus passos. Santo Antão viveu na alegria, na misericórdia e na verdade. Tornou-se abade, pai, exemplo para toda a vida religiosa. Exemplo de castidade, de obediência e pobreza. Seu dia é lembrado como sendo 17 de janeiro²¹.



Figura 17: Capela Santo Antão (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

²¹ SANTO ANTÃO. Disponível em: <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=17&mes=1>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

1.3 – A presença dos italianos no município de Pinhal Grande

No início do século XX, mais especificadamente no ano de 1908, os conhecidos colonos, imigrantes italianos, começaram a adentrar no município em busca de terras férteis. Os irmãos Rubin foram os primeiros a chegar, estabelecendo uma firma Rubin & Irmãos ergueram um moinho (pode ser visualizado na próxima figura) para moer o trigo e o milho. Como compraram uma significativa área de terras, dividiram em colônias e venderam a seus compatriotas que estavam interessados em se estabelecer em outro local, devido às colônias, das regiões próximas, não permitirem mais ampliar os lotes.

Assim, pode-se acrescentar que a vinda dos colonos para Pinhal Grande foi consequência de uma redistribuição de pessoas entre os locais da Quarta Colônia já habitados, pois havia uma superlotação nos lotes com o aumento das famílias. A vinda para terras pinhal-grandenses foi à solução encontrada por muitas famílias de imigrantes que necessitavam de mais terras para produzir e também para acomodar seus filhos, genros, noras e netos.



Figura 18: Moinho Irmãos Rubin (Arquivo Prefeitura Municipal de Pinhal Grande)

Deve-se salientar que a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil está ligada à questão econômica pela qual a Itália estava passando. Desse modo, a época era propícia para a vinda de europeus ao Brasil, bem como as relações contratuais que, mais tarde, foram desenvolvidas com a perspectiva de trazer um maior contingente.

A situação econômica da Itália era crítica, em especial, pelo grande número de trabalhadores braçais, arrendatários que viviam em condições de miséria extrema. A solução encontrada pelo governo italiano, que estava em processo de unificação e precisava achar uma medida para solucionar o problema do grande número populacional, foi a imigração italiana. Ademais, essa solução iria “banir” a miséria e amenizar os problemas sociais, sem que para isso fosse despendido de altos gastos.

O abandono da terra natal consistiu na saída para a crise vivida por multidões de camponeses. Partia-se para a América para fugir da fome, do trabalho fatigante, da desnutrição, do salário irrisório, do alto aluguel da terra, do serviço militar. A imigração era a forma de revolta surda e silenciosa contra os donos da terra (...). Ela prometia um futuro risonho, no qual todos seriam signori²².

Por outro lado, o Brasil buscava uma mão de obra alternativa para substituir o trabalho dos escravos nas lavouras cafeeiras e “povoar os espaços vazios”²³, principalmente no território que conhecemos hoje como Rio Grande do Sul. Porém, tinha-se a exigência de trazer uma mão de obra europeia para fazer o branqueamento da nação, uma das formas encontradas foi trazer os italianos.

Ainda, Maria Catarina Zanini em sua obra “A Italianidade no Brasil Meridional - A construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS” salienta que: a imigração nessas paragens teve como função, além das metas gerais (“branquear” e recatolizar o Brasil), alcançar objetivos geopolíticos que consistiam em definir fronteiras em tempo real e ocupar áreas com baixa densidade populacionais e por isso, consideradas falsamente “vazias” pelo poder nacional.

É imprescindível dizer que o camponês italiano vivia, sobretudo, em comunidades aldeãs, geralmente como arrendatário de terras. Por esse motivo, as matas e as florestas brasileiras assombravam o seu imaginário desde o momento em que decidia partir para o

²² MAESTRI, Mário. **O Império: Da consolidação à crise do escravismo -1822-1889**. Passo Fundo: Ed da Universidade de Passo Fundo, 2005.p.103.

²³ A expressão “espaços vazios” está sendo utilizada no sentido de que havia grandes áreas improdutivas no país, ou seja, vazios demográficos que surgiam como uma possibilidade de gerar renda. Além disso, seria também uma forma de expulsar os indígenas e também escravos do local e garantir assim o branqueamento da nação.

Brasil e sintetizavam material e simbolicamente - o caráter inculto, selvagem, não civilizado dos territórios americanos que deveriam desbravar²⁴.

O imigrante que partia para América se lançou ao mar, porque não tinha outra opção lá (Itália) de melhorar de vida. Os italianos eram, em sua maioria, famílias provenientes do Norte da Itália, agricultores, pobres e católicos²⁵. Esse espírito de aventura pode ser explicado pelas promessas que foram feitas a eles por parte do governo brasileiro. Além disso, o Brasil ofertava uma possibilidade dos sonhos serem concretizados, o de serem patrões, donos de seu próprio pedaço de chão. O desejo de ter sua própria terra, de cultivarem, de ser quem manda, é a essência que moveu milhões de imigrantes italianos a deixarem a sua pátria e partir rumo ao “desconhecido”.

O imigrante não vinha sozinho, trazia junto a sua família: esposa, filhos, pais. Quanto mais pessoas viessem, a dívida seria paga mais rápida, pois a família era a mão-de-obra da futura propriedade. Os italianos desembarcavam no Rio de Janeiro, após a quarentena na Casa do Imigrante, na Ilha das Flores, viajava-se para Porto Alegre, esta travessia durava mais de dez dias.

As três primeiras colônias que foram fundadas no Rio Grande do Sul são: Campos Bugres que originou: Caxias do Sul, Flores da Cunha, Farroupilha e São Marcos; Conde D’Eu que originou: Garibaldi e Carlos Barbosa; Dona Isabel que deu origem a Bento Gonçalves. Em 1877, uma Quarta Colônia, Silveira Martins, foi organizada na região florestal, em terras mais baixas, próximas a Santa Maria, no centro do Rio Grande²⁶.

A Quarta Colônia, que num primeiro momento abrigou a região da conhecida Silveira Martins, mais tarde acabou se expandindo para outros locais, originando assim a Quarta Colônia que conhecemos hoje e que agrega os seguintes municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

Cada Colônia fundada era distribuída em lotes individuais, sendo que os lotes tinham uma considerável extensão de terras, aproximadamente 25 hectares. Porém, nos primeiros anos, a Colônia manteve-se isolada do grande centro, as distâncias eram enormes e os

²⁴ MAESTRI, Mário. **Os Senhores da Serra** - a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: Ed da Universidade de Passo Fundo, 2ª ed, 2000.p.37.

²⁵ ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Escrever e resistir: a literatura de descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. In: **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. p.263.

²⁶ MAESTRI, Mário. **O Império**: Da consolidação à crise do escravismo -1822-1889. Passo Fundo: Ed da Universidade de Passo Fundo, 2005.p.104.

caminhos precários. Esse isolamento fez que os novos moradores mantivessem viva sua tradição, dentro desse ambiente os dialetos foram preservados.

A floresta era vista como um local que inspirava medo, solidão, isolamento, perigos diversos (animais selvagens e o próprio índio). Ao mesmo tempo, ela propiciava a madeira em abundância para a construção das casas e também animais, inclusive os pássaros, foram muito utilizados como alimento por um longo período.

Para amenizar a saudade da terra natal e propiciar um pouco de vida às colônias, foram construídas capelas para a missa ser celebrada. A capela exercia dupla função: religiosa e também funcionava como ponto de encontro entre os colonos. Geralmente, ao lado da capela era erguida uma venda que fornecia produtos de primeira necessidade aos colonos.

O apego à igreja foi o meio encontrado, pelo italiano, para superar as adversidades e a saudade da terra natal. O som propagado pelo sino era visto como uma maneira de afastar a solidão, além disso, abolia as distâncias e propiciava a sensação de estarem realmente na própria terra. Sem contar que era ao redor da capela onde estabeleceram as relações sociais entre os imigrantes vindos da Itália. Eles não se consideravam italianos, mas sim friulanos, vênnetos, calabreses, cada um com o seu próprio dialeto e costumes.

O toque dos sinos da capela lembrava que estavam vivendo em uma comunidade, afastava a solidão, abolia as distâncias e dava a sensação de estarem realmente na própria terra natal. Ao redor da capela se estabeleceu um núcleo de sociabilidade: armazém ou botequim e, mais tarde, a escola. No começo os padres eram raros, então os próprios imigrantes nomeavam uma pessoa, ou seja, um leigo para assumir essa função. Como consequência esse isolamento prejudicava o escoamento da produção e, de certa forma, a inserção social dos núcleos.

Para Santini:

O sino parece ser o símbolo do universo cultural do imigrante italiano. O sino, sem dúvida, coloca-se como o grande instrumento da linguagem universal da vida dos imigrantes. Ele sintetiza e expressa a plenitude do acontecer humano, seja em seus valores mundanos e sociais, seja em seus valores espirituais e eternos. Tudo pode ser dito e manifestado pelo poder infinito da linguagem melancólica dos sinos. O sino tornou-se a presença obrigatória, indispensável. É tudo. O mundo cristão que fizera do sino um símbolo litúrgico universal. O imigrante, perdido e abandonado na imensa solidão das florestas brasileiras, fez do sino sua voz, símbolo das melodias capazes de preencher os vazios, de vencer as distâncias e romper o silêncio, de aproximar e unir²⁷.

²⁷ SANTINI, Silvino. **A Imigração Esquecida**. Porto Alegre: Editora EST, 1986.p.8.

A prosperidade da Quarta Colônia está relacionada à forte presença da Igreja, representada na figura dos sacerdotes e também na persistência do colono em cultivar a terra. Os sacerdotes, muitas vezes, lideravam a comunidade e também eram capazes de coordenar um projeto conjunto. Esses conseguiam unir os imigrantes na construção da capela, na doação do terreno para o cemitério, na construção do salão para as festividades, ou seja, eram responsáveis pela vida social, além de dar conselhos e confortar esses indivíduos.

Para Santini:

... a religião cristã católica, como formadora da religiosidade dos imigrantes, é sem dúvida aquela que determina a ortodoxia e legitimidade da vivência religiosa, e a ela deve ser creditado, sem dúvida nenhuma, o mérito de ter estado presente nos momentos mais difíceis vividos por cada imigrante e por comunidades inteiras. A fé católica com todos os seus símbolos constituíram o grande manancial de forças nos momentos de solidão e abandono para que ninguém perdesse as esperanças no próprio futuro²⁸.

Assim, a capela e o sino para os imigrantes italianos eram a lembrança de que Deus estava sempre presente em tudo. O fervor religioso fez com que fossem construídos vários capitéis que pontilhavam as estradas; geralmente eram erguidos em homenagem a um determinado santo devoto pela promessa alcançada. Os capitéis eram marcas presentes no cotidiano das pessoas e significavam que Deus estava sempre próximo, era o guia. Isso indicava que todas as coisas se resolviam entre eles e Deus e mais ninguém.

No município de Pinhal Grande os descendentes de imigrantes italianos, para comprovarem a sua fé em Deus, ergueram uma Igreja e dedicaram a São José. A religiosidade veio com os italianos e o primeiro padre foi Timóteo Halsethal. As missas eram inicialmente realizadas na casa do Senhor Bortolo Prevedello, por padres vindos de Júlio de Castilhos. No ano de 1921 teve início a construção da primeira Capela de Pinhal Grande em madeira, sendo que o terreno foi doado por: Cezar Rubin, Augusto Rubin e José Rubin Filho.

A Igreja Matriz de São José começou a ser construída no ano de 1934. A Paróquia São José só seria criada pelo decreto de D. Antônio Reis em 19 de março de 1942, tendo como Pároco o Padre Léo Trevisan, que organizou: o Apostolado da Oração, a Pia União das Filhas de Maria, a Congregação Mariana e, no terceiro domingo de cada mês uma missa e procissão com o Santíssimo ao redor da Igreja e, no final, proferia uma bênção solene.

Destaca-se que a religião católica guiou e desempenhou um papel fundamental na constituição da sociedade pinhal-grandense. A vida se dava ao redor da Igreja, sendo que a crença dos colonos se manifestava na oração em família, na reza do terço, na participação dos

²⁸ IBID p.17.

atos religiosos. Foi a solidariedade cristã que levou o povo de Pinhal Grande a levantar as primeiras capelas, a Casa Canônica, a Igreja Matriz e a Casa de Saúde São José.

A presença dos sacerdotes e a dedicação dos colonos no cultivo da terra foram fundamentais para o desenvolvimento e prosperidade das colônias. Para o imigrante italiano, o padre desempenhava a função que ia além do sacro, ele constituía um elo entre a comunidade colonial e o estado, ou seja, desempenhava além do sacerdócio uma espécie de função política, reivindicando melhorias para as colônias.

Salienta-se que a religião católica, no âmago da colônia, agia de forma a aumentar o seu poder de domínio, buscando legitimar-se numa terra que, até o momento, não tinha lei. A presença da igreja instituía a moral e um modelo católico ideal: o imigrante trabalhador que participava da missa e difundia a fé católica no seio de sua família.

No âmbito econômico, os imigrantes trouxeram novas culturas e inauguraram a diversidade de gêneros alimentícios plantados na Colônia com o objetivo de depender menos da compra de produtos do armazém, isto era uma marca desta pequena propriedade, sendo que essa característica predomina até os dias atuais com a chamada agricultura familiar. Além disso, o catolicismo também incentivou que esses colonos se dedicassem também ao cultivo da terra e prosperassem, sendo cidadãos de bem.

Conforme Zanini:

O colono italiano no Brasil é tido como aquele que, após muito trabalho e muitas privações, conquista seu bem-estar e que, apesar das dificuldades e do abandono, luta e trabalha incansavelmente. A construção do herói se delineia historicamente, ele é o homem que sofre, mas não se deixa abater e que constrói uma trajetória para si²⁹.

No município de Pinhal Grande, na época da formação das colônias, a introdução do Moinho Rubin, na Nova Colônia, teve papel fundamental na venda dos lotes e no desenvolvimento do primeiro povoado que originou o município de Pinhal Grande como é conhecido hoje. Este Moinho é visto atualmente como um patrimônio do local, uma marca do início da colonização italiana.

²⁹ ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **A Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria RS. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006. p.111.

CAPÍTULO 2 - A COMUNIDADE PINHAL-GRANDENSE E O MUSEU

Neste capítulo serão trabalhados conceitos relativos ao patrimônio e história oral, ainda se fará uma análise de documentos internacionais relativos à constituição do espaço museu, bem como a sua relevância. A história oral também será utilizada como uma forma de buscar compreender como se deram as doações das peças bem como a sua importância para a comunidade local. As entrevistas foram realizadas com alguns dos principais doadores da instituição Museu.

2.1- Algumas considerações referentes ao campo do patrimônio cultural

É imprescindível para este trabalho discutir alguns conceitos referentes ao campo do patrimônio e da memória assim como, as transformações que abrigaram o universo do patrimônio cultural nos últimos tempos no Brasil. Para isso, torna-se necessário analisar alguns documentos que trabalham com os já referidos conceitos.

A origem da palavra patrimônio vem do latim *patrimoniun* e está associado à ideia de propriedade herdada do pai ou de outro ancestral. A propriedade é entendida como o que define a pessoa, é aquilo que lhe foi legado, deixado como herança, ou seja, passado de geração a geração. Essa definição de patrimônio, entendido como legado, herança, passa a ganhar outra conotação, a conotação financeira do que é adquirido, isto é, o valor do mercado começa a ser levado em conta. Dessa forma, segundo Soares: “a concepção de patrimônio nasce na forma de herança de caráter cultural, mas também econômica”³⁰.

Atualmente, a expressão patrimônio cultural é usada para designar objetos no sentido mais geral do termo: prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias

³⁰ SOARES, André Luís Ramos. SANTA MARIA TEM PATRIMÔNIO? DISCUSSÕES A RESPEITO DO PODER E DA MEMÓRIA DA CIDADE. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, Iran (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.p.44.

documentos; e diferentes modalidades de práticas sociais reconhecidas enquanto bens culturais: artesanato, rituais, festas populares, religiões populares, esportes, etc.

É imprescindível destacar que o discurso do patrimônio, referente ao seu valor e também a importância de sua preservação, surgiu num momento em que os bens culturais estavam sendo destruídos, após a deposição da nobreza pela Revolução Francesa. Era uma maneira que as classes menos favorecidas encontraram de desestruturar os monumentos referentes à antiga classe dominante, simbolizavam o poder e também as marcas deixadas pela velha ordem vigente.

A preservação de parte dessa história foi possível devido ao movimento de reapropriação e também devido à ressignificação que esses símbolos acabaram tendo. Foi um momento de construção dos grandes museus, que procuravam refletir toda a pujança e soberania nacional pela exposição em suas salas filiadas aos gabinetes de curiosidades e, ao mesmo tempo, divulgar a produção científica e o resultado dos empreendimentos colonialistas, isto é, as primeiras coleções de cunho etnográfico. Nesses lugares de trocas simbólicas e rituais, a nação, como comunidade imaginada, construiu arbitrariamente a sua imagem homogênea e coesa.

Pode-se salientar que na França, durante o Novo Regime instituído pela Revolução Francesa de 1789, os bens confiscados da nobreza e do clero pelos revolucionários foram postos a disposição do povo. Logo, foi criada a Comissão dos Monumentos, responsável pela elaboração do inventário dos bens nacionais e das diretrizes de gestão patrimonial. Um dos primeiros princípios a nortear as ações foi à classificação dos bens patrimoniais em móveis e imóveis, os primeiros perdendo o valor funcional, mas incrementando o valor simbólico - enquanto bem afetivo e representação cultural - nos museus, como o Museu do Louvre que foi criado em 1793 para cumprir a função pedagógica de formar a cultura francesa.

Dentre as diretrizes da gestão patrimonial, uma delas se preocupou em garantir a utilização dos bens culturais para fins científicos e também educacionais; destacando ainda a ideia de posse coletiva desses bens. No momento em que determinado elemento foi assimilado como pertencente à sociedade, ao seja, ao coletivo, deu margem para a atuação dessa sociedade na preservação do mesmo, garantindo assim a sua permanência para as próximas gerações. Porém, somente em 1830 foi criado o cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos, ocupado pelo escritor Prosper Mérimée.

Os avanços no campo de compreensão do patrimônio ocorreram com a criação de órgãos responsáveis por discutir a preservação dos mesmos, tendo destaque especial à França com a sua Comissão de Monumentos - resultou no surgimento de diversas categorias de

museus - no qual foi possível observar um processo de negociação para a construção dos seus discursos, muito embora diversos elementos dessas narrativas fossem coercitivos – que procuraram atender às demandas sociais de cada época.

O discurso do campo do patrimônio constituiu-se a partir de algumas noções, como: autenticidade, monumentalidade, excepcionalidade e tradição que, no cenário europeu, guardaram ligação direta com o legado das elites, incluindo o clero e a nobreza. Assim, a cultura do nacionalismo estava ligada a um forte simbolismo, ainda imbricado na memória coletiva da nação.

Pode-se dizer que o patrimônio histórico e artístico nacional é um conjunto de bens materiais e imateriais que simboliza a nação, ou melhor, a imagem que se quer dela criar. A atualização do discurso do patrimônio - voltada para a diversidade cultural e inclusão do popular, do “tradicional”, das minorias, dos vencidos - reflete a constatação da existência de subgrupos, apesar da ideia da nação homogênea persistir. Essa questão dos chamados subgrupos ganhou espaço com a conhecida era da globalização, quando, principalmente, o campo da informação é praticamente instantâneo, proporcionando o conhecimento universal a todos que possuem acesso à rede.

A partir das últimas décadas do século XX, o discurso do patrimônio e as políticas de preservação sofreram importantes transformações. A categoria ampliou-se, relacionada ao conceito antropológico de cultura, a fim de refletir a diversidade subjacente à imagem homogênea que representava a nação. Assim, semelhante aos patrimônios da nobreza e da burguesia adquiriram também a aura de manifestação cultural: os saberes, os fazeres, as celebrações e os lugares dos diversos grupos e classes sociais, ou seja, elementos que retratavam um país. Desse modo, todos passaram a ter o direito de reconhecimento e valorização de sua cultura.

A Declaração Universal da Diversidade Cultural veio somar com essas manifestações, ampliando o leque de ação. No seu artigo 1º referente à diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade define que:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras³¹.

³¹ Declaração Universal da Diversidade Cultural. Disponível em:

O reconhecimento da diversidade cultural possibilitou que novas categorias de patrimônio cultural fossem agregadas. O saber-fazer é uma delas, onde reconhece a relevância dos saberes populares, do que identifica e também comprova a existência de comunidades tão complexas e diversas. Ademais, a importância dos saberes está ligada a manutenção da memória coletiva da comunidade, uma forma do aprendizado continuar sendo repassado para as próximas gerações.

2.1.2 – A questão do patrimônio cultural no Brasil

No Brasil o discurso do patrimônio cultural passa a ganhar forma, a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa à colônia. D. João VI começou a dar “ares europeus” ao Brasil com a criação da Biblioteca Nacional, do Jardim Botânico, do Arquivo Nacional e do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. O objetivo era constituir um local de trocas de conhecimento, de valorização das ciências, influências do pensamento iluminista. Além disso, os locais, já citados, não deixaram de ser espaços de preservação e de guarda de elementos relevantes para a época.

A corte portuguesa, no Brasil, possibilitou que pudesse ser contada e valorizada a história de uma elite, através de costumes, hábitos e construções. Somente com o movimento romancista do século XIX teve início a divulgação de uma imagem de Brasil Tropical, romantizando a figura do indígena como o “bom selvagem”. Uma das obras conhecidas nesse período é o livro “Iracema” do escritor José de Alencar, que tinha por objetivo promover uma espécie de “branqueamento” do indígena, tornando-o semelhante ao homem branco.

A efervescência dos ideais modernistas, na Semana da Arte Moderna de 1922, intensificou a questão relativa ao patrimônio cultural brasileiro, foram realizadas discussões de pautas referentes à identidade cultural. O manifesto modernista ocorreu num período em que as tradicionais oligarquias cafeeiras estavam no poder e controlavam o campo da informação e também outras instâncias de poderes. Assim, os modernistas, financiados pelos cafeicultores, buscaram estabelecer marcos para a criação de uma cultura brasileira miscigenada com uma identidade própria.

Segundo Mário Chagas a Semana da Arte Moderna de 1922 foi:

...uma colcha de retalhos à brasileira. Conjunto de cores (tendências) diversas. Misto de festa e rigor de pesquisa, de destruição e construção de valores, de individualismo e consciência social, de pragmatismo e romantismo, de abrigo e desabrigo incômodo, de nacionalismo e universalismo, de ruptura e tradicionalismo³².

Pode-se destacar que a busca por uma identidade própria não era missão de um grupo homogêneo, as vozes dissonantes não permitiram um consenso. Houve a presença de diversos movimentos que procuraram consolidar suas diferentes perspectivas, como o Manifesto da Poesia Pau-Brasil, que objetivava apresentar uma literatura brasileira, a partir da descoberta da realidade do povo; a resposta dada à proposta desse nacionalismo de Oswald de Andrade ocorreu no Manifesto do Verde - Amarelismo ou da Escola da Anta, que propunha um nacionalismo ufanista e que, por sua vez, deu bases para o Integralismo; o Manifesto Regionalista do Nordeste e a Revista Antropofagia, nova etapa do nacionalismo proposto pelo Manifesto do Verde - Amarelismo, em resposta à Escola da Anta.

Na realidade o movimento modernista não conseguiu ser totalmente inovador, pois buscou inspiração nas manifestações vanguardistas europeias. O que fez foi reelaborar ou “forjar” uma identidade que tivesse ares brasileiros. Assim o barroco mineiro foi assimilado como uma manifestação cultural originalmente brasileira, com suas esculturas, pinturas e arquitetura. A cidade mineira de Ouro Preto recebeu o *status* de Monumento Nacional no ano de 1933.

É importante salientar que a missão do movimento modernista era “descobrir” a brasilidade, identificar a sua essência para definir a nação brasileira. A missão era civilizar, modernizar, e elevar o Brasil ao patamar de uma nação aos moldes da civilização europeia. Anteriormente, a maioria dos bens tombados afirmava uma história oficial de uma elite brasileira: os monumentos, as grandes construções - representações de um elo de poder dominante - permeavam a linha dos bens tombados no Brasil.

De acordo com as ideias de Benedict Anderson, uma nação, entendida enquanto uma comunidade imaginada por vir a ser:

...construída discursivamente, enquanto uma literatura, enquanto uma língua nacional, enquanto uma raça, um folclore, uma religião, um conjunto de leis, enquanto uma política de Estado visando à independência política e econômica, ou

³² CHAGAS, Mário. Há Uma Gota de Sangue Em Cada Museu: A Ótica Museológica De Mário De Andrade. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. n° 13 Lisboa: ULTH, 1998.p.32. Disponível em: <<http://cadernossociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia-1-22/cadernos%/2013%20-1998.pdf>> Acesso 01 dez.2009.p.60

ainda, uma política cultural visando à recuperação, defesa e preservação de um patrimônio cultural³³.

Sob a influência do movimento modernista, no ano de 1936 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), um órgão oficial responsável pela defesa do patrimônio cultural do país. O Ministro de Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, recorreu a Mário de Andrade para que elaborasse um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro³⁴. Dessa forma, Mário de Andrade preparou um anteprojeto de lei que serviu como base para delinear as primeiras políticas culturais.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado por decreto presidencial nº. 25, no dia 30 de novembro de 1936 e, regulamentado em janeiro de 1937, no intuito de proteger o patrimônio cultural brasileiro. Rodrigo Melo Franco de Andrade, um intelectual mineiro associado aos modernistas, foi convidado por Gustavo Capanema para dirigir o SPHAN, foi seu primeiro presidente.

Cabe lembrar que o SPHAN foi baseado, apenas em partes, no anteprojeto de Mário de Andrade, sendo que uma das propostas não foi assimilada. Andrade considerava que o bem cultural necessariamente não é um bem monumental, ou melhor, grandes construções, mas também o saber-fazer (lendas, culinária, danças, etc.) pode ser considerado patrimônio cultural. Embora reiterasse a distinção entre arte erudita e popular, ligando aquela ao conceito de nacional, a concepção de arte de Mário de Andrade, enquanto habilidade humana que reflete ciência, coisas e fatos, aproximava-se do conceito de cultura como a totalidade da herança social.

Ainda referente ao anteprojeto de Mário de Andrade pode-se destacar que o patrimônio cultural seria dividido em oito categorias, que deveriam ser agrupadas em quatro livros-tombo. Entre as oito categorias salienta-se a categoria referente à arte popular, dentre elas: “Monumentos - arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzes mortuárias de beira de estrada, jardins, etc.” Outra exposição relaciona-se ao folclore como “música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos e danças dramáticas”³⁵.

³³ ANDERSON, 1989 apud GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – IPHAN. p.12.

³⁴ SOARES, André Luís Ramos. SANTA MARIA TEM PATRIMÔNIO? DISCUSSÕES A RESPEITO DO PODER E DA MEMÓRIA DA CIDADE. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, Iran (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.p.48.

³⁵ DIAS, Guilherme. **Patrimônio da Cidade: Reflexos da Política de Proteção Nacional no Município de Santa Maria, RS**. 2009. 45f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. p.13.

As interpretações a respeito da compreensão do patrimônio cultural do período de 1930-1980, no Brasil, nortearam as políticas públicas referentes à área cultural, definindo o trato com o patrimônio cultural brasileiro. Nesse período, ocorreu o desenhar de duas visões a respeito do patrimônio, a primeira de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente do SPHAN por mais de 30 anos e; uma segunda visão a de Aloísio Magalhães, que trouxe a proposta de reformular as ações bem como o entendimento sobre patrimônio cultural. Essa segunda visão esteve associada ao processo de renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural.

A figura de Rodrigo de Andrade deu início às políticas oficiais a respeito do patrimônio cultural no Brasil, no ano de 1936; a proposta de ação vinha ao encontro das políticas de modernização do país, as quais foram adotadas com o estabelecimento do Estado Novo, uma nova forma de sistema político.

Na esfera cultural, nesse período, o movimento modernista surgiu com a proposta de criar um novo Brasil, um brasileiro concebido em termos de uma ideologia nacionalista. O Ministério da Educação e Saúde Pública foi um dos primeiros a adotar as mudanças. O Ministério era dirigido por Gustavo Capanema, um intelectual político associado à elite mineira, o qual desempenhou um papel crucial na criação de instituições culturais e educacionais até o fim do Estado Novo, em 1945.

As políticas adotadas primaram à valorização das origens da cultura brasileira tradicional, levando em conta as contribuições das populações: indígenas, africanas e europeias no Brasil. O principal propósito era afirmar e defender a existência de uma cultura nacional genuína, deixando de lado as singularidades regionais. A definição de Brasil não foi apenas legada ao seu território e sua população, mas principalmente a obra da civilização portuguesa. O patrimônio cultural deveria servir como um documento de identidade da nação brasileira.

Dessa forma, observa-se que o conceito de patrimônio sofreu profundas alterações com o passar dos tempos. Segundo o decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, no seu capítulo I - Do patrimônio histórico e artístico nacional:

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação, seja de interesse público,

quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico³⁶.

O entendimento que se tinha a respeito do patrimônio estava vinculado à noção de bens ligados ao material, principalmente aos monumentos, prédios que abrigaram reis, condes e marqueses e pelos acervos a eles pertencentes, passando a ser definido como conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidianas e de todos os segmentos que compuseram e ainda compõem a sociedade³⁷.

Nessa época, as políticas de proteção, aos legados culturais, privilegiavam traços de uma arquitetura europeia específica do período colonial brasileiro, baseado na tradição de uma cultura oficial extremamente elitista. As primeiras mudanças começaram a ganhar formas no ano de 1979, momento que Aloísio Magalhães assumiu presidência do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN). O órgão acabou sendo dividido em: SPHAN (órgão normativo) e Fundação Nacional Pró-Memória (órgão executivo), dando início a uma nova política para o patrimônio cultural brasileiro. Assim, a forma de conceber o patrimônio estava ligada à ideia de cultura e sociedade, vista de acordo com a antropologia; e, a busca pela valorização da cultura nacional estava voltada para as manifestações do presente.

Segundo Magalhães, os bens culturais foram concebidos como indicadores para serem usados no processo de identificação do caráter nacional brasileiro, definidos não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória histórica norteadas pelo futuro. O passado foi visto como uma referência que deveria ser usada e reinterpretada no presente, mas não esquecendo os propósitos futuros.

A nova política cultural tinha a finalidade de revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que a mesma fosse considerada nos processos de desenvolvimento. Havia uma preocupação para o Brasil não perder seu caráter nacional. Para isso, os bens culturais desempenhariam um papel fundamental.

Acrescenta-se que Rodrigo Melo Franco de Andrade via a cultura brasileira sob um viés mais tradicional ligado ao passado. Em sua narrativa, o principal problema enfrentado era a indiferença por parte da população quanto à existência do patrimônio. Para romper com essa visão, Aloísio Magalhães destacou que o patrimônio deveria ser entendido como parte da

³⁶ Decreto lei número 25 de 20 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:

<http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/patrimonio/Leis/Federais/Decreto-lei%20n25.pdf>. Acesso em maio de 2010.

³⁷ BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papyrus, 2001. p.11.

diversidade cultural, dando ênfase a cultura popular. O sentido de pertencimento seria interpretado para agregar essa diversidade cultural existente no país.

Desse modo, a política defendida por Magalhães buscava agregar a diversidade cultural do país, bem como estabelecer ações que pudessem definir a preservação não somente de bens representativos de uma arquitetura colonial portuguesa, mas que, principalmente, inserissem modelos representativos de outras culturas existentes no país. Assim, o Brasil deveria ser visualizado como um local marcado pela mais variadas culturas: indígena, africana e europeia, considerando que cada uma dessas deixou de legado um determinado patrimônio.

A necessidade de estruturação surgiu após um novo momento no qual o Brasil foi apresentado como uma sociedade modernizada, industrializada e altamente complexa. A instituição de proteção dos bens patrimoniais, IPHAN, entendeu que era preciso agregar outras manifestações culturais, como: o fazer cultural.

O fazer cultural não era considerado um bem cultural e o âmbito do patrimônio estava restrito aos bens móveis e imóveis. O objetivo da nova política era propor uma linha alternativa para o patrimônio cultural, dando ênfase a quatro principais áreas: artesanato, levantamentos socioculturais, história da tecnologia e história da ciência. Esses levantamentos de documentação sobre o Brasil eram tentativas de abranger a diversidade cultural existente no país.

O Brasil, compreendido como um país jovem, foi concebido em termos de um processo aberto, inconcluso perante sua formação cultural, econômica e política. A nação foi pensada enquanto provida de uma cultura que ainda não tinha adquirido estabilidade e permanência. Pode-se dizer que a nação brasileira ainda encontra-se em processo de formação.

Acrescenta-se que Rodrigo Melo Franco de Andrade compreendia a cultura brasileira sob um viés mais tradicional, fundamentada num passado. Na sua narrativa o principal problema enfrentado era a indiferença de grande parte da população à existência do patrimônio. Para romper com essa visão, Aloísio Magalhães destacou que o patrimônio deveria ser entendido como pertencente à diversidade cultural, dando ênfase a cultura popular. O sentido de pertencimento deveria ser interpretado como forma de agregar as diferenças culturais existentes no país.

Cabe salientar que as diferenças entre Rodrigo Melo Franco e Aloísio Magalhães são discursivas, mas acima de tudo marcam políticas de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional em dois momentos precisos. Rodrigo, que atuou durante do governo de

Vargas, adotou o viés de entendimento de patrimônio da época, ou seja, valorizou as grandes construções, elementos ligados a herança luso-brasileira e demonstrando, portanto, que a questão do patrimônio não ganhou significação político-ideológico durante o governo Vargas. Já segunda fase do SPHAN, período renovador, esse quadro foi alterado, não só devido à aposentadoria de Rodrigo M. de Andrade, mas também porque o contexto político, social e cultural era outro. A partir dos anos 1950- 1960, a ideologia do desenvolvimentismo exigiu que os responsáveis pelo órgão desenvolvessem novas diretrizes de atuação, aliando valor cultural e valor econômico aos bens culturais, com maior participação de outras esferas do poder público.

Ao longo dos debates suscitados, foi possível compreender que a identidade nacional não tem uma fórmula pronta, ela é construída e reinterpretada diariamente. Como cita Bauman, no livro denominado *Identidade*:

A ideia de identidade, e particularmente de identidade nacional, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um fato da vida auto-evidente. Essa ideia foi forçada, a entrar na *lebenswelt* de homens e mulheres modernos – e chegou como ficção (...). A ideia de identidade nasceu da crise do pertencimento e do esforço que está desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o deve e o é³⁸.

A identidade está intrinsecamente ligada à noção de apropriação, pois para que um povo se identifique e seja reconhecido, o mesmo necessita apropriar-se de algo comum a todos. A apropriação qualifica um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado nessa identidade. Nos discursos sobre patrimônio cultural, a apropriação é entendida como uma resposta necessária à fragmentação e a transitoriedade dos objetos e valores. Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade.

Desse modo, a identidade é formada e transformada continuamente, é fluida, ou seja, conforme o meio (recipiente) que a mesma se insere, acaba ganhando diferentes formas. Para Stuart Hall: “a identidade é definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”³⁹.

Desse modo, Bauman complementa que a globalização “quebrou as barreiras” ao definir que o Estado não tem mais o poder de manter uma união sólida e inabalável com a

³⁸ BAUMAN, Zygmund. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p.26.

³⁹ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p.13.

nação. O pertencer ultrapassou as fronteiras territoriais agregando as escolhas individuais, escolhas estas influenciadas pela alta valorização da imagem.

Ainda, para Zygmund Bauman:

A principal força por trás desse processo tem sido desde o princípio a acelerada “liquefação” das estruturas e instituições sociais. Estamos agora passando da fase “sólida” da modernidade para a fase “fluida”. E os “fluídos” são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados numa recipiente apertado, continuam mudando de forma sob influência até mesmo das menores forças. Num ambiente fluido, não há como saber se o que nos espera é uma enchente ou uma seca - é melhor estar preparado para as duas possibilidades. Não se deve esperar que as estruturas, quando (se) disponíveis, durem muito tempo⁴⁰.

A identidade ganha sua forma sob a influência da sociedade, no qual o homem é entendido como um ser social. Assim, Hall defende que o sujeito está se tornando fragmentado, composto de várias identidades. Na criação do Estado Nacional Moderno, mais especificamente na constituição de nação, além da delimitação de um território nacional, de um espaço demarcado era preciso eleger símbolos nacionais comuns, como: língua, monumentos, ou seja, lugares de memória.

Desse modo, o patrimônio tem o poder de preservar e manter viva a história de uma nação, conservando-a do processo de destruição e de perda. Ele precisa ser defendido, protegido, preservado, restaurado e apropriado pela própria nação ou por seus representantes, de modo a evitar a sua decadência e destruição. Para que uma nação possa existir, enquanto uma entidade individualizada e independente, ela tem que identificar e apropriar-se do que já é sua propriedade: seu patrimônio cultural.

A ideia de nação pode, discursivamente, ganhar um viés determinado conforme o que se deseja afirmar. A nação é entendida enquanto uma comunidade que compartilha a mesma língua, organizada segundo um conjunto de leis. A apropriação e o reconhecimento são essenciais para identificar denominada nação.

A nação deve ser concebida como legítima proprietária de sua cultura. Sua existência se dá na medida em que se apropria de si mesma por meio de sua cultura. Em outros termos, pode-se dizer que uma nação é sua autoapropriação.

A apropriação do patrimônio tem o papel de reconstruir uma tradição que, até então, era relegada ao passado. O patrimônio deve ser utilizado conforme um instrumento para educar a população a respeito de sua unidade e permanência, promovendo a valorização do

⁴⁰ BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p.57.

passado. Os legados devem ser protegidos de maneira a servirem como utensílios de identificação da cultura nacional, visualizada como todo e, que não somente preservem os bens de uma determinada camada social.

Pode-se dizer que os monumentos são a materialização dos valores permanentes da civilização. O tombamento é um procedimento legal, no qual os bens culturais são apropriados oficialmente e reconhecidos. Esse ato consiste na incorporação do bem ao patrimônio histórico e artístico nacional, tornando-o propriedade nacional. O livro tombo é o estágio final de um longo processo. O proprietário do bem tombado não exerce mais poder sobre a coisa, entretanto possui obrigações a cumprir para que o objeto tombado não seja danificado.

Segundo Margarida Barreto:

As políticas preservacionistas referentes ao patrimônio arquitetônico tendem a não deixar tocar os bens, a preservá-los, no sentido estrito da palavra, a resguardá-los, o que implica, muitas vezes, deixar os prédios fechados. Quando essas políticas são aplicadas a edificações que já são aplicadas a bens de particulares, há uma colisão com os interesses da área imobiliária, que podem levar, como já tem acontecido, as ações extremas por parte dos proprietários⁴¹.

A política de tombamento foi fortemente influenciada por uma elite vigente, a qual privilegiava resgatar uma arquitetura colonial com traçados europeus. Durante o período que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do SPHAN, a maior parte dos tombamentos era representativa do chamado barroco brasileiro. A justificativa dos tombamentos privilegiarem o patrimônio mineiro está em Minas ter sido o cenário da Inconfidência Mineira, local onde a política do Brasil do século XVIII passou a ganhar representatividade.

Minas Gerais é uma espécie de lugar sagrado para o patrimônio, onde as expressões artísticas nacionais ganharam visibilidade. Os tombamentos se caracterizaram por serem de igrejas, afirmando o cunho católico do país. Acrescenta-se que o passado ou a tradição desempenha um papel central em qualquer processo de civilização.

O Estado de Minas Gerais também teve a sua escolha associada ao contrabando das obras, que cada vez mais estava ganhando espaço no mercado negro de venda de obras de arte roubadas. Muitas obras de arte pertencentes ao barroco mineiro foram saqueadas e vendidas no mercado negro. O tombamento surge como uma possibilidade de interromper e prevenir a perda do patrimônio.

⁴¹ BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papyrus, 2001. p.14.

Ao contrário do que Rodrigo de Andrade pensava, Aloísio Magalhães defendia que o tombamento não servia para desempenhar o papel de apropriação, pelo fato de não agregar a diversidade existente no Brasil, como as atividades culturais (celebrações religiosas, práticas artesanais).

A política defendida por Magalhães buscava agregar a diversidade cultural do país, bem como estabelecer ações que pudessem definir a preservação não somente de bens representativos de uma arquitetura colonial portuguesa, mas que, principalmente, inserissem modelos representativos de outras culturas existentes no local. Desse modo, o Brasil deveria ser visualizado como um local marcado pela mais variadas culturas: indígena, africana e europeia, sendo que cada uma delas nos legou um determinado patrimônio.

Nesse sentido, a política do IPHAN não estava mais expressando a complexidade e a diversidade do patrimônio cultural brasileiro. Na visão de Aloísio, o passado deveria servir de referência para dar continuidade a um processo de desenvolvimento rumo ao futuro.

A necessidade de estruturação surgiu após um novo momento em que o Brasil é apresentado como uma sociedade modernizada, industrializada e altamente complexa. A instituição de proteção dos bens patrimoniais, IPHAN, entendeu que era preciso agregar outras manifestações culturais, como: o fazer cultural.

O fazer cultural não era considerado um bem cultural, o âmbito de patrimônio era restrito aos bens móveis e imóveis. O objetivo da nova política era propor uma política alternativa de patrimônio cultural, dando ênfase a quatro principais áreas: artesanato, levantamentos socioculturais, história da tecnologia e da ciência no Brasil, levantamentos de documentação sobre o país.

Pode-se citar que o primeiro bem tombado pela apropriação da comunidade foi o terreiro de Candomblé, Casa Branca, no ano de 1984, na cidade de Salvador. Foi o primeiro caso que se tem registro no Brasil de que um determinado grupo, aqui definido como pertencentes a um núcleo de descendentes da cultura africana, acabou defendendo e primando pela proteção de seu legado cultural.

O remodelamento das políticas de tombamento pode ser associado à tentativa de combater com a alienação cultural, que começa a ser desenhada e a ganhar forma com processo da globalização. É importante salientar que esse remodelamento foi possível devido ao momento político no qual o país estava inserido. É o período em que a ditadura militar começa a perder sua força, dando espaço para uma tímida abertura política. Assim, a intenção de proteger os legados culturais da perda passa a ganhar visibilidade.

Quando se perde parte do patrimônio é esquecido um pouco da história. A perda das raízes, crenças, costumes, saber-fazer de um povo acaba estimulando a homogeneização cultural, onde produtos padronizados ganham o mercado, assim a identidade acaba sendo afetada. A homogeneização da cultura, de certo modo, acaba “barrando” o processo de criatividade, de invenção e de criação, em especial, da cultura popular.

Os patrimônios culturais como as coleções estão vulneráveis ao desaparecimento, seja em relação ao passado ou, seja em relação ao futuro, estão sempre sob a ameaça de serem extintos. Um patrimônio cultural é feito de ruínas no sentido literal e também no sentido metafórico do termo. Em outras palavras, o patrimônio está sempre ameaçado de desaparecer, sua reconstrução jamais será completa, na medida em que aquilo que representa somente existe na medida em que se perde.

Segundo Gonçalves,

O patrimônio jamais é resgatado em sua totalidade e integridade, mas sempre por intermédio dos seus fragmentos, que exigem ser cuidadosamente resgatados, restaurados e preservados. Assim, o patrimônio é uma vasta coleção de fragmentos. (...) Eles representam ao mesmo tempo continuidade e descontinuidade. Os ideólogos do patrimônio buscam resgatar essa continuidade por meio de empreendimentos de identificação, colecionamento, restauração e preservação do patrimônio. Mas não obtêm senão fragmentos. Sua tarefa é interminável, pois o patrimônio, como toda a coleção, jamais se completará⁴².

As políticas referentes à proteção do patrimônio cultural devem primar pela permanência desses legados, para que as futuras gerações tenham acesso ao que foi produzido. Segundo o inciso III, do artigo nº. 23 da Constituição Brasileira de 1988, em vigor, é de competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. Valorizar e preservar nosso patrimônio cultural significa manter “viva” a nossa história e a nossa diversidade cultural⁴³.

A defesa pela diversidade cultural foi estabelecida durante uma Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 2002, quando houve o entendimento de que o campo de atuação do patrimônio cultural vai além de obras de arte que pertenceram à elite de uma época, isto é, os grandes monumentos. A diversidade cultural é capaz agregar igualmente elementos da cultura popular. De acordo

⁴² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc - IPHAN. p.112.

⁴³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em maio de 2010.

com a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, no seu artigo 2º referente à diversidade cultural e ao pluralismo cultural, declara que:

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo: plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública⁴⁴.

Esta Declaração, acima nominada, é fruto de uma mudança gestada ao longo dos anos na compreensão de que o patrimônio representa tudo o que foi legado pelos povos antepassados, o que identifica a cultura de uma determinada comunidade como própria e única. Além disso, a convivência harmoniosa entre as mais variadas formas de manifestações culturais, em uma sociedade, beneficia todos.

Ainda, de acordo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural não só as obras de arte: como a arquitetura, a escultura e a pintura são patrimônios culturais, mas também podem ser incluídas outras formas de arte que não possuem a mesma concretude que as tradicionais, porém são reconhecidas por determinado grupo social, sendo providas de uma determinada carga simbólica.

No presente, como afirma Barreto existe um consenso em relação ao que se compreende como patrimônio cultural: é tanto os “bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos”⁴⁵.

O trabalho de Maria de Lurdes Parreira Horta vem complementar a definição e a compreensão do patrimônio cultural, ampliando o seu leque de ação:

O patrimônio cultural se manifesta, assim, como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos, sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes, cuja manifestação é percebida por uma coletividade como “marca” que identifica, que adquire sentido “comum” e compartilhado por toda uma “comunidade”: um grupo de pessoas que tem em comum o sentido de identidade, de identificação uns com os outros, o que gera o sentimento de solidariedade, de agregação de pertencimento a um grupo de pessoas; do mesmo, este sentimento explica a reação a qualquer coisa que venha a ameaçar a

⁴⁴ Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural/UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>.p.03. Acesso em maio de 2010.

⁴⁵ BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papirus, 2001. p.11

integridade desta “comunidade” a começar pelo plano físico, do território e dos espaço comuns de vivenciamento, até o plano social, do conjunto de indivíduos que constituem o grupo e que assim se autoidentificam no plano moral e espiritual de valores consagrados e reconhecidos pelo grupo, cuja perda abalará as estruturas do sentimento de autoestima e da própria identidade dessa “comunidade”⁴⁶.

O patrimônio é uma construção histórica desnaturalizada que é levada a cabo por agentes sociais pelo campo do patrimônio. Pode-se dizer que o mesmo foi instituído e carrega determinadas concepções. Sob esta ótica é fundamental salientar que o objeto do estudo, Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande, tem sob sua guarda elementos que não fazem parte das classes mais abastadas, mas que possuem uma representatividade para a população local, principalmente, para os idosos.

Desse modo é importante observar as culturas europeias, em particular os italianos vindos para a Quarta Colônia de Imigração do Rio Grande do Sul, mais especificadamente os que se estabeleceram no município de Pinhal Grande, que ao afirmar as identidades locais, seus descendentes buscam cultuar tradições passadas de pai para filho, tradições estas vividas na Itália, a qual foram transportadas para cá e resignificadas conforme o meio de convívio.

Porém, somente no território da Colônia é feita a referência à Itália, Estado este que na época estava em fase de unificação das regiões. O distanciamento proporcionou que a identidade e as culturas locais, trazidas na memória desses imigrantes pudessem ser revividas e mescladas com a convivência de outros grupos étnicos. Por isso, não é possível dizer que a cultura italiana que aqui é definida como tal (cultuada) é a mesma da Itália.

Os descendentes elegeram traços que os identificaram com o que consideravam parte de uma cultura italiana. Então, são estes traços comuns, selecionados na cultura popular regional/local, desse grupo que caracterizou esses descendentes e ressaltou suas especificidades em relação aos demais grupos étnicos.

É imprescindível compreender que a diferença em relação aos outros é construída pelo imaginário. Este imaginário social é integrado pelas representações de identidade: são fontes de práticas sociais que dirigem ações e orientam os julgamentos de valor. As referidas representações “são sempre qualificadas em torno de atributos, características e valores socializados em torno daqueles que integram o parâmetro identitário e que se colocam como diferencial em relação à alteridade”⁴⁷. É por conta desta alteridade, que na sua forma mais

⁴⁶ HORTA, Maria de Lurdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. Ciências & Letras, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras n. 27, jan/jun 2000. Porto Alegre: Fapa, 2000.p.29.

⁴⁷ BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papirus, 2001. p.90.

cruel nega o outro, que atualmente observa-se uma busca de reconhecimento por parte de grupos e minorias.

A criação de uma identidade de representação social própria envolve a elaboração de uma memória, e a preservação desta memória é relevante para as sociedades reelaborarem a sua história. Para Pierre Nora a “memória é a vida, sempre carregada de grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”⁴⁸.

O espaço Museu pode funcionar como um local em que as memórias podem ser concretizadas nos objetos, em especial, da exposição. Desse modo, o Museu pode ser considerado um lugar de memória, os quais são definidos por Pierre Nora da seguinte forma:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escoa. Mas se o que eles defendem não estivesse, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constituiu: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são desenvolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva⁴⁹.

Esta busca pela memória está relacionada à necessidade de identificação dos indivíduos contemporâneos, pois ao acessar esta memória reconstituída se relegam sentido as identidades. Por isso, que a memória é viva e dinâmica. Com isso, a memória procura se cristalizar nos lugares, no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Deste modo, ter um local de identificação é fundamental para que o concreto possa ser visualizado. Pode-se salientar que se vivencia a era globalização, onde exige mudanças rápidas e o abandono de velhas práticas para um melhor desenvolvimento. É a era da chamada geração do lucro, onde o acumulo de bens materiais é indispensável.

Ainda, para Nora os lugares de memória são definidos da seguinte forma:

⁴⁸ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993. p. 9.

⁴⁹ Ibid.p.13.

São Lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em diversos graus. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança⁵⁰.

Diante disso, o espaço que compreende o Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande deve ser entendido como um lugar em que as memórias se concretizam, mais do que isso; pode vir a ser elencado como um local de refúgio capaz de manter elementos de um passado, hoje, distante para muitos, isto é, um lugar de memória que pode evocar as lembranças.

Além disso, importância dos lugares de memória está relacionada à manutenção da continuidade de uma história passada, pois o desconhecimento do passado gera:

...uma inquieta incerteza transforma tudo em vestígio, indício possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas. Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Ela exige a acomodação precisa sobre um objeto perdido. A representação exclui o afresco, o fragmento, o quadro de conjunto; ela procede através de iluminação pontual, multiplicação de tomadas seletivas, amostras significativas. Memória intensamente retiniana e poderosamente televisual⁵¹.

Sendo assim, quando algo é lembrado é impossível reviver fielmente o acontecimento passado, pois no momento em que o mesmo é lembrado passa a ser também reconstruído, refeito, repensado pelas influências das relações do presente e das experiências já adquiridas com o passado.

Pode-se destacar que as dicotomias do lembrar e do esquecer caminham juntas, por consequência a memória é seletiva e está sempre em constante reconstrução, por isso que ela cria identidades, assim como é feita de escolhas e esquecimentos. De acordo com estas ideias, o patrimônio adquire importância conforme a materialização de uma identidade, que antes de tudo já estava constituída no imaterial, isto é, na memória de cada indivíduo.

Estudar o patrimônio é imprescindível para entender que na construção de identidades coletivas a memória e o seu uso simbólico são atribuições que os distintos grupos sociais

⁵⁰ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993. p. 21-22.

⁵¹ Ibid. p. 20.

transportam a seus bens como forma de referendar o passado. Evidencia-se que o patrimônio desempenha um papel fundamental nesta compreensão.

O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento da história oficial integra os bens a esse conjunto particular aberto as disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural⁵².

Portanto, a continuidade no tempo e o reconhecimento tanto político quanto social, buscado por grupos sociais distintos são permitidos pelo patrimônio. Sendo assim, o Museu é um local de patrimônio e também de memória e de história. Além disso, não deixa de ser um local de disputas por espaço e permanência de uma história local, que tem por objetivo enfatizar as tradições deixadas pelos imigrantes italianos na região.

2.2. As transformações ocorridas no espaço museológico

Na antiguidade clássica, mais especificadamente na Grécia Antiga, foi constituída a nomenclatura *Mouseion* ou Casa das Musas, edifício principal localizado em Cretona (VI a.C); essa instituição era, ao mesmo tempo, lugar de pesquisa, de novos saberes e templo de culto aos deuses, denominação que, mais tarde, dará origem ao vocábulo Museu. Sábio colégio filosófico, audaciosamente multidisciplinar, congregava em Alexandria um Museu, uma universidade, a célebre biblioteca bem como os jardins zoológicos e botânicos, todos submissos a autoridade de um sacerdote.

Diferente da concepção Museu que se tem hoje, o Museu de Alexandria era dedicado às novas descobertas e experimentos, ideia que deu origem as universidades, enquanto instituições voltadas para o ensino e para a pesquisa. No *mouseion* eram guardadas, também, obras de arte com a função de “agradar as divindades”. Nesse período, as coleções não se constituíam enquanto foco principal dos Museus, devido à diversidade de atividades que o mesmo abrigava.

⁵² RODRIGUES (1996), apud RAMOS, André Luis; REMPEL, Anelise Heidi. Alguns Conceitos Necessários Para As Ações De Educação Patrimonial. In: SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. (Orgs.) **Santo Amaro – arqueologia e educação patrimonial**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p.81-82, 2010.

Na dinastia dos Ptolomeus, no Egito, Alexandria criou o seu *mouseion* que tinha por objetivo ensinar e discutir todo o saber existente, contemplando: questões religiosas, mitológicas, astronômica, filosóficas, geográficas, etc. Pode-se ainda observar que as diversas compilações sobre temas estavam ligadas a palavra museu, dispensando, num primeiro momento, a existência de instalações físicas.

O surgimento do Museu está também relacionado à organização das coleções. Assim, segundo Suano, as coleções tiveram a sua constituição da seguinte maneira:

A formação de coleções de objetos é provavelmente quase tão antiga quanto o homem e, contudo, sempre guardou significados diversos, dependendo do contexto em que se inseria. Estudiosos do colecionismo creem que recolher aqui e ali objetos e ‘coisas’ seja como recolher pedaços de um mundo que se quer fazer parte ou então dominar. Por isso é que a coleção retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de parte do mundo, onde foi formada, e, também, daquele homem ou sociedade que a coletou e transformou em ‘coleção’⁵³.

Deve-se salientar que algumas coleções podiam ser vistas, porque seus donos disponibilizavam a visitação. Cabe mencionar que o público frequentador era restrito. A coleção do imperador Agripa pode ser mencionada como exemplo de coleção disponível a visitação do público.

Os romanos consideravam o Museu como um lugar da *villa* onde se realizavam reuniões. A cidade de Roma contemplava a cultura grega. Durante o período da Idade Média a nobreza, em especial, os reis possuíam grandes tesouros, mas o seu encanto residia na sua intocabilidade, serviam para a contemplação. O domínio do cristianismo, juntamente com a sua conduta de pregar o desprendimento dos bens materiais, fez com que à Igreja recebesse muitas doações e passasse a constituir muitos tesouros. As igrejas e monastérios irão expor, ao público, suas coleções em ocasiões raras. No término da Idade Média, alguns príncipes das cidades-repúblicas italianas se destacaram com seus tesouros particulares.

As coleções ganharam significação no período Renascentista, séculos XV e XVI, foi o momento que a produção cultural se destacou, sobretudo com a produção artística e científica. O Renascimento foi marcado por um período histórico de conquistas marítimas, alavancado pelas “novas descobertas” de caminhos nunca antes navegados.

⁵³ SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.12.

O Renascimento se caracterizou pelo antropocentrismo, momento em que o homem voltou-se para si e foi visto como o centro do universo. Renasce uma produção cultural* que estava, de certa forma, esquecida durante a Idade Média. A Antiguidade Clássica é revisitada como referência de criação artística e também como modelo de vida.

A iniciativa de colecionar objetos ganhou destaque no século XVI, com os chamados “gabinetes de curiosidades”; o homem foi instigado, através do espírito aventureiro das novas descobertas, a tomar posse de objetos pertencentes às diferentes culturas. Os chamados mecenas, burguesia comercial da época, foram os grandes compradores de obras de arte, constituindo coleções particulares.

O acúmulo de bens materiais da classe burguesa foi essencial para que a mesma se tornasse a grande compradora e financiadora de obras de arte de pintores renomados ou famosos da época. O investimento realizado pelos mecenas, no mundo artístico, funcionava como meio de ingresso na alta sociedade. A nobreza privilegiava as origens e caracterizava-se por ser um grupo altamente excludente. As coleções estavam em alta, simbolizavam o poder aquisitivo e também o status. As grandes coleções artísticas foram abrigadas nas chamadas galerias.

As coleções formadas, principalmente, no Renascimento receberam a denominação “gabinetes de curiosidade”, ou “câmaras de maravilhas”, pois reuniam em um mesmo ambiente: animais, objetos ou obras raras. Bouilhet e Giraudy descrevem o que esses espaços abrigavam:

Encadernações, camafeus, entalhes, armas, objetos exóticos trazidos pelos exploradores, monstros fabricados por charlatães (a Hidra de sete cabeças do Gabinete de Carlos IX, ofertada peã República de Veneza) os basiliscos demoníacos costurados com pele de arraia, fósseis, minérios, múmias, nozes da Índia, Iacas da China, esmaltes, bibelôs, retratos de homens célebres, estátuas, podia-se descobrir de tudo nesses pequenos cômodos célebres nos guias dos viajantes que assinalavam os turistas de então os mais raros objetos: sereias compradas a peso de ouro dos mercadores de Veneza (rabo de peixe costurado no

* O sentido do termo - renasce uma produção cultural - foi utilizado para enfatizar que a cultura, em todas as suas manifestações, passa a ser novamente incentivada, após a Idade Média. Isto não significa que na Idade Média não houve produções e que a cultura permaneceu estagnada, pelo contrário foram produzidas várias obras, porém eram dotadas de outras temáticas. Acrescenta-se que a Idade Média foi uma época marcada pelas conquistas, pelas disputas de territórios entre os povos, permeando uma fase assinalada pelo medo e pelas incertezas. A Igreja, enquanto instituição, foi detentora e guardiã de muitas obras de arte e compilações literárias e, como forma de manter a posse sobre essas obras e, também o controle sobre o povo, a Igreja passa a não incentivar nenhuma forma de estudo ou disseminação de cultura, seja ela, por exemplo, pesquisa científica (experimentos) ou crenças populares. Os saberes deveriam ser esquecidos, caso contrário haveria punição para aqueles desobedecessem às ordens. Assim, não poderia haver nenhum fator interno que pudesse de alguma forma interferir na doutrina difundida pela Igreja, de Deus visto como o centro do universo, aquele que tudo vê e pune.

torso de um natimorto), ramos, pirogas e adereços de cabeça em penas trazidos pelas primeiras expedições aos continentes longínquos ou estranhos bezoares encastoados em ouro e pedras preciosas, concreções de estômago de cabra às quais eram atribuídas virtudes de antídoto⁵⁴.

Diferenciadas dos gabinetes de curiosidade, acima definidos como espaços que abrigavam uma série de objetos, as galerias continham obras de arte, dispostas em enormes corredores, espaços cuja arquitetura era tão suntuosa que provocava imponência e, ao mesmo tempo, promovia o deslumbramento do visitante. As galerias serviram igualmente como espaços onde as famílias abastadas colecionavam obras: “era o local onde o mecenas colecionador dispunha e mostrava tesouros que só poucos privilegiados podiam admirar”⁵⁵. Pertenciam à elite tradicional papas, monarcas, príncipes, alta classe social que encomendava obras de arte para o seu deleite.

Os escritores Bouilhet e Giraudy na obra “O Museu e a Vida” definem o que eram as galerias:

As galerias de aparato, encomendadas pelos monarcas, príncipes e papas para as suas residências, destinavam-se essencialmente, pela justaposição de obras excepcionais, ao deslumbramento de seus visitantes. A galeria apresenta-se geralmente como uma sala muito longa, com numerosas arcadas ou janelas de um lado pelas quais penetra a luz que ilumina a parede oposta destinada às pinturas dos maiores artistas da Europa. Os preciosos pisos de pedra ou de madeira marchetados recebem, dispostas em pedestais alinhados, esculturas antigas de mármore ou pedra⁵⁶.

Ressalta-se que os gabinetes de curiosidades, com a toda a sua diversidade de objetos, formaram os Museus de História Natural e delinearam uma proposta de Museu diferente daquela que será destinada às artes. As obras de arte foram abrigadas em Museus de Belas Artes, em construções suntuosas, destacando o valor artístico e também financeiro das peças.

Os Museus Nacionais, em particular, deram a sua contribuição na constituição dos Estados Nacionais, uma vez que destacavam a necessidade de constituir uma identidade nacional e; de atribuir ou eleger símbolos capazes de representar denominada identidade.

⁵⁴ BOUILHET, Henri; GIRAUDY, Daniele. **O museu e a vida**. Trad: Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990. p.23.

⁵⁵ STORCHI, Ceres. O espaço das exposições: o espetáculo da cultura nos museus. In: **Ciências e Letras - Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras**. nº31. Porto Alegre: Fapas, 2002.p.117.

⁵⁶ BOUILHET, Henri; GIRAUDY, Daniele. **O museu e a vida**. Trad: Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990. p.25.

Foi um momento em que as valiosas coleções do mundo das artes ganharam uma ressignificação: anteriormente eram vistas como instrumento de prestígio ou apenas como uma motivação de deleite; as valiosas coleções passaram, então, a desempenhar o seu papel social: servindo ao povo como forma de contribuir para a sua educação e formação da consciência nacional.

No período conhecido por Modernidade, o Papa Pio VI pela primeira vez abriu suas coleções ao público. A Reforma Religiosa fez com que a Igreja Católica Romana perdesse o controle de grande parte do mundo cristão. A reação da Igreja Católica foi intitulada de Contra Reforma Católica, momento em que foram criados instrumentos capazes de transmitir a cultura em defesa da preservação da sociedade cristã. Pode-se citar como exemplo a Biblioteca Ambrosiana e a Academia de Belas Artes, em 1601, pelo Arcebispo de Milão, Frederico Borromeu. Este fez do seu Museu um centro de produção artística destinado, é claro, a artistas de estética aprovada pela Igreja. Assim “ao final do século XVII e começo do XVIII viram a cristalização da instituição Museu em sua função social de expor objetos que documentassem o passado e o presente e celebrassem a ciência e a historiografia oficiais”⁵⁷.

No final do século XVII, com o desenvolvimento dos nacionalismos e as conquistas promovidas pela Revolução Francesa, foi preciso construir espaços e monumentos que pudessem representar a França enquanto uma nação. Os ideais divulgados pela Revolução: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” nortearam as práticas adotadas pelo Estado.

As ideias da Revolução Francesa foram gestadas por uma burguesia em ascensão que tinha sob seu poder as instituições financeiras francesas. Ela concedia vários empréstimos à nobreza, principalmente ao rei e, ao mesmo tempo, pagava elevados impostos. A burguesia era vista com maus olhos pela corte, pelo fato de não possuir berço. A falta de representação no Parlamento fez com que os burgueses promovessem um embate contra o rei e sua corte.

Eram tempos difíceis, os camponeses e os trabalhadores do meio urbano estavam na miséria, o pão estava caro. Devido a um período de secas consecutivas não houve a colheita esperada. Essa situação facilitou para que a burguesia promovesse a manipulação dos excluídos, apenas em troca de alguns benefícios. Dessa forma, burguesia fez da classe menos favorecida a sua aliada na busca pela participação das decisões políticas e na diminuição dos impostos, reivindicações que ocorreram durante a primeira fase da Revolução.

A Revolução Francesa difundiu, em seus ideais, uma possibilidade de representação das classes populares no poder, sendo que a burguesia seria a sua representante. O governo da

⁵⁷ SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.23.

Convenção cria, em 1793, o Museu do Louvre e o Museu de Monumentos Franceses e, em 1794, o Conservatório de Artes e Ofícios, bem como o Museu de História Natural. Porém os acervos eram constituídos, predominantemente, por peças pertencentes à nobreza e às civilizações clássicas.

Além do Museu do Louvre, nos fins do século XVIII e primeira metade do século XIX foram inaugurados os seguintes museus na Europa: o Belvedere de Viena (1783); o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdam (1808); o Museu do Prado, em Madri (1819); o Atles Museum, em Berlim (1810), o Museu do Hermitage, em Leningrado (1852). Atualmente, os museus acima citados são os maiores da Europa. Pode-se acrescentar que a Igreja transformou o *antiquarium*, organizado pelo Papa Pio VI, no Museu do Capitólio, evidenciando todo o poder da instituição.

Esse cenário foi propício para o crescimento e multiplicação das instituições museológicas. “Por um lado, era a instituição ideal para abrigar as coleções necessárias às ciências naturais para suas tarefas classificatórias. Por outro, era também a instituição ideal para espelhar as mudanças em curso na sociedade europeia. A burguesia, a exemplo da aristocracia, passou a fazer uso do museu como palco para exibição de suas conquistas”⁵⁸.

O Museu Tradicional tinha como característica o culto à saudade, promovido pelos acervos valiosos do século XIX. Foi considerado um espaço pouco democrático, pois, eram locais que celebravam o poder ou o predomínio de um grupo social, fosse ele religioso, econômico ou étnico sobre a população.

Sendo assim, o Museu assume o papel de nacionalizar elementos que, até o momento, mantinham uma carga simbólica de distinção social e eram referendados a uma elite. A instituição museológica deveria criar um espaço neutro, buscando não tomar posição. A exposição teria que ser organizada de forma que as significações das peças, sejam elas religiosas ou monárquicas, pudessem ser “esquecidas”; passa-se da noção de coleção à noção de patrimônio. Esses espaços seriam públicos o que implicou a ideia da não cobrança de ingressos para as visitas.

O fato de tornar pública uma instituição não significou que ela iria representar as diversas classes sociais. O Museu passou a ser uma instituição conservadora e excludente, no momento em que divulgou elementos, ou seja, bens materiais que eram remetidos às lembranças de uma elite, é o chamado “Museu da Modernidade” e o Museu passa a ser visto como uma ciência.

⁵⁸ SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.37.

O denominado museu da modernidade se constitui como o museu que é herdeiro dos saques promovidos pelo colonialismo, se caracteriza por apresentar uma exposição caracterizada por uma abordagem fragmentada de temas tratados e pelo tom do enciclopédico. Exposições compreendidas como portadoras da verdade, incontestáveis porque científicas, monológicas, destinadas a legitimar o discurso burguês europeu sobre o mundo⁵⁹.

O Museu da Modernidade, conforme a definição de Bouilhet e Giraudy, inaugurou a era dos Museus públicos nacionais e trouxe à tona a característica de monumento e de lembrança, preservando, assim, a memória coletiva e oficial. A organização do acervo seguiu uma ordem cronológica, dentro de um progresso linear. Apresentando a característica da museologia vista como uma ciência, os objetos simbolizavam pequenos fragmentos de um período, isto é, estavam descontextualizados de seu ambiente de origem.

É relevante registrar mesmo que as obras expostas serem originárias de diferentes culturas (Itália, Egito, Grécia), elas acabaram sendo assimiladas como francesas. Os acervos foram classificados e organizados de modo mais sistemático: separados em salas, o que marcou a passagem da condição de galeria a Museu, tendo esse último uma limitada dinâmica cultural. A organização foi feita da seguinte maneira: “Os objetos são reunidos, ordenados, não se misturam mais as antiguidades pré-colombianas, egípcias, gregas à pré-história e à arte asiática. A arte “bárbara” e gótica da Idade Média é diferenciada da arte do Renascimento nas salas congregadas às belas-artes...”⁶⁰.

Pode-se acrescentar que o pesquisador Mário Chagas desenvolve algumas ideias relevantes a respeito da seleção das lembranças que devem ser salvas. Chagas se refere a uma classe intitulada homens livres, ou seja, burgueses bem sucedidos, aqueles indivíduos que amam e conservam as ciências, as obras de arte e os monumentos; já os “bárbaros” e os escravos, enquadram-se em uma classe que detesta as ciências e destrói os monumentos e as obras de arte. Portanto, para a conservação das ciências, artes e monumentos, é preciso não haver identificação com aqueles que não possuem o bom gosto para apreciar esses feitos; tais indivíduos precisam, dessa maneira, ser excluídos do contato com as obras de arte⁶¹.

⁵⁹ BOUILHET, Henri; GIRAUDY, Daniele. **O museu e a vida**. Trad: Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990. p.3.

⁶⁰ BOUILHET, Henri; GIRAUDY, Daniele. **O museu e a vida**. Trad: Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990. p.2

⁶¹ BREÓN (1994 apud CHAGAS, 2002,p.41).

O Museu era utilizado como uma espécie de referência das classes abastadas com o povo. Ainda, afirmava a ideia de que as conquistas ao longo da história só foram possíveis devido à sua contribuição e liderança. Assim, nada mais justo que no espaço do Museu fosse contada uma história de heróis. A representação de outros personagens que participaram e contribuíram para determinada conquista era dispensável, pois o endeusamento de uma figura, de um mito não poderia ser ofuscado. Eram locais de disputas de poder, onde a negociação era uma constante.

Após a 2ª Guerra Mundial, ocorreu o redesenho da concepção de Museus. Os Museus que, na antiguidade, foram considerados centros de estudo e pesquisa intensa, acabaram tendo sua importância reduzida, principalmente com o surgimento das universidades. Dessa maneira, os Museus passaram a ser considerados, até o final do século XIX, locais destinados a “guardar a memória”, ou seja, espaços eleitos para a preservação de objetos símbolos de uma história heroica. Nesses espaços predominava a presença da nobreza real; ao povo, sobrava o papel de meros visitantes.

O período pós-guerra, em especial no território europeu, foi marcado pela reconstrução de símbolos culturais. Para contribuir e supervisionar a restauração e a reconstrução do patrimônio museal, nessa época foi criado, vinculado a UNESCO, em Paris, no ano de 1946, o Conselho Internacional dos Museus (ICOM). O ICOM surge, portanto, com a finalidade de promover os interesses da museologia e de outras disciplinas relacionadas à gestão e às atividades dos Museus.

De acordo com o estatuto do ICOM, a concepção de Museu passa a ser definida como:

Uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-os especialmente com intenções de estudo, de educação e de deleite⁶².

Como uma instituição destinada ao homem, o Museu está a serviço do desenvolvimento da sociedade, voltando-se, portanto, para a função social passa a não prever lucros. Diante dessa caracterização da instituição Museu, é possível a visualização de um tripé: pesquisa, acervo e exposição; tripé esse indispensável para a sua sustentação e

⁶² PRIMO, Judite. Apresentação. In: **Cadernos de Sociomuseologia – Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais**. n.º 15. Lisboa: ULTH, 1999. p.7. Disponível em: <<http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia-1-22/cadernos%2015%20-1999.pdf>> Acesso 01 dez.2007.

permanência. Há, dessa maneira, uma mudança no olhar em relação aos Museus, já que agora preocupados com a pesquisa e com o atendimento de público crescente, começam a perder a denominação prévia de meros depositários de objetos velhos para serem vistos como locais que guardam os “testemunhos vivos” de uma época.

Os Museus, até meados do século XX, possuíam o campo de atuação restrito à estrutura do edifício. Eram construções suntuosas que dispunham de coleções destinadas a atender os interesses de determinado grupo social. Os Museus, no referido período, caracterizavam-se pela exposição aleatória de seus objetos, ou seja, as peças eram simplesmente “soltas” dentro das vitrines ou em cima de elevações, sem considerar o seu contexto de atuação.

O visitante percorria a exposição como um espectador, já que a forma de organização não permitia que fosse estabelecido o diálogo com o observador. O visitante que não fosse capaz de desvendar o enigma, segundo Mário Chagas, era devorado pelo Museu:

... diante de um ente devorador como o museu, tantas vezes chamado de dinossauro ou esfinge, não se pode ter ingenuidade. É prudente manter por perto a lâmina da crítica e da desconfiança. Ele é ferramenta e artefato, pode servir para a generosidade e para a liberdade, mas também pode servir para tyrannizar a vida, a história, a cultura. Para entrar no reino narrativo dos museus é preciso confiar desconfiando⁶³

Até meados do século XX a função educativa dos Museus era realizada de forma reducionista, através de visitas que, por sua vez, eram monitoradas pelo guia que reproduzia uma explicação descritiva em relação às peças. Durante a visita, a voz do guia era o som predominante e questionamentos eram raros. Na maioria das vezes, o intercâmbio entre Museu e escola previa que os alunos anotassem informações sobre as peças, de preferência sem indagações. A educação nos Museus funcionava, portanto, como uma ampliação da educação formal da sala.

A “devoração” fazia parte dos moldes adotados por uma instituição tradicional que, inserida nas velhas práticas, preocupava-se, a priori, com a conservação das coleções, relegando, num segundo plano, o público visitante que, a rigor, permanecia esquecido.

Nessa época, enfatizava-se a visão do espaço museológico como um lugar de guarda, de preservação das memórias, dentro de um edifício, isto é, a história permanecia ali, intocada e inquestionável. O passado não estabelecia uma “ponte com o presente”, pois o mesmo fazia

⁶³ CHAGAS, Mário. Só a antropofagia nos une: o poder devorador dos museus. In: **Revista do Patrimônio – Museus/Resenhas**. Disponível em: < <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=186>> Acesso 15 de nov. 2007.

parte de uma época estanque e já distante. A função social do Museu, como uma instituição a serviço da sociedade, não era efetivada. Ademais, vinculava-se a exposição como um local sem vida, e os objetos, representantes de parte de um determinado segmento social, eram retirados de seu contexto de origem, o que acabava prejudicando a sua interação com o visitante.

Na metade do século XX, a concepção de Museu como um local imóvel e como mero depositário de artefatos antigos começa a ser questionada. O ICOM promove, em 1958, no Rio de Janeiro, o “Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus”, oportunidade em que define a museologia como “uma ciência que tem por objeto estudar as funções e a organização dos Museus”⁶⁴. Ao reconhecer que o Museu deve funcionar como uma extensão da escola, afirmava que as informações da exposição deveriam privilegiar frases curtas, utilizando uma linguagem coloquial e não científica. O ICOM observou ainda a necessidade pela busca de apropriação de novas tecnologias para comunicar, desde que com isso não fosse formada uma barreira entre o objeto e o visitante.

Salienta-se que nesse encontro ficou decidido que:

O museu deveria desenclausurar-se não somente através de programas didáticos dirigidos à educação formal, como também a utilização de outros meios a seu alcance como o rádio, o cinema, a televisão, para atingir assim camadas mais amplas da população e poder melhor difundir a sua mensagem⁶⁵.

Pode-se destacar que no caso específico do Brasil o Seminário de 1958, realizado no Rio de Janeiro, foi o primeiro passo para discutir a museologia tradicional, à vista disso levantou questões iniciais sobre o papel do Museu na sociedade. A qualificação profissional foi entendida como uma medida urgente a ser tomada, para que o espaço museológico pudesse ser repensado.

2.2.1. O Museu no Brasil:

Na América Latina e, em destaque, no Brasil, a construção dos Museus esteve vinculada à iniciativa pública. O primeiro Museu do Brasil foi criado em 1818, pelo Príncipe Regente, D. Pedro; o Museu Real, seguindo a tendência europeia da época, foi construído

⁶⁴ ICOM, Comitê. Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, Rio de Janeiro - 1958. **In: A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – documentos e depoimentos.** Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p.11.

⁶⁵ Ibid.,p.9.

com a finalidade de proporcionar o deleite da elite. O Museu Real faz parte das medidas adotadas, por D. João VI, para modernizar e europeizar a colônia, em outros termos, dar ar europeu a um local povoado por índios, escravos negros africanos e mestiços.

Destaca-se que o Museu Real foi apenas uma das instituições culturais que foram fundadas no Brasil com a vinda da Família Real; as demais são: o Horto Real de Aclimação (1808), atual Jardim Botânico; a Biblioteca Real (1810); a Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816); e o já referido Museu Real/Imperial (1818). “O Museu Real revela uma grande preocupação com o cientificismo da época, do qual reflete e resulta numa nítida influência inglesa que, nesse período, atravessa e domina Portugal e vem, plantar-se no Brasil”⁶⁶.

Nesse período os cursos superiores eram raros. Os cursos existentes, em sua maioria, eram voltados para a formação jurídica. Pode-se constatar a preocupação cientificista da época através de pesquisas referentes à falta de instituições educacionais, investigação essa empreendida tanto pelo Museu no Brasil, como pelos Museus da América Latina. Acrescenta-se que as influências vindas da Europa transformaram esses locais em depositários de objetos que referendavam a uma estória heroica contada pela elite vigente, pois pertenciam a uma cultura oficial.

O processo de independência do Brasil fez com que a classe dominante se empenhasse na construção ritual e simbólica da nação. O governo de D. Pedro II realizou altos investimentos na cultura, uma vez que era preciso “redescobrir” a nação para criar uma identidade nacional.

...não bastava a criação de selos, moedas, bandeiras, hinos, armas e cores nacionais. Era preciso também, a exemplo de outros países, constituir calendários e datas cívicas, fixar iconograficamente a imagem dos mandatários da nação, erigir monumentos, redigir documentos, elaborar um projeto historiográfico de nação independente, convocar artistas e outros intelectuais para este projeto. Era preciso sobretudo constituir uma nova inteligência e estabelecer novos procedimentos de fixação de memória⁶⁷.

No ano de 1837, foi criado o Colégio Pedro II; em 1838, o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), juntamente com a colaboração da

⁶⁶ TAMANINI, Elizabete. Descobrir, Coletar, Preservar – Aspectos da História dos Museus. In: **Cadernos do CEOM** – Ano 14. n° 12. Santa Catarina/Chapecó: junho/2000.p.122.

⁶⁷ CHAGAS, Mário. Há Uma Gota de Sangue Em Cada Museu: A Ótica Museológica De Mário De Andrade. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. n° 13 Lisboa: ULTH, 1998.p.32. Disponível em : <<http://cadernossociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia-1-22/cadernos%2013%20-1998.pdf>> Acesso 01 dez.2007.

Academia Imperial de Belas Artes, fundada ainda pela missão francesa de 1816 que veio ao Brasil retratar o cotidiano. Os referidos empreendimentos foram os meios utilizados pelo Império para construir uma identidade nacional nos moldes da civilização europeia. Salienta-se a relevância que o IHGB teve na formação de profissionais nas áreas de história, geografia, arqueologia e museologia.

A construção do espaço Museu, no século XIX, foi ancorado no espírito comemorativo, projeto esse alimentado pelas elites aristocráticas e oligárquicas brasileiras. O modelo foi projetado em outros espaços museológicos, construídos no século XX, e reproduzia as mesmas tendências que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia divulgado.

O espaço museológico brasileiro passou a ser reavaliado depois da 1ª Guerra Mundial, foi o momento em que as nações valorizaram suas próprias manifestações culturais. Em 1922, no Brasil, foi realizada a Semana da Arte Moderna, com o intuito de romper com o modelo de civilização reproduzida pelo século XIX: a civilização europeia ideal.

A Semana da Arte Moderna de 1922 enfatizou a defesa do nacionalismo, das manifestações culturais se referissem ao povo brasileiro, o que influenciou a criação de um serviço de proteção ao patrimônio nacional. Assim, no ano de 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, sob a influência do anteprojeto de Mário de Andrade. O anteprojeto de Mário de Andrade salientava a preocupação com a preservação da diversidade cultural, destacando, nessa perspectiva, a cultura erudita e também a popular. Quanto aos Museus, destacava:

Outra coisa que me parece de enorme e imediata necessidade é a organização de museus. Mas, pelo amor de Deus! museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo, que ponham realmente toda a população do Estado de sobreaviso contra o vandalismo e o extermínio⁶⁸.

As ideias defendidas por Mário de Andrade se referiam à construção de uma estrutura de Museu que não se resumisse ao culto mítico do passado. Esse pensamento refletia um novo redimensionamento das políticas de proteção, buscava valorizar a pluralidade cultural existente no Brasil, ou seja, privilegiar a perspectiva de que somos um país influenciado por diferentes povos, e que cada um deles contribuiu e ainda contribui com a sua cultura para formar a chamada cultura brasileira.

⁶⁸ DUARTE (1938, apud CHAGAS, 1998 p.86).

2.2.2. Uma nova concepção de Museu

As transformações sociais, principalmente entre as décadas de 60 e 70, influenciaram a discussão a respeito da relevância do Museu em uma sociedade tão complexa e com tantas disparidades. Levantou-se a seguinte questão: Museu para quê? Qual seria a sua função na sociedade capitalista excludente? Que medidas teriam que ser adotadas para que esses espaços culturais desenvolvessem a sua função social e não se resumissem a meros locais de preservação de lembranças idealizadas?

Para quê serviria o Museu? Que função um Museu, “casa dos objetos velhos”, poderia exercer, dentro de um mundo tão conturbado e dividido? Em adição, que papel teria o Museu nos países da América Latina, os quais preservam uma pluralidade cultural, mas, ao mesmo tempo, compartilham dos mesmos problemas sociais, tais como: habitação, saneamento, saúde, fome e educação? Como transformar o conceito de Museu, para “deixar de ser olhado como um belo armazém estático, centrado exclusivamente nos objetos e voltado para um tempo passado - mais ou menos glorioso, mas passivo em detrimento dum tempo presente e até futuro”?⁶⁹.

Essas indagações foram discutidas na Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972 que teve como uma das pautas o Museu Integral: uma concepção teórica de Museu definiu a função social da instituição ao agregar a comunidade. Dessa forma esse espaço promoveu a pessoa ou o coletivo como primordial no processo museológico e as coleções ganharam um plano secundário. Para isso seria essencial promover o diálogo e a troca de experiências entre os profissionais e a comunidade, buscando, dessa forma, ultrapassar o seu espaço formal para que a integração fosse efetivada de fato.

No encontro de Santiago ficou definido que Museu é:

...uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que lhe serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se

⁶⁹ LOUSADA, Ana Maria. Conservador e Museólogo: Abordagens e Conceitos. In: **Cadernos de Sociomuseologia – Sobre o Conceito de Museologia Social**. n.º1. MOUTINHO, Mário Canova (org), Lisboa: ULTH, 1993.p.29. Disponível em: <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2001%20-1993.pdf> Acesso em 01 dez. 2007.

nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais;⁷⁰

O documento citado traduz um novo olhar para a museologia, uma vez que os Museus deixavam de ser vistos como instituições apáticas para se integrarem à sociedade. A exposição tinha como proposta promover questionamentos referentes à situação atual, organizando assim o acervo de forma crítica. O Museu Integral tinha o objetivo de reconhecer a identidade e cultura de todos os grupos humanos, mas para isso a população deveria estar inserida em um processo.

“O olhar museológico revela que a casa, a rua, a praia, a montanha, a floresta e a praça pública, com área verde e brinquedos infantis, são museus não institucionalizados”⁷¹. Denominado pensamento é plausível devido ao fato de que o Museu é capaz de abranger um campo de atuação, que perpassa os limites espaciais do Museu enquanto instituição formal.

Assim sendo, a democratização dos espaços museológicos permitiu o desenvolvimento de visões críticas a respeito desses locais. Em relação ao Museu:

É desejável abolir toda e qualquer ingenuidade em relação ao museu, ao patrimônio e à educação. Ao lado dessa abolição é desejável desenvolver uma perspectiva crítica, interessada em investigar ao serviço de quem estão sendo acionados: a memória, o patrimônio, a educação e o museu⁷².

No encontro “Mesa-Redonda de Santiago,” houve a definição do conceito de Museu Integral e da interdisciplinaridade que, na esfera museológica, dialoga com outras áreas. No Museu Integral, a instituição museológica passa a ser entendida como um instrumento de mudança social, tendo como meta promover o desenvolvimento sustentável e ser capaz de proporcionar à comunidade local uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. O Museu, a partir de então, deveria assumir-se como agente de desenvolvimento local, trabalhando com uma comunidade participativa e consciente do que é o patrimônio cultural e como ele está inserido no território.

⁷⁰ ICOM, Comitê. Mesa-Redonda de Santiago do Chile – 1972. In: **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – documentos e depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p.21.

⁷¹ CHAGAS, Mário de Souza. Millôr Fernandes e a Nova Museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia – Novos Rumos da Museologia**. n.º 2. Lisboa: ULTH, 1994.p.76. Disponível em:

<http://cadernosociomuseologia.ulsofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2001%20-1993.pdf> Acesso em 01 dez. 2007.

⁷² CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: **Educação Patrimonial n.º3 jan/fev de 2006**. IPHAN: Revista do IPHAN.p.2. Disponível em:

<<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=145>> Acesso 01. nov.2007.

O Museu Integral foi inspirado no ecomuseu, fundado por Hugues de Varine-Boham e lançado num encontro de museologia na cidade de Dijon - França, em 1971. A extensão do ecomuseu englobou duas cidades: Le Creusot e Monteceau-les-Mines, com mais de 30 mil habitantes cada uma, além de 16 municípios, dispunha de uma área total abrangência de 500 Km², totalizando aproximadamente 90 mil habitantes. Varine-Boham define o que seria o ecomuseu:

Essa nova instituição seria produto desta comunidade e de sua população e se interessaria pela totalidade de seu meio ambiente, de seu patrimônio e de seu desenvolvimento. Seus estatutos se distinguiriam daqueles dos museus comuns por dois traços essenciais: a noção de coleção permanente desapareceria em proveito daquela de patrimônio comunitário e coletivo, a missão primeira do museu deixando de ser a aquisição; em segundo lugar, o instrumento essencial de concepção, programação, controle e animação e avaliação do museu seria um conselho de associações, composto por representantes do maior número possível de grupos voluntários de moradores da comunidade urbana, sem distinção de centro de interesse ou de objetivo social⁷³.

O projeto do ecomuseu foi ousado para sua época, e o seu campo de atuação envolveu vários personagens atuantes. Primeiramente, tornou-se necessário estabelecer um estudo do ambiente, bem como instruir a população, que foi a principal agente desse meio. Organizou-se uma espécie de cooperativa, já que o ecomuseu nasce na comunidade e, portanto, necessitou de seus representantes na coordenação do projeto.

Hugues de Varine definiu que a vida de um ecomuseu dependia de um programa de planejamento, que deveria ser responsabilidade de seus usuários. A ação do ecomuseu seria obra comum dos técnicos e dos usuários, e a eles competiria, ao mesmo tempo, o papel de animadores e de agentes da gestão de seu orçamento que teria de, portanto, ser confiada aos representantes da comunidade⁷⁴.

Ainda, pode-se acrescentar que o ecomuseu desempenha um papel de informação e de análise crítica:

Um museu do espaço...
Um conservatório, na medida em que ajuda a preservar e valorizar o patrimônio da cultura e da natureza de determinada população.
Um laboratório, na medida que é matéria de estudos teóricos e práticos em torno dessa população e de seu meio ambiente.
Uma escola, na medida em que auxilia na formação de especialistas interessados nessa população e seu meio, incitando-a a aprender melhor os problemas de seu próprio futuro.

⁷³ VARINE, Hugues de. O Ecomuseu. In: **Ciências e Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras**. n°31. Porto Alegre: Fapas, 2000.p.65.

⁷⁴ Ibid.,p.75-76.

Esse conservatório, esse laboratório, essa escola inspiram-se em princípios comuns: a cultura que reivindicam deve ser compreendida no sentido mais largo; e dedicam-se a que sejam reconhecidas sua dignidade e expressão artística, não importa qual seja a camada de população de que emanem as manifestações. Sem fechar-se sobre si mesmos, recebem e dão⁷⁵.

No campo de atuação da museologia, no que se refere às atividades que envolvem a preservação e o uso da herança cultural e natural, faz-se necessário o estudo do patrimônio, que é fundamental para o desenvolvimento do Museu Integral. O patrimônio cultural está presente dentro da comunidade, mas, na maioria das vezes, precisa ser “desvendado”. A comunidade é entendida enquanto um grupo de pessoas que possuem uma identidade, isto é, algo em comum capaz de identificá-los como pertencentes a determinado grupo. Salienta-se que embora cada grupo social tenha as suas particularidades e suas crenças, compartilham as mesmas memórias coletivas, elementos indispensáveis para a promoção da identidade.

O patrimônio cultural se manifesta, assim, como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes, cuja manifestação é percebida por uma coletividade como “marca” que identifica, que adquire um sentido “comum” e compartilhado por toda uma “comunidade”...⁷⁶

As discussões acerca de uma conceptualização mais ampla de patrimônio, abrangendo outras manifestações culturais, a fim de que o entendimento de patrimônio não ficasse restrito à valorização de elementos pertencentes a um grupo específico, foi fundamental para nortear as políticas de ação do Museu Integral.

Pode-se acrescentar que o Museu Integral perpassa a missão do Museu Tradicional, cuja preocupação era a coleta e a conservação, tendo o seu campo de atuação restrito ao prédio; já o Museu Integral é entendido como mais do que um espaço “depositário de objetos velhos”, já que ele perpassa a sua estrutura formal para atuar extramuros, ou seja, com a comunidade. Nesse sentido, ao preocupar-se com o desenvolvimento comunitário, mais especificadamente, com a sua educação, acaba assumindo a sua função social de fato.

Porém, deve-se lembrar de que a comunidade é formada por pessoas, e elas, enquanto sujeitos distintos têm opiniões, gostos e anseios diferenciados; desse modo, o campo de atuação da museologia está situado num espaço inter-relacional. “... é preciso não esquecer

⁷⁵ GIRAUDY, D.; BOUILHET, H.. **O Museu e a Vida**. Tradução Jeanne France Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990, p. 30.

⁷⁶ HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. In: **Ciências e Letras - Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras**. n°31. Porto Alegre: Fapa, 2000.p.29.

que sob os termos comunidade ou sociedade local ocultam-se classes, grupos sociais e indivíduos determinados e diferenciados”⁷⁷.

⁷⁷ CHAGAS, Mário de Souza. O Campo de Atuação da Museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia - Novos rumos da museologia**. n.º 2, Lisboa: ULTH, 1994, p.23. Disponível em: <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2002%20-1994.pdf> Acesso em 01 dez. 2007.

CAPÍTULO 3: DO CAOS SE FAZ O MUSEU

Este terceiro capítulo constitui-se o último desta dissertação, no qual serão elencados e descritos todos os passos adotados na busca pela Revitalização da Instituição. O fechamento do trabalho tem por objetivo demonstrar que o espaço do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande guarda uma parte significativa da história do município, história esta que pode ser visualizada através dos objetos que a Instituição mantém, mantendo viva a sua memória. As referências utilizadas são fontes bibliográficas e também depoimentos coletados de alguns doadores.

3.1 – O Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande

O município de Pinhal Grande está inserido na Quarta Colônia de Imigração Italiana e faz parte da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul. Pinhal Grande possui uma população de aproximadamente 4.471 habitantes⁷⁸, sendo que em torno de 57,62% de sua população reside no meio rural. Sua economia gira em torno da produção agrícola, principalmente do cultivo do fumo, soja e feijão.

No município há um Museu Histórico Municipal que foi criado no dia 10 de março de 1999, pela lei municipal nº 589; tendo como finalidade: “salvaguardar os elementos da história, da fauna e da flora do Município, indumentárias dos povoadores e colonizadores pioneiros, bem como elementos e peças dos minerais extraídos do solo, além de peças de arte de qualquer origem”⁷⁹.

Ressalta-se que, antes da criação da lei, já havia iniciado a recolha de objetos antigos para a formação de um Museu. As peças eram recolhidas, segundo os relatos de Maria, pelo Senhor Araré da Silva Brum, na época Secretário de Educação e Cultura do município de Pinhal Grande, “o Araré passava nas casas e via o que achava mais bonito e interessante e aí

⁷⁸ Censo do IBGE. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

⁷⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. **Lei municipal nº 589**. Pinhal Grande, 1999.

recolhia. Foi posto numa casa, foi feito uma montoeira e depois veio para a Casa da Cultura, muita coisa se perdeu”⁸⁰.

A maioria das peças, que compõem o acervo, foi adquirida de maneira inadequada e muita coisa foi perdida. A importância desse trabalho está na preservação desses bens culturais para as próximas gerações, buscando garantir que a lei municipal⁸¹, que instituiu o museu, possa ser colocada em prática e, esses objetos possam ser preservados.

Além do recolhimento de objetos antigos realizado nas casas dos moradores do município de Pinhal Grande, no ano de 1999, foi organizada uma Gincana Cultural que tinha como uma das tarefas recolher objetos antigos: fotos, documentos, peças que simbolizassem tarefas desempenhadas no dia a dia pelos trabalhadores. Essa Gincana foi o primeiro passo dado, pela comunidade local, para a constituição de uma exposição no Museu na cidade.

As informações a respeito da constituição do acervo do Museu foram obtidas também através de depoimentos coletados com os doadores principais. Foram selecionadas duas entrevistas, onde se obteve as respostas para os questionamentos solicitados. No decorrer do texto são apresentados alguns dos principais momentos das entrevistas, sendo que para preservar a identidade dos entrevistados foi usado nomes fictícios.

De acordo com o depoimento de Maria ela doou “... por que onde tu vai guarda tudo, vai dá de recordação? Quanta coisa que eu doe! Ia guarda onde também. Essas coisas precisava para começa o museu, iria colocar o quê? Algum lugar para guardar, de preservar, de ficar para os outros verem”⁸².

Ainda, para outra entrevistada a doação tinha o seguinte objetivo: “a gente achou que era bom para o povo ver o que tinha antigamente e hoje. Hoje tem que ter tudo: geladeira, um fogão bom e, naquela época era aquilo. É pra mostrar para o povo o que tinha. Vamos doar para não estragar, botar fora, para ficar para mostra”⁸³.

As entrevistas foram realizadas no sentido de resgatar e valorizar as contribuições dos cidadãos pinhal-grandenses na composição do acervo do Museu Municipal. Nesse sentido, a história oral foi utilizada como suporte metodológico. A história oral é o resultado de uma relação dialógica entre entrevistado e entrevistador. Seu início se dá na oralidade do historiador, por ser o condutor do diálogo, levando em conta as questões propostas pelo

⁸⁰ O nome Maria foi utilizado para manter a identidade da pessoa entrevistada. A entrevista foi gravada em janeiro de 2011.

⁸¹ A Lei municipal nº 589 está disponibilizada na integrada no Anexo de numero 1.

⁸² Entrevista gravada com Maria em janeiro de 2011.

⁸³ Entrevista gravada com Ana em janeiro de 2011.

entrevistador. A partir de então a informação é reconstruída pelo historiador, ganhando caráter histórico.

Nas entrevistas usou-se a seguinte definição de história oral:

Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho - tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho - funcionando como ponte teórica e prática⁸⁴.

O trabalho desenvolvido com as entrevistas requereu certo cuidado na hora da análise, tendo como objetivo principal a busca de respostas para a problemática desta pesquisa: como foi composto o acervo do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande?; por que a população doou tais objetos?; e qual a sua importância?

Analisando os depoimentos, pode-se afirmar que as doações, em sua maioria, foram realizadas no intuito de não descartar os objetos antigos e garantir a sua longevidade, isto é, uma maneira de evitar que os mesmos fossem colocados fora. Ainda, ter um pertence exposto no Museu proporcionava, a essas pessoas, uma sensação de importância perante a constituição da história do município, ou seja, sentiam-se realmente os sujeitos participantes do desenvolvimento do lugar.

Os objetos, que o Museu guarda, podem ser classificados como: instrumentos de trabalho, utilizados pelos descendentes de imigrantes italianos; utensílios de cozinha; peças sacras; fotos, em especial, de família; objetos utilizados pelo comércio da época; peças pertencentes à cultura indígena.

É imprescindível salientar que o patrimônio cultural está presente na comunidade, mas, na maioria das vezes, precisa ser “desvendado”. A comunidade é entendida enquanto um grupo de pessoas que possuem uma identidade, a saber, algo capaz de identificá-los como pertencentes a determinado grupo. Embora cada grupo social tenha as suas particularidades e suas crenças, compartilham as mesmas memórias coletivas, elementos indispensáveis para a promoção da identidade.

O Museu é um lugar onde as memórias de uma comunidade encontram-se “guardadas” a fim de servirem para as próximas gerações. Porém, deve-se evidenciar que essa instituição

⁸⁴ AMADO, Janaína e FERREIRE, Marieta de Moraes (coords). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.p.16.

tem a responsabilidade social de interagir com a comunidade que o cerca. Neste sentido, o Museu agrega o papel social de identificar determinado grupo e de provocar a reflexão sobre as relações desse passado e presente, buscando promover a consciência de sua responsabilidade em relação ao meio ambiente e ao próprio papel do homem enquanto ser social.

Pode-se dizer que através do acervo doado, estão intrínsecas histórias de vida, isto é, as memórias de determinado grupo social. Assim, a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido à flutuação, transformações e a mudanças constantes.

No momento em que são deixados escritos, pinturas ou objetos, por exemplo, tais indivíduos estão pondo a disposição, das gerações vindouras, algo que tem a capacidade de durar mais tempo que a existência de quem o fez, além de agregar valor histórico. O investimento em Museus reflete a importância de globalizar o conhecimento, de valorizar a integração das diversas culturas, em detrimento do fomento da produção local, baseada na raiz, na origem, na participação e na identificação de um povo com seus costumes e atitudes.

A exposição a ser modificada buscará construir formas de interação com o visitante, montando um ambiente capaz de agregar a diversidade cultural existente no local. A revitalização do Museu possibilitará que esse legado cultural possa continuar disponível para a população, de maneira que essa instituição possa ser visualizada como um local responsável pela guarda e preservação da memória e da cultura de um povo.

O espaço destinado ao Museu não é considerado adequado e capaz de promover a preservação dos objetos que estão sob sua guarda. Desse modo, são de suma relevância, ao Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande, investimentos para a exposição ser valorizada e divulgada para a comunidade local e regional, levando em conta a diversidade cultural existente e; que possam garantir também a conservação do acervo.

Os princípios da nova museologia, no qual a sustentação do Museu é visualizada dentro de um tripé: pesquisa, acervo e exposição, nortearão a nova organização. A nova exposição a ser construída deverá ser capaz de despertar a curiosidade, o interesse por parte do visitante em conhecer um pouco mais da história e da cultura local.

A exposição, que se planeja modificar, buscará construir formas de comunicação com o visitante, elaborando a contextualização das peças de acordo com o seu ambiente de origem, onde serão construídos painéis com fotos e textos relativos à história e a cultura local. Essa revitalização proporcionará a toda comunidade o conhecimento de elementos culturais: história, saberes, costumes, por muitos desconhecidos ou esquecidos, bem como uma

aproximação do espaço museu, hoje visto como uma instituição tão distante por muitos, com a população local.

Porém para a construção de um espaço expositivo que agregue todas as questões já elencadas, se faz necessários investimentos, que devem ser buscados através de encaminhamento de projetos junto a instituições de fomento do campo cultural.

3.1.2 - A experiência na organização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande

Após dois anos coordenando o Departamento de Cultura e Turismo do município de Pinhal Grande - RS foi possível realizar alguns avanços dentro do espaço Museu. As peças que compõem o acervo estão, praticamente, todas devidamente catalogadas. Ainda, foi efetuado um trabalho de higienização e acondicionamento, dentro das possibilidades ofertadas pela atual administração do município.

O trabalho no Departamento de Cultura e Turismo do município de Pinhal Grande teve início no dia 04 de janeiro de 2009, contando já com a importante tarefa de organizar o Museu Histórico Municipal, localizado nas dependências da Casa da Cultura, mais especificadamente, na Avenida José Batistella, nº 650, Bairro Limeira (imagem abaixo).



Figura 20: Vista da Casa da Cultura de Pinhal Grande (Arquivo Prefeitura Municipal)

O Museu, em questão, abrigado em duas salas, uma delas comporta a exposição de longa duração e, a outra é destinada à reserva técnica. O espaço físico, em si, não está de acordo com as normas de conservação, pois nesse ambiente há grande incidência de luz solar que provem das inúmeras janelas dispostas pela sala. Ademais, a estrutura do prédio não foi planejada para abrigar um Museu, anteriormente o acervo estava exposto em um imóvel de madeira, alugado pela Prefeitura Municipal.

Nesse espaço, todo o acervo do Museu estava disponível em uma única sala, o que permitia o livre acesso do visitante no manuseio dos objetos. O desaparecimento de várias peças foi à consequência imediata percebida. Essa informação pode ser comprovada no momento em as peças foram novamente catalogadas e, muitas delas, acabaram não sendo encontradas nem na reserva técnica, nem na exposição.

As peças que compõem o acervo do Museu foram todas doadas pela população local, sendo que, em sua maioria, tiveram a sua origem ligada a Gincana Cultural. A Gincana

ocorreu no ano de 1999, onde, através das escolas, envolveu todas as comunidades e entidades sociais do município. Uma das tarefas dessa Gincana foi a recolha de objetos antigos, que acabaram enriquecendo o acervo do Museu com uma significativa gama de materiais.

A criação do Museu Municipal foi instituída por um projeto de lei de número 589, no ano de 1999 e, a partir de então, se buscou estabelecer um espaço de guarda das memórias do lugar. A construção da sede da Casa da Cultura do município teve seu término no ano de 2003, culminando com a transferência do Museu para este prédio.

Um dos problemas a ser sanado é referente ao espaço físico, que é inadequado para guardar o rico acervo da comunidade. Além de conter muitas janelas, a área destinada à exposição de longa duração é pequena e a Casa da Cultura não dispõe de uma estrutura para montar e realizar exposições itinerantes. Assim, a confecção de mostras temáticas não foi possível ser colocada em prática.

É imprescindível salientar que o Museu Municipal, até o ano de 2010, não tinha um orçamento próprio. No orçamento de 2010 foi estimado um recurso para a Revitalização do Museu, mas não foi liberado pela administração. O recurso acabou sendo aplicado para realizar o pagamento da folha dos funcionários municipais, devido à falta de planejamento e também no entendimento da administração de que investimentos na área cultural são relegados à última instância.

Os obstáculos enfrentados foram e ainda são muitos para concretizar o Projeto de Revitalização do Museu. Mas, dentro das possibilidades de ações que se teve acesso, foi executada uma primeira ação destinada às fotografias que estavam em painéis expositivos sem nenhuma proteção contra a incidência da luz solar. A deterioração dessas fotos, em sua maior parte, composta por fotografias de famílias de descendentes de imigrantes italianos, era perceptível até mesmo a olho nu.

Como forma de impedir que o desgaste continuasse, as fotos foram retiradas dos painéis, limpas com pincéis de cerdas macias e embaladas em papel de PH neutro. Era o recurso que, no momento, se teve acesso a fim de garantir uma maior durabilidade. Na próxima figura, de número 21, pode ser visualizada a sala que abriga a exposição de longa duração, onde se pode observar a significativa incidência de luz solar nos objetos.



Figura 21: Vista da Sala Expositiva (Arquivo Pessoal Cristina Dalmolin)

As fotografias, que permaneceram na exposição, foram higienizadas e postas em quadros, tendo o cuidado de ter como proteção, isolando a foto do Eucatex de fundo, o papel de PH neutro. Essa foi a maneira disponível para que as fotos continuassem fazendo parte da exposição e não ficassem tão vulneráveis ao ambiente.

A exposição também contava com vários objetos de madeira, os quais estavam em uma situação deplorável, inclusive apresentavam sinais de incidência de predadores, como o cupim. Os objetos de madeira passaram por um processo de intervenção, no qual foi aplicado inseticida. Após a aplicação do produto, as peças foram higienizadas e sobre elas foi passado um produto a base de cera de carnaúba, tendo como finalidade estabelecer uma camada de proteção nas peças.

Ainda referente aos objetos da sala expositiva havia máquinas de escrever e máquinas fotográficas. As primeiras foram limpas e ganharam aplicações de óleo, como prevenção a ferrugem; já, as segundas foram higienizadas com um pano seco e postas em vitrines, um modo encontrado para que não ficassem disponíveis ao manuseio, por parte, dos visitantes. Além disso, acervo de louças domésticas foi igualmente limpo com água e sabão neutro. Esse processo retirou o excesso de pó acumulado nas peças. E, os expositores de madeira, após

serem limpos, receberam um produto à base de cera de carnaúba, estabelecendo uma fina camada de proteção.

Na sala que compreendia a exposição de longa duração realizou-se uma higienização, inclusive foram utilizados produtos para deter as constantes ameaças de formigas e aranhas no local. Pode-se dizer que o espaço do Museu estava um verdadeiro caos, onde faltava uma equipe técnica para cuidar da manutenção que o ambiente demandava e, ainda materiais adequados. Assim, buscou-se, através de manuais e pesquisas referentes ao tema, o conhecimento prévio para fazer a conservação do acervo. O conhecimento adquirido foi passado para uma agente administrativa, que trabalha na Casa da Cultura, para que pudesse auxiliar no trabalho.

A higienização dos materiais demandou um considerável período de tempo. Pode-se afirmar que a situação mais crítica estava localizada na reserva técnica, a qual pode ser visualizada na próxima figura. O espaço compreendido por reserva técnica era onde acumulavam todas as peças que não eram expostas. Desse modo, havia muito material, podendo ser denominado de “gabinete de curiosidades”, pela quantidade de peças e pela desorganização do ambiente.

Até então, nesse espaço havia uma considerável gama de utensílios que não faziam parte do acervo do Museu, como: um pinheirinho de natal, ninho de joão-de-barro, caixas, papelões, pedaços de objetos; além da existência de predadores: formigas, cupins, aranhas, isto é, funcionava semelhante a um depósito de coisas sem utilidade. O ambiente precisou ser dedetizado para conter a ação das pragas e, após esse período foi realizada a limpeza dos materiais.

Na reserva técnica todas as peças, antes de serem catalogadas, passaram por um processo de higienização, para retirar o considerável acúmulo de sujeira. Como tarefa inicial ocorreu a retirada e uma pré-seleção das peças da reserva técnica, buscando separar por materiais semelhantes. O descarte de alguns objetos foi indispensável, pois os mesmos não tinham condições de permanecerem nesse ambiente de depósito. Na sequência pode ser observado na figura de número 22 o que era a reserva técnica do Museu e também o que a mesma abrigava.



Figura 22: Vista da Reserva Técnica do Museu Municipal (Arquivo Pessoal Cristina Dalmolin)

O trabalho realizado dentro do projeto denominado “Revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande” não conseguiu atingir todos os objetivos almejados, pelo fato de ter encontrado várias barreiras ao longo do percurso. Uma delas, inclusive a de suma importância, foi a ausência de recursos públicos para que o projeto pudesse ser concretizado de fato.

A busca pela Revitalização contou com a ajuda da arquiteta da Prefeitura Municipal de Pinhal Grande, Ana Paula Dalmolin, que montou todo um planejamento arquitetônico para a nova exposição; tendo como finalidade agregar a diversidade cultural existente no meio. O projeto pode ser conferido, na íntegra, nos anexos. Esse planejamento foi encaminhado para o “Edital Modernização de Museus” do Ministério da Cultura, mas acabou não obtendo sucesso pela falta de empenho e também de apoio por parte dos líderes políticos. Além do projeto enviado para o edital de Modernização de Museus, igualmente foi solicitado o apoio do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, mas ainda não se obteve resposta.

O planejamento da nova exposição previa a construção de painéis temáticos que pudessem contar um pouco da história do município de Pinhal Grande. O primeiro painel era referente à história indígena, buscando expor os materiais arqueológicos encontrados no lugar

e resgatar um pouco do período histórico da ocupação de indígenas em terras pinhal-grandenses. O próximo expositor faria referência ao tropeirismo e a formação das quatro fazendas que deram origem ao município de Pinhal Grande, exaltando toda a questão econômica que girou em torno da criação do gado.

Após o período do tropeirismo, se destacaria a chegada dos imigrantes italianos, bem como o estabelecimento das colônias com o cultivo de culturas diversificadas. As peças iriam afirmar a forte ligação do colono com a terra, para isso seriam utilizados utensílios de trabalho que, na maioria das vezes, o próprio imigrante fabricava. O ambiente que se desenvolveu em torno da culinária e da preservação de alguns pratos tradicionais ganharia um lugar de destaque.

A religiosidade seria contemplada em um painel com a finalidade de relatar as festividades religiosas, o culto as madonas e aos santos padroeiros e também a história da construção da Igreja Matriz São José. Ademais, seria agregado o maior número possível de imagens das festas religiosas, dos casamentos, enfim dos eventos típicos do município. Como fechamento dos painéis, contariam com informações referentes ao comércio da época, evidenciando a sua evolução, e utilizando para isso algumas das várias peças que o Museu guarda.

Esse planejamento de uma nova exposição procurou considerar a gama de elementos que o espaço Museu abriga. Ele foi construído com o intuito de garantir a conservação e preservação das peças e, ao mesmo tempo, buscou proporcionar um espaço de interação e de conhecimento para ser utilizado pelas escolas como uma ferramenta de aprendizado sobre a história do município de Pinhal Grande.

3.2- O acervo fotográfico do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande

As fotografias estão presentes na vida cotidiana tanto em eventos públicos quanto em eventos particulares ou privados; sua invenção pode ser nominada ao fotógrafo Nicéptor Niépce. Ela surgiu com o objetivo principal de registrar o momento, tornando-o eterno. Dessa forma, a foto é capaz de instigar a memória e a lembrança de determinado acontecimento.

Pode-se salientar que as fotografias são diferentes de retratos pintados, pois estes, como gênero artístico, obedeciam a um sistema de convenções carregado de sentidos simbólicos. O objetivo destas convenções era representar um modelo ideal, utilizando as

melhores roupas; os objetos colocados junto aos modelos inspiravam ares teatrais. Portanto, os “retratos pintados ou fotografados registram não tanto a realidade social, mas as ilusões sociais, não a vida comum, mas as performances especiais”⁸⁵, ainda proporcionavam evidências inestimáveis a qualquer interesse pela história das mentalidades.

Inicialmente, a fotografia passou a ser difundida através dos cartões postais, onde foi possível revelar várias cópias com uma única chapa. A partir do século XIX o retrato ganhou formas comerciais, visualizando a fotografia como meio de comunicação e expressão inserida na história. Foi Adolphe Disderi que registrou a invenção de realizar fotos simultaneamente na mesma chapa, obtendo pequenas imagens que podiam ser vendidas impressas em cartões, vindo a ser chamados de cartões postais. Essa proliferação foi possível devido ao baixo custo da técnica; além de ser capaz de confirmar laços de amizade, símbolo de status ou até mesmo ser utilizada como uma recordação.

No Brasil, em 1840 a fotografia se tornou conhecida por meio da demonstração de Louis Compere, na cidade do Rio de Janeiro. Os primeiros tempos da clientela retrataram a nobreza oficial e a elite agrária. Na segunda metade do século XX, a difusão da fotografia ocorreu em, praticamente, todas as camadas sociais.

No Rio Grande do Sul, o primeiro fotógrafo foi o arquiteto Roberto Offer. Já, Eduardo Temeoleon Zelony foi o fotógrafo amador que implantou um novo sistema de retratos em vidro. No ano de 1853, em Porto Alegre, Luiz Terragno inovou com um sistema que coloria as imagens para quem desejasse. A máquina que Terrango possuía também podia colorir imagens de grupos grandes, pois utilizava uma chapa inteira; além disso, produzia carimbos de fotografias.

A partir de 1860 a fotografia deixou de ser apenas privilégio da elite para ser popularizada. Os retratos se tornaram mais baratos devido à proliferação de fotógrafos que vendiam o seu trabalho. Nesse âmbito, os retratos de família foram os mais difundidos com o intuito de reforçar a coesão do grupo familiar e eternizar a sua permanência. Ainda, a imagem tinha a sua utilidade para comprovar o acontecimento de determinado fato. Segundo Aidê Campello Dill “a imaginação histórica tem por tarefa especial imaginar o passado, tornando-o objeto do pensamento”⁸⁶.

No século XIX a fotografia substituiu a pintura e proporcionou uma maior fidelidade do que era retratado. Assim, a foto foi capaz de identificar lembranças de infância e da vida

⁸⁵ BRUKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. p.34.

⁸⁶ DILL, Aidê Campello. **História e Fotografia – Fragmentos do passado**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009. p. 23.

cotidiana para realizar uma possível reconstrução de acontecimentos passados e vividos em períodos aproximados. Pode-se dizer que a fotografia perpetua o momento, tendo a tendência de valorizar os retratos de famílias.

Nos primeiros estúdios fotográficos não havia luz elétrica e as claraboias eram utilizadas no teto para promover a incidência da luz solar. Nessa época, ainda não tinha sido descoberto o flash, o que limitava a produção de fotos noturnas. O tempo de iluminação era o que caracteriza as fotos, as vestimentas igualmente seguiam um padrão, pois a fotografia era capaz de reproduzir as diferentes partes de uma cultura; a imagem concreta permitia a leitura dos casos individuais, informações preciosas de uma época.

No passado a utilização da câmera obscura fazia com que a imagem fosse graduada diretamente pela ação da luz sobre determinada superfície e sensibilizada quimicamente, era um fragmento do real. Desse modo, o homem, o tema e a técnica faziam parte dos componentes fundamentais dos processos destinados à produção de imagens de qualquer espécie. A partir de 1936 as câmeras móveis começaram a ser utilizadas com inovação no setor de iluminação. As fotografias eram produzidas em papel mate fosco, o que uniformiza os diversos tons de sépia e alterava alguns formatos originais.

Para Roland Barthes há três práticas no ato de fotografar: o fazer; o operador; e o espectador. O fato de tirar uma fotografia e revelá-la constitui um dos primeiros fundamentos do ato fotográfico, o encontro entre o fotógrafo e o fotografado. Destaca-se que a pose de uma imagem é algo que instiga o sentimento de autoestima. Assim, a correção da imagem abriu um leque de ação para amenizar as imperfeições do retrato, divulgando o belo.

Em outras palavras, a fotografia é o que exterioriza e o que silencia. Através dela é possível observar níveis de realidade, sentimentos, padrões de comportamento, normas sociais, conformismo ou rebeldia. Fotografar não deixa de ser um ritual, no qual as melhores roupas são postas e um cenário é montado para o fato.

Borris Kossoy acrescenta que a fotografia é um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções. Sua importância enquanto artefato de época repleto de informações, de arte e de técnica ainda não foi devidamente percebida: as múltiplas informações de seus conteúdos, enquanto meios de conhecimento, têm sido timidamente empregados no trabalho histórico⁸⁷.

Salienta-se que a fotografia funciona como um documento insubstituível cujo potencial deve ser explorado. As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e

⁸⁷ KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.p.28.

descoberta que prometem frutos na medida em que se tentam sistematizar suas informações, estabelecer as suas metodologias adequadas de pesquisa e análise para a dissipação de seus conteúdos e, por consequência da realidade que os originou.

As imagens visuais são portadoras daqueles elementos que se aproximam mais do sonho, da imaginação e das sensibilidades. Moldadas pelas configurações históricas e sociais de sua produção, suas intenções ultrapassam o desejado no momento de sua elaboração pelas múltiplas possibilidades que são oferecidas pelo ato de olhar. Como representações do real, as imagens visuais constroem hierarquias, visões de mundo, crenças e utopias e, neste sentido, podem constituir-se em fontes preciosas para a compreensão do passado⁸⁸.

É partindo dessa investigação que as fotos, que compõem o Acervo do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande, puderam ganhar vida, nomes foram identificados e informações relativas ao passado puderam ser desvendadas e compreendidas. Isso foi possível com a realização, no ano de 2009, de uma exposição com as fotos sem as identificações. Essa mostra aconteceu no Salão Paroquial São José durante o Café Colonial em benefício à Casa de Saúde São José. Este evento reuniu um grande público inclusive de pessoas idosas, as quais muito contribuíram para a identificação de parte dos personagens presentes nas fotos, bem como forneceram informações preciosas a respeito do fato registrado.

⁸⁸ POSSAMAI, Zita Rosane. **Fotografia, História e Vistas Urbanas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a12v27n2.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2010.p.02.



Figura 23: Cartaz da exposição realizada em julho de 2009 (Arquivo Prefeitura Municipal)



Figura 24: Senhoras identificando fotos antigas durante a mostra realizada no Salão Paroquial São José no ano de 2009 (Arquivo Pessoal Cristina Dalmolin)

Através dessas fotos, foi possível organizar uma gama considerável do acervo fotográfico do Museu. Tendo como base a análise das imagens do acervo, nos próximos itens, foi desenvolvida a antropologia visual por meio de algumas fotografias escolhidas. A antropologia é uma maneira encontrada de divulgar as informações que foram coletadas ao longo da pesquisa de mestrado para a produção da dissertação “A Revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande - RS” e obtenção do título de mestre em patrimônio cultural.

3.2.1 – Análise das fotos do acervo Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande

O Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande, objeto de estudo desta dissertação de mestrado, guarda um considerável acervo de fotos, em especial, das famílias de descendentes

de imigrantes italianos. Esses objetos têm a sua relevância pelo fato de permitir identificar alguns aspectos da época, bem como os modos de vida.

As fotografias foram divididas por temáticas, em que se priorizou fotos de casamento e fotos que continham famílias reunidas. A partir dessas observações foi viável realizar a coleta de informações relevantes a respeito da história do local, evidenciando os costumes, os modos de vestir e de porta-se, ou seja, padrões de comportamento adotados e difundidos na época como sendo ideais.

A imagem fotográfica tem significados evidentes, aparentes e latentes, é uma forma de comunicação instantânea. Os retratos de famílias, de 1890 a 1930, provenientes de diversas culturas; eram uma prática muito difundida que abrangia diferentes classes sociais, gerando uma padronização cultural. A fotografia permitiu que praticamente toda a pessoa fotografada pudesse se transformar num objeto-imagem ou numa série sucessiva de imagens, que mantém presentes momentos sucessivos da vida guardados na memória. Em outras palavras, a fotografia de família pode instigar a memória coletiva.

A lembrança pode ser despertada ao simples olhar a fotografia, cenas surgem e fazem com que determinado fato seja lembrado. A busca de uma identidade e de participação coletiva num grupo que às vezes continuam a existir, e em alguns casos se pulverizou pode ser alcançada através de um resgate das imagens produzidas. A foto é uma necessidade de reproduzir e fixar a experiência vivida, além disso, é capaz de eternizar o momento.

Os álbuns de família, que representam momentos felizes, podem ser classificados como representações, pelo fato de evidenciarem somente momentos felizes e suprimirem o sofrimento. Por meio da fotografia é possível reconstruir a trajetória de uma vida: batismo, 1ª comunhão, pais e irmãos, vizinhos, amores, entre outros. As fotos antigas trazem o culto da lembrança.

As fotos, geralmente, eram encomendadas aos profissionais do ofício ou por terceiros. A fotografia é um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica, desempenhando a função de auxiliar a história.

É relevante destacar que a fotografia é resultante de uma escolha, de uma ocasião, de um aspecto de relações da família que habitualmente vem afirmar a continuidade e a integração do grupo doméstico. A maioria delas representa grupos de pessoas e muitas incluem crianças, ou diversas gerações, captando a imagem da linhagem, às vezes, com grande solenidade.

De acordo com Borris Kossoy: “a imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e de morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos”⁸⁹.

A fotografia é uma representação plástica, individualmente incorporada ao seu suporte e resultante dos procedimentos tecnológicos que a materializaram; a reprodução é uma fonte secundária. O objeto - imagem originou um objeto museológico. Portanto, toda a fotografia representa uma interpretação do tempo em relação à vida. Logo, na figura 25 pode ser visualizado um retrato de família.



Figura 25: Familiares de Pierina Rigon Bellé (Arquivo Museu Municipal)

A fotografia da família de Pierina Rigon Bellé foi tirada no ano de 1927 num ambiente externo. É perceptível visualizar que o cenário montado era improvisado com um pano preto, utilizado ao fundo. Pode-se perceber que os mais velhos estão sentados: a senhora está de vestido e cabelo preso e; o senhor está de terno e com relógio de bolso. Os senhores estão

⁸⁹ KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.p.37.

todos alinhados com o uso de ternos. As mulheres, geralmente, utilizavam cabelos presos, vestidos com aventais por cima. A sobriedade era o que permeava na encenação do retrato.

É importante salientar que toda a fotografia tem nela uma história que a situa em três estágios: primeiro a intenção que ela existisse; segundo o ato do registro, a materialização da fotografia e; terceiro os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que as salvaram⁹⁰. A imagem torna possível eternizar um fato; é um objeto de pesquisa. O artefato fotográfico, através da matéria e de sua expressão constitui uma fonte histórica.



Figura 26: José Batistella em uma festa de casamento (Arquivo Museu Municipal)

A fotografia, figura 26, é de um casamento realizado na década de 40. José Batistella tinha uma casa comercial de secos e molhados, localizada no bairro Limeira. Na foto do casamento estão os parentes de José Batistella, onde toda a família foi reunida para tirar o

⁹⁰ KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.p.45.

retrato. A fotografia foi confeccionada num ambiente externo, isto é, ao ar livre e no horário de considerável incidência da luz solar. Pode-se acrescentar que a família numerosa constitui uma constante, com um leve declínio na atualidade: filhos significavam, então, braços para a lavoura⁹¹.

Analisando a imagem, pode-se perceber que as pessoas mais idosas ficavam posicionadas a frente. As mulheres usavam saias ou vestidos e, o cabelo era preso e, ainda algumas delas, faziam o uso de chapéus decorados. Os homens vestiam ternos, sendo que cor preta predominava. Evidencia-se que os homens aderentes do bigode simbolizavam que seu estado civil era de casado, de uma pessoa com responsabilidades. As crianças apareciam muito nos retratos, os meninos usavam calças com suspensórios e; as meninas vestidos.

É imprescindível salientar que as vestimentas acompanharam a transformação da fotografia. Nos primeiros tempos as pessoas cobriam-se de folhas e depois com de peles de animais, pois passaram a cobrir o corpo pela necessidade de proteção. Na antiguidade oriental os sumerianos usavam saíões de peles; mais tarde veio o tecido de algodão, além da lã, linho e seda. Na Europa feudal a roupa foi um diferencial social tanto pela quantidade de tecidos quanto pelos ornamentos.

O intercâmbio cultural dos séculos XIV e XV, ocorrido entre o ocidente e o oriente, influenciou o tecido e a indumentária. O estilo romântico da Idade Moderna: Veneza, Florença, Milão, Gênova criaram tecidos de primeira qualidade: brocados, veludos, cetins e sedas. O Renascimento promoveu um período de transformação e o Iluminismo privilegiou valores ornamentais, decorativos, a opulência e o luxo foram contemplados pela moda. Já na Revolução Francesa o conforto e a praticidade dominaram a moda. E, no século XIX foi à vez da sobriedade ganhar as ruas.

Durante o século XX, no período que antecedeu a 1ª Guerra Mundial, o progresso permeava na Europa. A chamada Belle Époque dominava com muito luxo e a extrema alegria de viver. Após a Grande Guerra, a mulher começou a trabalhar fora, assumindo postos de trabalho, anteriormente ocupados pelos homens; assim a roupa necessitou de mudanças a fim de garantir a praticidade e funcionalidade.

Na década de 20 se estruturou as bases para um novo modo de vestir. Em 1916, Gabrielle Coco Chanel inovou a moda feminina com estilo próprio. Na década de 30, o cetim sedoso e brilhoso valorizou os decotes. Na produção de fotos entre 1860 a 1910 predominou a decoração chamada de ilusória ou artificial com ricos cenários. A iluminação era natural,

⁹¹ COSTA, Rovílio. **A Antropologia Visual da Imigração Italiana**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.p.43.

fornecida pelas janelas postas ou ambientes externos. O plano de fundo dos cenários era quase opaco e tinha ou placas planas ou curvadas que rebatiam a luz. Com o passar dos tempos se agregou ao estúdio um local contendo a reprodução de uma paisagem, que foi utilizado como pano de fundo das fotografias.

O fotógrafo tem um papel fundamental na fotografia até o momento de sua materialização iconográfica, instrumento de materialização e investigação. A fotografia também é um objeto de pesquisa com artefatos representativos de diferentes períodos, estilos, tendências de certo momento histórico.

A fotografia guarda uma relação indivisível entre matéria e expressão acerca de um fragmento da realidade passada, registrada visualmente através de procedimentos técnicos específicos. A imagem fotográfica é um meio de conhecimento pelo qual visualizamos microcenários do passado. Porém, a fotografia não dispensa documentos escritos.



Figura 27: Pais de João Leonardi, vindos da Itália com os filhos e a esposa de João Leonardi (Arquivo Museu Municipal)

A imagem da família de João Leonardi representa uma típica família italiana. Segundo Rovílio Costa:

“A segurança familiar era centrada na posse da terra e na colheita abundante. A pequena propriedade em que foram constituídas as famílias de imigrantes marchou logo para o minifúndio, com o casamento dos filhos. É que na perspectiva do imigrante italiano estava em primeiro lugar a terra para trabalhar e organizar a própria família. Os filhos homens, ao casarem, deviam ter a sua terra. Muitas vezes era difícil compra-la, então dava-se ao filho uma parte da propriedade paterna, dando consequência ao retalhamento que se transformou no minifúndio, hoje bastante generalizado... A família numerosa, o destaque do pai, a ligação da mãe a educação e a típica rusticidade da vida rural aparecem claramente nesta primeira amostra fotográfica, referente à vida e organização familiar⁹²”.

Pode-se acrescentar que a ligação do imigrante com a terra era muito forte, pois era dela que tiravam o seu sustento. Ela ainda é considerada um patrimônio, por fazer parte da vida dos colonos e também ser um legado para as próximas gerações. Além disso, o amor ao trabalho é um dos grandes valores preservados pelas famílias italianas. O corte do trigo pode ser citado como exemplo de uma atividade que era capaz de reunir toda a família. A colheita do trigo se tornava uma festa, a qual mereceu até o registro fotográfico que pode ser visualizado logo abaixo⁹³.



Figura 28: Família de Louenço Rubin na colheita do trigo (Acervo Museu Municipal)

⁹² COSTA, Rovílio. **A Antropologia Visual da Imigração Italiana**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.p.43.

⁹³ IBID.p.153.

As palavras ou os depoimentos irão dar vida à foto. Nesse sentido, a história oral tem a sua relevância por revelar histórias de vida; no caso das histórias de vida das fotografias do acervo trabalhado foram questionadas junto a seus personagens. O retrato não consegue falar por si só, é preciso um conjunto de elementos, fontes variadas: documentação, história oral, para buscar desvendar as informações ali contidas.

Os retratos de família anônimos, isto é, os retratos não identificados permanecem como uma incógnita a ser descoberta. Os personagens não podem ser agregados na história, pelo fato de serem desconhecidos, são sujeitos ausentes. A fotografia anônima ao ser reconhecida ganha vida, passa a ter uma história.

Para Kossoy, detalhes aparentemente insignificantes devem ser considerados, pois em uma cena de rua algum elemento fora da área de interesse pode servir para a datação da fotografia como, por exemplo, edifícios em construção e cartazes afixados nos fundos da foto são capazes de trazer dados referentes a eventos ocorridos na época em que foi tirada a fotografia. Nos retratos, os indícios também podem ser reveladores do caráter dos retratados, especialmente, quando estes são fotografados sem que os saibam. Os retratos têm um caráter de ambiguidade, pois as pessoas podem representar um papel diante das câmaras, o que sugere uma outra investigação⁹⁴.

⁹⁴ KOSSOY, Borris. **Os Tempos da Fotografia - O Efêmero e o Perpétuo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.p.47.



Figura 29: Família não identificada (Arquivo Museu Municipal)

As análises mudam conforme o observador; interpretações variadas. Os fotografados utilizavam roupas de domingo, como forma de ostentar prosperidade. Havia uma ligação forte da fotografia de família com a casa: no jardim, na calçada, na varanda, geralmente no ambiente externo devido a falta de flashes, eram tiradas as fotos. Os estúdios funcionavam com o uso de claraboias e eram cheios de ornamentação. Era por necessidade descrever o que foi visto, sendo a fotografia sempre o registro de alguma coisa. Assim não olhamos apenas para uma foto, sempre olhamos para a relação entre ela e nós.

Para Borris Kossoy

A história da fotografia é centrada no estudo sistemático da fotografia em seu passado histórico: às causas que levaram ao seu advento em diferentes espaços numa mesma época, seu aperfeiçoamento técnico, sua adoção enquanto meio de informação e expressão, sua popularização e penetração nos diferentes setores da sociedade, sua expansão comercial e industrial, seu consumo e prática pelas diferentes classes sociais, sua evolução estética, tecnológica, sua abrangência temática, seus autores consagrados e anônimos. Além destes e outros temas, é de decisiva importância a reflexão acerca de usos e aplicações das imagens ao longo de sua história. Este é o objeto da história da fotografia⁹⁵.

⁹⁵ KOSOY, Borris. **Os Tempos da Fotografia - O Efêmero e o Perpétuo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.p.34.

O simples ato de olhar uma foto, por mais banal que ela seja, coloca o sujeito defronte a um objeto de conhecimento que o desafia à compreensão. O álbum, a coleção de retratos de família nos interroga silenciosamente. As fotos de famílias abastadas saíram do privado para o público, as quais legitimaram a sua condição dominante no momento em que foram divulgadas.

Deve-se ressaltar que a imagem tem a sua reprodutibilidade, cada vez mais aperfeiçoada, alterar as condições de sua interpretação. A fotografia é sempre a imagem de alguma coisa.

Fotografias limitam-se a ilustrar a análise verbal, sintetizam ou ampliam o que o texto escrito exprimiu. Fotografias devem ser consideradas pelos historiadores da mesma forma que outra prova qualquer, avaliando mensagens que podiam ser simples e óbvias ou complexas ou pouco claras. Nunca contém toda a verdade e muitas vezes se restringem a registrar aspectos visíveis, de matéria-prima a ser elaborada.

A maneira como cada comunidade é fotografada e se deixa fotografar pode desvendar importantes elementos de identificação. A fotografia é uma análise, que deixa de ser uma descrição para ser uma narrativa interrompida, imobilizada num quadro único.

Os instantâneos anônimos são fotos tiradas rapidamente, nunca olhamos apenas uma coisa, estamos sempre olhando para as relações entre as coisas e nós mesmos. O levantamento da produção: fotógrafo dela para depois investigar a situação, num terceiro momento construir séries ou sequências de fotografias de acordo com o problema estudado, com o local ou data. Conhecer o fotógrafo responsável pela foto possibilita um maior conhecimento a respeito das técnicas utilizadas e também das escolhas dos cenários para produzir os retratos.

Kossoy acrescenta que:

As imagens revelam o seu significado quando ultrapassamos sua barreira iconográfica; quando recuperamos as histórias que, em sua forma fragmentária, trazem implícitas. Através da fotografia aprendemos, recordamos, e sempre criamos novas realidades. Imagens técnicas e imagens mentais interagem entre si e fluem ininterruptamente num fascinante processo de criação/construção de realidades – e de ficções. São essas as viagens da mente: nossos filmes individuais, nossos sonhos, nossos segredos. Tal é a dinâmica fascinante da fotografia, que as pessoas, em geral, julgam estáticas. Através da fotografia dialogamos com o passado, somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão⁹⁶.

⁹⁶ Ibid.p.147.

As fotografias que compõem o acervo do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande foram, em sua grande totalidade, produzidas pelo fotógrafo Casimiro Barichello. Casimiro aprendeu a profissão na prática, era o único fotógrafo que, naqueles tempos, tinha no município, trabalhado por mais de dez anos nesse setor. Fotografava todos os eventos do lugar, inclusive casamentos, missas festivas e festas comunitárias. Ademais, fazia retratos de famílias em, principalmente, reuniões familiares ou no seu improvisado estúdio que era montado em sua residência.

Casimiro era conhecido pelos moradores como o fotógrafo que “cortava” as pessoas das fotos, ou melhor, não conseguia fazer o enquadramento do retrato, o que acaba excluindo alguma pessoa da foto ou até mesmo ficando sem aparecer a cabeça. Apesar desses percalços, foi graças a esse cidadão que hoje se tem fotos de um período passado. Essas fotografias eram mandadas revelar na cidade de Santa Maria.

Kossoy considera o resgate dos fotógrafos anônimos da história, algo necessário para a evolução dos estudos da fotografia, sua própria história, a memória histórica e fotográfica do país, contribuindo com novos dados para o conhecimento do passado. São muitos fatores que influenciaram para que os historiadores egessem quais os “melhores” fotógrafos ou mais afamados, como por exemplo, os fotógrafos mais próximos de personalidades, os contratados oficialmente para registrar obras públicas, aqueles cujos arquivos se encontram em bom estado de conservação, somando-se isso tudo ao conservadorismo dos historiadores. São juízos de valor, muito relativos, pois podem esses profissionais escolhidos ser os melhores, ou não, mas certamente não foram os únicos que documentaram o passado⁹⁷.

No acervo de fotos do Museu Municipal, dos registros feitos pelo senhor Barichello, o que mais se conseguiu identificar foram às fotografias de casamento. De acordo com Rovílio Costa, os registros matrimoniais do século passado se revestiam de maior requinte. Muitas vezes, os pares, antes do dia do casamento iam ao fotógrafo para suas poses que, no dia do casamento eram solenemente entregues aos familiares e amigos que participavam da festa⁹⁸.

⁹⁷ Ibid.p.67.

⁹⁸ COSTA, Rovílio. **A Antropologia Visual da Imigração Italiana**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.p.76.

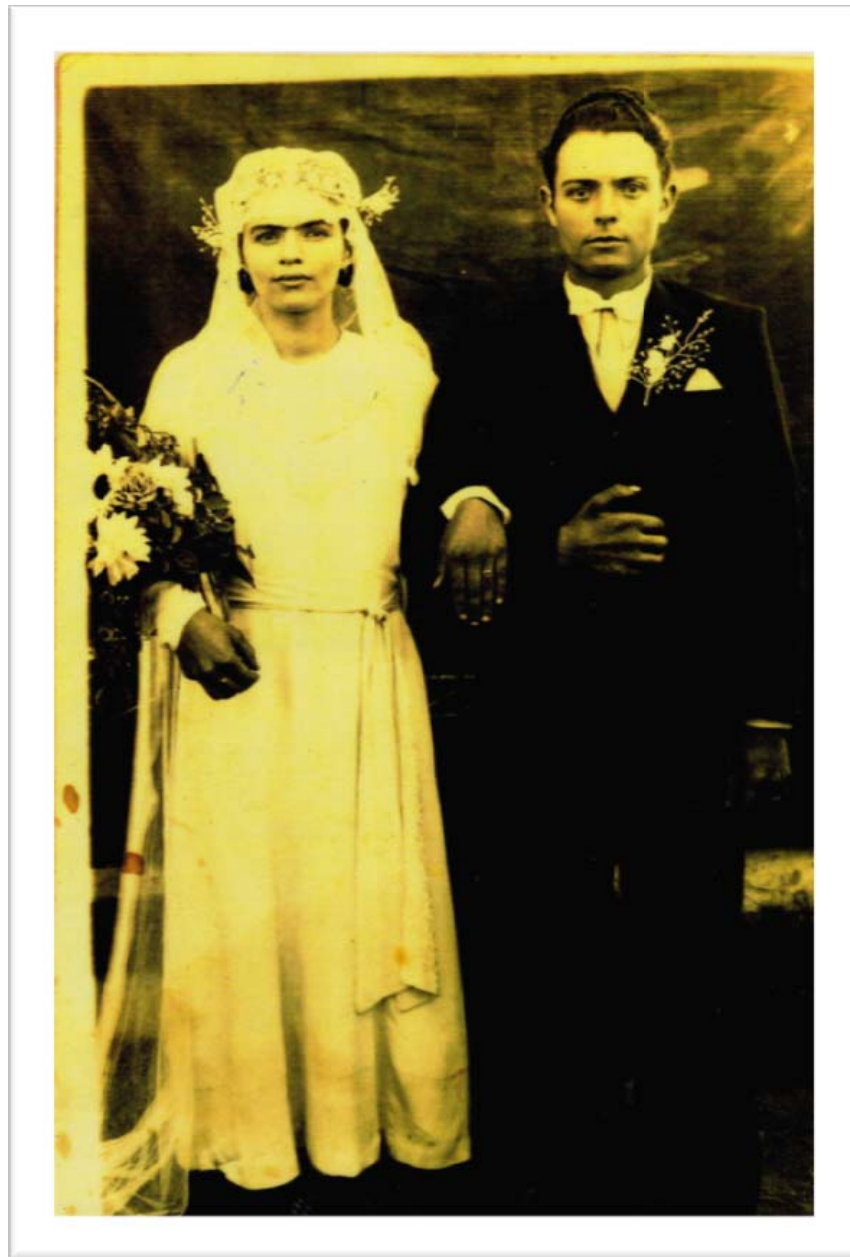


Figura 30: Retrato de Casamento de Albino Gardin e Olinda Stefanello (Arquivo Museu Municipal)

Os retratos de casamento eram reveladores da representação da família. As mulheres aderiam a uma postura rígida e de grande seriedade, com o passar da idade. A fotografia para os imigrantes tem o papel de propaganda, de ostentação ao vender uma imagem para os familiares que ficaram na terra natal. As fotografias captam aparências momentâneas e a narrativa será feita pelo fotógrafo e também pelo leitor visual.

Pode-se dizer que os retratos de casamento são capazes de tornar pública uma relação, servem de lembrança, mas também são ritos de passagem. Os ritos matrimoniais: o vestido de

noiva e o retrato compreendem significados e interdições tendentes a fixar na memória coletiva a lembrança da cerimônia com palavras e gestos estabelecidos pelos costumes.

O véu é uma constante que permanece até os dias atuais, símbolo de virgindade; a aliança, um círculo de ouro, uma figura sem fim indica a indissolubilidade do casamento, que representa um compromisso eterno. O casamento se mantém até hoje com ainda alguns rituais passados; a noiva continua sendo o centro das atenções⁹⁹.

Os retratos de casamento servem também de lembrança para os parentes distantes, são uma comprovação do ato e tornam a união pública. O casamento passou por várias mudanças de conceitos. A imigração objetivava a busca por uma vida melhor a fim de fugir da miséria. O sinônimo de bom partido era pertencer a uma família tradicional, o homem deveria ser trabalhador e a mulher ser dona de casa.

⁹⁹ LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família – Leitura da Fotografia Histórica**. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.p.112.

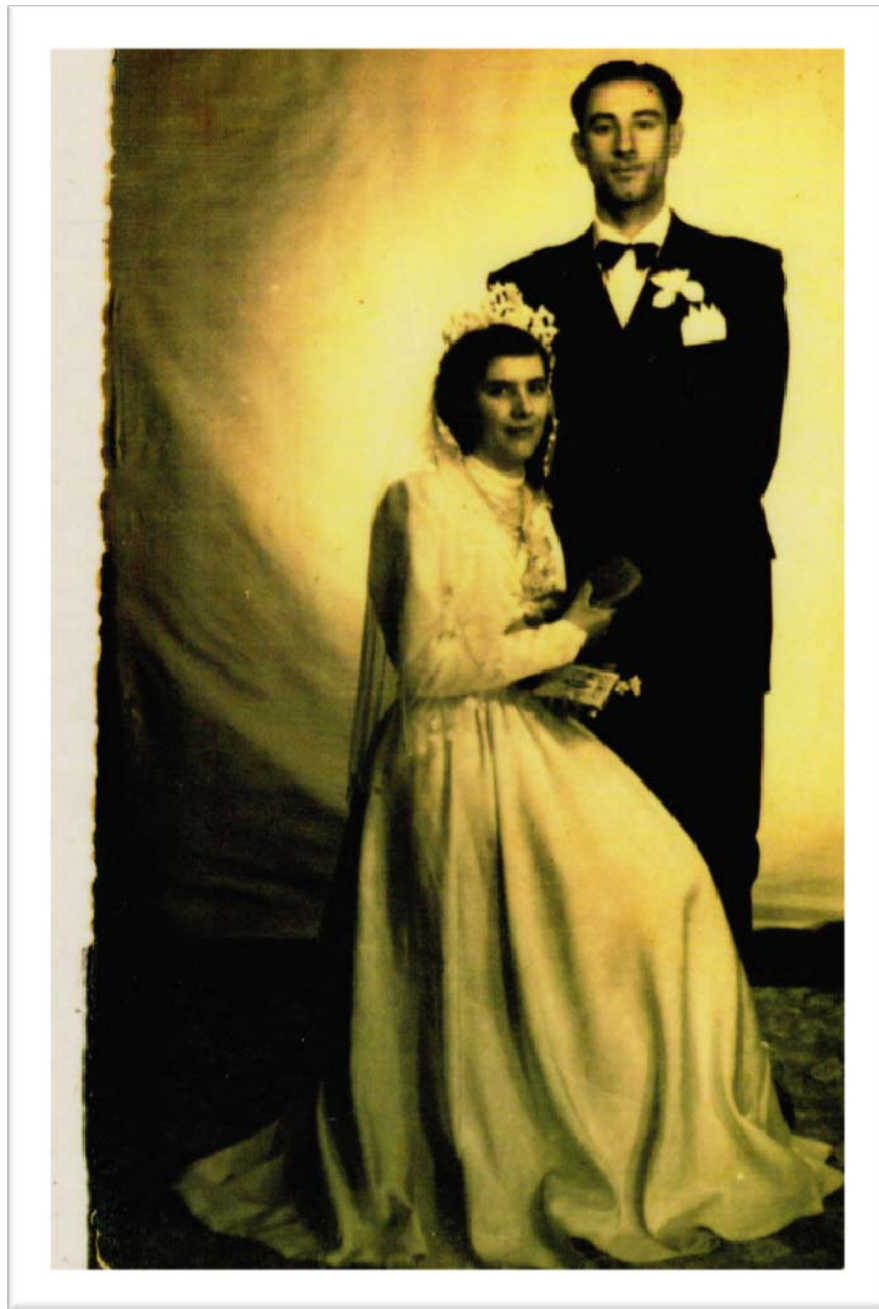


Figura 31: Retrato de Casamento não identificado (Arquivo Museu Municipal)

Na história oral as fotografias são um meio de reavivar a memória. Ainda, podem servir como textos projetivos, técnica desenvolvida na psicologia, fazendo com que as mesmas fotografias desencadeiem em lembranças e associações diferentes nos vários sujeitos da pesquisa.

O conhecimento da técnica fotográfica e da história da fotografia pode fornecer ao estudioso inúmeros parâmetros de identificação e análise, conhecimento prévio da realidade

da imagem para a sua compreensão da leitura fotográfica trabalhar com: mente humana e objetos, ações e a figura do mundo exterior.

A partir das informações elencadas, é possível dizer que os retratos de família são ligados aos ritos de passagem, marcam uma mudança da situação ou troca de categoria social, valor de culto. Ademais preservam uma forte ligação com o mundo privado, estudo da linguagem das figuras. Os retratos de família foram analisados como um conjunto de espaços interiores e exteriores, estruturados em torno de centros de condensação da intimidade. Dessa forma, as famílias se preparavam para tirar fotos com as melhores roupas, era uma espécie de representação para o retrato.

Conclui-se que acervo imagético tem uma importância cultural, devido ao seu poder de representação do passado e sua inegável relevância para a reconstituição dos fatos, cenários, semblantes e aspectos de outrora. Porém, sem esquecer que as imagens registradas pela câmera não possuem o caráter de realidade incontestável, pois são elas, frutos da criação do fotógrafo, ou de quem o contratou, e que a natureza indiciária da fotografia e o conhecimento do contexto histórico em que a imagem foi registrada podem desvendar o que está implícito, revelando ideologias, preconceitos e intenções que são frequentemente utilizadas para efeito de manipulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Pinhal Grande - RS, ao longo de sua constituição, abrigou vários povos, sendo que cada um deles deixou marcas na cultura do local. No início havia os indígenas, ou seja, caçadores-coletores que foram os primeiros habitantes em terras pinhal-grandenses, os quais deixaram traços de sua passagem no solo (pontas de projétil, talhadores e boleadeiras). Alguns objetos encontrados estão em estudo no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA).

A colonização portuguesa e espanhola também teve o seu período marcado pelo tropeirismo com a vinda de João Gonçalves Padilha, bem como a constituição das primeiras estâncias de criação de mulas e de gado. Foi à época da constituição de grandes fazendas: Fazenda Capão do Leão, onde hoje é a Comunidade da Medianeira; a Fazenda da Boa Vista que passou a ser chamada de Fazenda do Sobrado; Fazenda do Rincão da Várzea, área comprada por José Alves Valença; e a Fazenda das Palmeiras comprada por João Appel.

Estas quatro fazendas acabaram sendo desmembradas e vendidas. Uma parte da área foi comprada pelos irmãos Rubin, que abriram a firma Irmãos Rubin LTDA e venderam pequenos lotes para os descendentes de imigrantes italianos. Por sua vez, os imigrantes que se estabeleceram nessas terras eram, em sua maioria, originários de colônias próximas, sendo que o aumento da família fez com que buscassem novas terras para o cultivo.

A vinda dos imigrantes movimentou a região iniciando o cultivo das terras, anteriormente só ocupadas pelas mulas e pelo gado. A presença dos colonos fez com que surgisse um núcleo de sociabilidade com a construção de uma igreja ou uma capela e próximo a ela era erguida uma venda. Acrescenta-se que as relações sociais foram instituídas com a presença dos sacerdotes, os quais eram tidos como autoridade local.

É importante destacar que as tradições e costumes trazidos pelos imigrantes italianos ainda permanecem vivos no município, pois são revividos através das festas ou quermesses realizadas em homenagem a um santo ou a uma madona. As marcas também podem ser visualizadas nas práticas agrícolas com uma agricultura diversificada, conhecida hoje como agricultura familiar.

Além das práticas do cotidiano, há um significativo legado deixado pelos descendentes de imigrantes, em especial italianos, que se encontra no Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande. O Museu é uma instituição que abriga elementos de diferentes períodos históricos do município, os quais podem ser vistos e conhecidos pelos visitantes.

O Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande foi criado no dia 10 de março de 1999, pela lei municipal nº 589; tendo como finalidade: “salvaguardar os elementos da história, da fauna e da flora do Município, indumentárias dos povoadores e colonizadores pioneiros, bem como elementos e peças dos minerais extraídos do solo, além de peças de arte de qualquer origem”¹⁰⁰.

As peças que fazem parte do acervo Museu foram, em sua maioria, doadas pelos antigos moradores do local. Em 1999, foi realizada uma Gincana Cultural em que uma das tarefas era recolher objetos antigos. A maioria das doações recebidas foi de famílias descendentes de imigrantes de italianos. Essa Gincana foi o primeiro passo dado pela comunidade local para a criação de um Museu na cidade.

Os objetos que o Museu guarda podem ser classificados como: instrumentos de trabalho, utilizados pelos descendentes de imigrantes italianos; utensílios de cozinha; peças sacras; fotos, em especial, de família; objetos utilizados pelo comércio da época; peças pertencentes a cultura indígena.

Pode-se dizer que através do acervo doado, estão intrínsecas histórias de vida, modos de vivência de determinado grupo social, ou seja, suas memórias. Assim, a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, como um fenômeno construído coletivamente e submetido à flutuação, transformações e mudanças constantes.

Destaca-se que quando são deixados escritos, pinturas ou objetos, por exemplo, tais pessoas estão dando a disposição de gerações vindouras algo que tem a capacidade de durar mais tempo do que a existência de quem o fez, além de agregar valores históricos. O investimento em Museus reflete a necessidade de globalizar o conhecimento, valorizar a integração das diferenças culturais e facilitar o acesso às diversas culturas, em detrimento do fomento da produção local, baseada na raiz, na origem, na participação e na identificação de um povo com seus costumes e atitudes, na diversidade de suas manifestações culturais.

O projeto de Revitalização do Museu proposto tinha o intuito de construir formas de interação com o visitante, montando um ambiente capaz de agregar a diversidade cultural existente no local. Ademais, a Revitalização do Museu visa proteger esse legado cultural para as gerações futuras e também transformar essa instituição em um local reconhecido pela guarda e preservação da memória e da cultura de um povo.

Assim, o espaço destinado ao Museu não pode ser considerado um espaço adequado, que seja capaz de promover a preservação dos objetos, que o mesmo possui a guarda. Efetuar

¹⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. **Lei municipal nº 589**. Pinhal Grande, 1999.

o projeto de Revitalização do Museu Histórico Municipal é indispensável para que o Museu possa ter a sua exposição valorizada e divulgada para a comunidade local e regional, levando em conta a diversidade cultural existente.

Os princípios da nova museologia, nos quais a sustentação do Museu é visualizada dentro de um tripé: pesquisa, acervo e exposição devem nortear a nova organização. A nova exposição a ser construída deverá ser capaz de despertar a curiosidade e o interesse por parte do visitante em conhecer um pouco mais da história e da cultura local. Para isso, foi realizado um projeto técnico que contém informações a respeito de como será essa nova exposição, inclusive nos anexos foi disponibilizada a planta arquitetônica da exposição de longa duração.

A exposição, que foi projetada, busca construir formas de comunicação com o visitante, elaborando a contextualização das peças de acordo com o seu ambiente de origem. A construção de painéis com fotos e textos relativos à história e a cultura local fariam parte da exposição projetada. Essa revitalização objetiva proporcionar a toda comunidade o conhecimento de elementos culturais: história, saberes, costumes, por muitos desconhecidos ou esquecidos, bem como uma aproximação do espaço museu, hoje visto como uma instituição tão distante por muitos, como a população local.

É relevante salientar que o acervo das fotografias, que o Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande guarda, teria uma maior visibilidade no momento em que fosse utilizado nos painéis da exposição. Ainda, Zita Rosane Possamai acrescenta que as fotografias podem ser analisadas como imagens que apresentam um imenso potencial de investigação pela História, principalmente, por permitirem o contato com uma realidade passada – a qual não deixa de fazer referência através da sua representação¹⁰¹.

A proposta de trabalho ainda encontra-se em plano de estudo. Para ser posto em prática, o projeto precisa de investimentos financeiros; algo que deve ser buscado em outras instâncias. Pode-se acrescentar que a Revitalização do Museu continua sendo uma meta que não foi esquecida. Essas ações são primordiais para que o Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande possa ser visualizado como uma instituição capaz de promover os saberes, a cultura e também promover a interação com a comunidade que o cerca.

¹⁰¹ POSSAMAI, Zita Rosane. **Fotografia, História e Vistas Urbanas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a12v27n2.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2010.p.03.

BIBLIOGRAFIA

Acessibilidade/Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries; [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo:[Fundação] Vitae, 2005. Conservação de Coleções / Museums, Libraries and Archives council; [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae,2005.

AMADO, Janaína e FERREIRE, Marieta de Moraes (coords). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ANDERSON, 1989 apud GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc – IPHAN.

AREVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o Invisível Através do Concreto**. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm>. Acessado em julho de 2010.

BARICHELLO, Cesar Augusto. **Patrimônio Cultural Religioso e Negociação da identidade do Imigrante Italiano da Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins e Região Central do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas (SP): Papyrus, 2001.

BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BOSSI, Ecléia. **Memória e sociedade- lembrança de velhos**. Rio de Janeiro: Cia das letras, 1995.

BOUILHET, Henri; GIRAUDY, Daniele. **O museu e a vida**. Trad: Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

BRUKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem.** Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. **Lei municipal n° 589.** Pinhal Grande, 1999.

Censo do IBGE. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_ri_o_grande_do_sul.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: **Educação Patrimonial n°3 jan/fev de 2006.** IPHAN: Revista do IPHAN. Disponível em:

<<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=145>> Acesso 01. nov.2007.

CHAGAS, Mário. Há Uma Gota de Sangue Em Cada Museu: A Ótica Museológica De Mário De Andrade. In: **Cadernos de Sociomuseologia.** n° 13 Lisboa: ULTH, 1998. Disponível em:<<http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia-1-22/cadernos%/2013%20-1998.pdf>> Acesso 01 dez.2009.

CHAGAS, Mário de Souza. O Campo de Atuação da Museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia - Novos rumos da museologia.** n° 2, Lisboa: ULTH, 1994. Disponível em: <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%202%20-1994.pdf> Acesso em 01 dez. 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. Millôr Fernandes e a Nova Museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia – Novos Rumos da Museologia.** n° 2. Lisboa: ULTH, 1994. Disponível em:<http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2001%20-1993.pdf> Acesso em 01 dez. 2007.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia – Museus e políticas de Memória.** n° 19. Lisboa: ULTH, 2002. Disponível em: <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2019%20-%202002.pdf> Acesso em 01 dez. 2007.

CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus e Políticas de Memória. n°19 In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa: ULTH, 2002. Disponível em:<<http://cadernosociomuseologia.ulsofona.pt/Arquivo/sociomuseologia-1-22/cadernos%2019%20-%202002.pdf>> Acesso 10 dez. 2007.

CHAGAS, Mário. Só a antropofagia nos une: o poder devorador dos museus. In: **Revista do Patrimônio – Museus/Resenhas**. Disponível em:

< <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=186>> Acesso 15 de nov. 2007.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em maio de 2010.

COSTA, Firmino. Pinhal Grande: **Contribuição ao Estudo da História de Seu Município**. Pinhal Grande, RS: Casa de Cultura, 2007.

COSTA, Rovílio. **A Antropologia Visual da Imigração Italiana**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.

DAVIES, Stuart; Tradução: Maria Luiza Pacheco Fernandes. **Roteiros Práticos 1: Plano Diretor**. São Paulo: EDUSP; Fundação Vitae, 2001. (Série Museologia1).

Planejamento de Exposições / Museums and Galleries Commission; tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Vitae, 2001. – (Série Museologia, 2)

Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural/UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf.p.03>. Acesso em maio de 2010.

Decreto lei número 25 de 20 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:

<http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/patrimonio/Leis/Federais/Decreto-lei%20n25.pdf>. Acesso em maio de 2010.

DIAS, Guilherme. **Patrimônio da Cidade: Reflexos da Política de Proteção Nacional no Município de Santa Maria, RS.** 2009. 45f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

DILL, Aidê Campello. **História e Fotografia – Fragmentos do passado.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

Educação em Museus / Museums and Galleries Commission; tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001. –(Série Museologia, 3)

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc - IPHAN.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HORTA, Maria de Lurdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. Ciências & Letras, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras n. 27, jan/jun 2000. Porto Alegre: Fapa, 2000.

ICOM, Comitê. Declaração de Caracas 1992. In: **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo - documentos e depoimentos.** Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

ICOM, Comitê. Mesa-Redonda de Santiago do Chile – 1972. In: **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – documentos e depoimentos.** Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

ICOM, Comitê. Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, Rio de Janeiro - 1958. In: **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – documentos e depoimentos.** Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. **Os Tempos da Fotografia - O Efêmero e o Perpétuo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família – Leitura da Fotografia Histórica**. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LOUSADA, Ana Maria. Conservador e Museólogo: Abordagens e Conceitos. In: **Cadernos de Sociomuseologia – Sobre o Conceito de Museologia Social**. n°1. MOUTINHO, Mário Canova (org), Lisboa: ULTH, 1993. Disponível em:
<http://cadernosociomuseologia.ulsofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%201%20-1993.pdf> Acesso em 01 dez. 2007.

MAESTRI, Mário. **O Império: Da consolidação à crise do escravismo -1822-1889**. Passo Fundo: Ed da Universidade de Passo Fundo, 2005.

MAESTRI, Mário. **Os Senhores da Serra - a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-19140)**. Passo Fundo: Ed da Universidade de Passo Fundo, 2ª ed, 2000.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

NOSSA SENHORA APARECIDA. Disponível em:
<http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=12&mes=10>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. Disponível em:
<http://pjnsf.vilabol.uol.com.br/NSFatima.htm>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_Medianeira. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

NOSSA SENHORA DE SCHOENSTATT.

Disponível: http://capelansapiedade.vilabol.uol.com.br/Nsa_shoenstatt.htm. Acesso em 02 de janeiro de 2011.

Parâmetros para a Conservação de Acervos/ Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries; [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. – [São Paulo]: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, [2004].154 pp. – (Museologia. Roteiros práticos; 5).

POSSAMAI, Zita Rosane. **Fotografia, História e Vistas Urbanas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a12v27n2.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2010.

PRIMO, Judite. Apresentação. In: **Cadernos de Sociomuseologia – Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais**. n°15. Lisboa: ULTH, 1999. Disponível em: <http://cadernosociomuseologia.ulsofona.pt/Arquivo/sociomuseologia-1-22/cadernos%2015%20-1999.pdf>>Acesso 01 dez.2007.

QUEVEDO, Júlio. **História Compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. (Orgs.) **Santo Amaro – arqueologia e educação patrimonial**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

RAMOS, Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

SANTO ANDRÉ AVELINO. Disponível em: <http://www.cot.org.br/igreja/santo.php?id=424>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

SANTO ANTÃO. Disponível em:

<http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=17&mes=1>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada aos Museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SÃO BENEDITO. Disponível em:

<http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=16&mes=4>. Acesso em 02 de janeiro de 2011.

SÃO CRISTÓVÃO. Disponível em: http://www.cademeusanto.com.br/sao_cristovao.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

SÃO JOÃO BATISTA. Disponível em:

http://www.cademeusanto.com.br/sao_joao_batista.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

SÃO JOÃO MARIA VIANEI. Disponível em: <http://www.ffb.org.br>. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

SÃO JOSÉ. Disponível em: http://www.cademeusanto.com.br/sao_jose.htm. Acesso em 02 de janeiro de 2011.

SÃO JUDAS TADEU. Disponível: http://www.cademeusanto.com.br/sao_judas_thadeu.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

SÃO ROQUE. Disponível em: http://www.cademeusanto.com.br/sao_roque.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

SANTA TEREZINHA.

http://www.cademeusanto.com.br/santa_terezinha_do_menino_jesus.htm. Acesso em: 02 de janeiro de 2011.

SANTINI, Silvino. **A Imigração Esquecida**. Porto Alegre: Editora EST, 1986.

Segurança de Museus / Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries; tradução Maurício O. Santos, Patrícia Ceschi. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Vitae, 2003. – (Série Museologia: roteiros práticos; 4)

SOARES, André Luís Ramos. SANTA MARIA TEM PATRIMÔNIO? DISCUSSÕES A RESPEITO DO PODER E DA MEMÓRIA DA CIDADE. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, Iran (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

SPONCHIADO, Breno. **Imigração e Quarta Colônia: Pe. Luizinho e Nova Palma**. Santa Maria: UFSM, 1996.

STORCHI, Ceres. O espaço das exposições: o espetáculo da cultura nos museus. In: **Ciências e Letras - Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras**. n°31. Porto Alegre: Fapas, 2002.

SUANO, Marlene. **O Que É Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAMANINI, Elizabete. Descobrir, Coletar, Preservar – Aspectos da História dos Museus. In: **Cadernos do CEOM** – Ano 14. n° 12. Santa Catarina/Chapécó: junho/2000.

VARINE, Hugues de. O Ecomuseu. In: **Ciências e Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras**. n°31. Porto Alegre: Fapa, 2000.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Escrever e resistir: a literatura de descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. In: **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 – LEI Nº 589, DE 10 DE MARÇO DE 1999.

CRIA O MUSEU E O ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAURINDO GABRIEL HOPPE, Prefeito Municipal de Pinhal Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º- É criado o Museu e o Arquivo Municipal do Município de Pinhal Grande/RS.

**CAPÍTULO II
DO MUSEU
SEÇÃO I
DAS FINALIDADES**

Art. 2º- O Museu tem por finalidade salvaguardar os elementos da história, da fauna e da flora do Município, indumentárias dos povoadores e colonizadores pioneiros, bem como elementos e peças dos minerais extraídos do solo, além de peças de arte de qualquer origem.

**SEÇÃO II
DOS OBJETIVOS**

Art. 3º- São objetivos básicos do Museu:

- I- Pesquisar e contextualizar a história do Município de Pinhal Grande;
- II- Levantar, reunir e conservar os documentos históricos e culturais significativos;
- III- Divulgar o resultado da pesquisa, do levantamento e da coleta de documentos;
- IV- Promover a formação de uma consciência histórica e preservacionista.

SEÇÃO III DAS FUNÇÕES

Art. 4º- São funções do Museu:

- I- Realizar e incentivar trabalhos de estudo e pesquisa histórica do Município;
- II- Publicar e divulgar estudos de pesquisas realizados;
- III- Realizar intercâmbio científico de pesquisas e publicações;
- IV- Adquirir, colecionar, conservar, catalogar e expor sistematicamente seu acervo;
- V- Indicar, para aquisição, documentos que interessem ao acervo do Museu;
- VI- Estabelecer intercâmbio com museus e entidades congêneres, para a realização de exposições e outros trabalhos;
- VII- Organizar e promover conferências, seminários, cursos, ciclos de palestras e de estudos, encontros e debates de caráter histórico-cultural;
- VIII- Propiciar exposições de trabalhos de valor cultural, realizados por grupo de pessoas da comunidade;
- IX- Formar biblioteca especializada;
- X- Desenvolver e apoiar promoções culturais;

SEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º- Ao Museu compete:

- Realizar estudos e pesquisas necessárias à fundamentação das atividades do Museu;
- Proceder a classificação e catalogação dos documentos do acervo e manter atualizados os respectivos registros e fichários;
- Levantar documentos que devam integrar o acervo do Museu;
- Organizar e manter reserva técnica;
- Montar exposições;
- Coordenar e executar a circulação de exposições itinerantes.

CAPÍTULO III DO ARQUIVO HISTÓRICO

SEÇÃO I DAS FINALIDADES

Art. 6º- O Arquivo Histórico tem como finalidade básica a preservação do acervo documental produzidos e/ou recebido pela Administração Municipal, contribuindo para o resgate da Memória do Município de Pinhal Grande.

Parágrafo Único – São de interesse para o Arquivo Histórico os documentos de origem oficial produzidos e/ou recebidos pela Administração Municipal ou particulares, no Município, no Estado e no País, concernentes a lugares, acontecimentos, indivíduos e entidades relacionados à história do Município de Pinhal Grande.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS

Art. 7º- São objetivos do Arquivo Histórico:

- I- Recolher a documentação que já não possui valor primário, isto é valor administrativo, jurídico ou fiscal, mas serve como bem cultural rico em dados informativos e probatórios das ações administrativas ali registradas;
- II- Guardar ou custodiar a documentação de modo seguro e ordenado em grupos documentais, que possam ser localizados e utilizados em pesquisas ou consultas;
- III- Divulgar o acervo documental após a sua organização, colocando os documentos à disposição do pesquisador e comunidade em geral.

SEÇÃO III DAS FUNÇÕES

Art. 8º- São funções do Arquivo Histórico:

- I- Receber a documentação de valor permanente ou histórico, após identificação e análise dos documentos, seguindo um sistema coerente para que não sejam eliminados documentos de valor histórico/cultural;
- II- Preservar a documentação, mantendo intacta sua integridade física, utilizando equipamentos e materiais adequados e restaurando-a quando necessário;

- III- Organizar a documentação em unidades significativas, elaborando instrumentos de trabalho e meios de busca que tornem acessíveis o uso de séries documentais e proporcionem conhecimentos da natureza do conteúdo do acervo documental;
- IV- Servir ao administrador, ao pesquisador, aos cidadãos e aos demais usuários, colocando à sua disposição as séries ou documentos individuais necessários ao resgate de pesquisas, consultas ou informações.

SEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS

Art. 9º- Ao Arquivo Histórico compete:

- I- Definir diretrizes e políticas arquivísticas para o Poder Executivo e Legislativo do Município;
- II- Coordenar, acompanhar, executar e avaliar as políticas arquivísticas com objetivo de preservar a memória do Município;
- III- Executar outras atividades relacionadas à arquivísticas ou que lhe venham a ser atribuídas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º- A todos os setores compete participar do planejamento anual das atividades do Museu e do Arquivo Histórico do Município;

Art. 11º- Todos os integrantes do Museu e do Arquivo Histórico serão responsáveis, solidariamente, pela boa conservação do acervo e pelo bom funcionamento do órgão.

Art. 12º- É vedado o empréstimo de documentos do acervo do Museu e Arquivo Histórico.

Art. 13º- O Museu e Arquivo Histórico do Município integrarão a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, e contará com recursos e instalações colocados à sua disposição, através de consignação orçamentária ou créditos especiais, à medida que venha a ser implantado.

Art. 14º- O Museu e Arquivo Histórico estará aberto à visitação pública de segunda à sexta-feira no horário determinado pelo secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

Art. 15º- O Poder Executivo Municipal aprovará por Decreto o Regimento Interno do Museu e Arquivo Histórico Municipal no prazo de cento e vinte dias.

Art. 16º- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 17º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 18º- Esta Lei entrará em vigo na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE, 10 de março de 1999.

ANEXO 2: GINCANA CULTURAL PINHAL-GRANDENSE

OBJETIVO:

Reconstruir a história dos nossos antepassados e colonizadores que, com orgulho construíram o “PINHAL GRANDE”, com a esperança de fazer desenvolver sua Terra.

JUSTIFICATIVA:

Integrar a comunidade para reconstruir a memória ORAL, DOCUMENTAL E INSTRUMENTAL de nossa/comunidade, que constitui hoje, um avanço cultural.

Pois a história é parte da vida de todas as pessoas e tal reconstrução privilegia os habitantes de nosso município, principalmente quando são preocupados e interessados com a existência humana.

PARTICIPANTES:

- Escolas Estaduais e Municipais;
- Grupo da 3ª Idade;
- CTG;
- Grupo de Jovens;
- Entidades Esportivas;
- Outras Equipes;

ABRANGÊNCIA:

A presente Gincana, limita-se à integrantes do município de Pinhal Grande.

O QUE DEVERÁ SER RESGATADO?

*Fotos Antigas: prédios, ruas, paisagens, festas religiosas, familiares e comunitárias e outras...

*Objetos: diversos;

*Livros: didáticos, romances, religiosos, revistas, cadernos de preferência anterior a 1950;

*Documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de óbito, carteira de trabalho, carteira de identidade, escrituras e mapas antigos e outros documentos;

*História e Anedotas: contadas pelos nossos antepassados;

REGULAMENTO

As equipes podem ser organizadas de números diferentes entre si.

-Cada equipe deverá ter um coordenador que será intermediário para esclarecer às dúvidas quando necessário e comunicar-se com o grupo organizador da gincana.

-As equipes deverão ter um nome Fantasia, e entregar a comissão organizadora dez dias após a abertura oficial da gincana, devidamente com o formulário preenchido.

-As inscrições deverão ser entregues no Museu Municipal de Pinhal Grande, na rua XV de novembro nº 587, das 08h30min as 11h30min e das 13h30min as 17h00, todos os dias de segunda a sexta-feira.

-Cada equipe deverá apresentar no mínimo um item de cada artigo citado, anteriormente, para ser classificada.

-Cada artigo apresentado tem o valor de 0 a 20 pontos, somando os cinco artigos a um total de 100 pontos em cada item.

-A pontuação terá soma indeterminada de acordo com o número de artigos apresentados.

-Cada artigo apresentado, deverá ser catalogado e explicado por escrito, sua procedência e uma pequena história.

-Quando fotografias, deverá ser identificada quando tiver pessoas, sempre levando em consideração da esquerda para a direita e as demais escrever um pequeno histórico identificando.

-Não deverá ser escrito no verso da foto, em sim numa folha que deverá ser fixada por um clipe.

-As fotografias, após o término da gincana, serão devolvidas para a equipe no prazo de trinta dias após a data da entrega.

Ao coordenador da equipe deverá retirá-las com um dos organizadores da gincana, no endereço citado anteriormente.

- Os livros e documentos e objetos devem acompanhar um histórico especificando os mesmos serão doados ou emprestados por um prazo ao Museu Municipal, onde ficarão expostos.

A história e anedotas deverão ser com letra de forma ou datilografada em uma só via.

Deverá constar o nome do autor, e o nome da pessoa que contou a mesma.

-A história ou anedota são apresentadas pelas equipes de forma escrita, baseadas em fatos. Para estas serão avaliadas a criatividade e a capacidade de organização da ideia.

-Todo o material, apresentado para a prova, tem que estar legível e possuir bom estado de conservação.

-Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela comissão organizadora.

DAS INSCRIÇÕES

-As inscrições serão recebidas no Museu Municipal.

A partir de.....a.....último dia de inscrição.

DOS RECEBIMENTOS

-Os objetos, fotografias, documentos serão recebidos no Museu Municipal de segunda a sexta-feira, no horário citado anteriormente.

DA AVALIAÇÃO

-Será constituída uma equipe responsável pela avaliação dos artigos citados anteriormente.

DA DIVULGAÇÃO

Local

DA PREMIAÇÃO

ANEXO 3: PROJETO MODERNIZAÇÃO DO MUSEU

**MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO, FOMENTO E ECONOMIA DOS MUSEUS**

**Edital
Modernização de
Museus
2009/2010**

SOLICITAÇÃO DE APOIO

MECANISMO DE APOIO

| | |
|-------------------------------------|-------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Edital Modernização de Museus |
|-------------------------------------|-------------------------------|

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título:

- () O município tem até 50.000 habitantes
- () O município ou estado está localizado nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, ou da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM ou na Região Centro-Oeste.
- () O município ou estado está localizado nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.
- () O museu está cadastrado no Cadastro Nacional de Museus.
- () O museu fez a adesão ao SBM

Área(s) da instituição que serão beneficiadas pelo Projeto:

- () Arquivo; () Biblioteca; () Laboratório de Restauro; () Sala de Conservação/higienização;
() Reserva Técnica; () Sala de Atividades Educativas; () Salas expositivas; () Auditório;
() Recepção; () Loja do Museu; () Outras Instalações: (*especificar*)

Localidade:

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

De Direito Público

Esfera administrativa: Federal Estadual Municipal

Administração: Direta Indireta

De direito privado sem fins lucrativos de natureza cultural

Entidade: Prefeitura Municipal de Pinhal Grande

CNPJ: 94444346/0001-22

Endereço: Avenida Integração, nº 2691

Município: Pinhal Grande

UF: RS

CEP: 98150-000

Telefone: (55) 32781135

Fax: (55) 32781135

Endereço Eletrônico (informar E-mail que será usado para fins de comunicação do IBRAM com o proponente):
culttur@yahoo.com.br

Dirigente (representante legal da instituição proponente):

C.P.F. 500215910-91

Selmar Roque Durigon

C.I. Órgão Expedidor: SSP/RS

Cargo: Vice – Prefeito

Matrícula: 1066

Função: Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Endereço residencial: Bairro Limeira

Cidade: Pinhal Grande

UF: RS

CEP: 98150-000

3.OBJETIVOS

Objetivo geral: A Revitalização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande

Objetivos específicos:

- Adaptar um espaço do museu para fazer a higienização dos objetos;
- Adquirir materiais necessários para limpeza e a conservação do acervo;
- Fazer a limpeza dos objetos, bem como a sua guarda, com a finalidade de conservar o acervo para as gerações futuras;
- Adaptar a reserva técnica do museu de forma que os objetos sejam acondicionados de maneira adequada;
- Mobilier a reserva técnica com estantes de aço, proporcionado assim um espaço para acondicionar o acervo que, atualmente, não possui um local apropriado para ser guardado; o que está acelerando a sua deterioração;
- Revitalizar o espaço expositivo do museu, de maneira que sejam sanados os problemas de infiltração e de excesso de umidade que o local apresenta;
- Instalar um sistema de climatização a fim de tornar o ambiente adequado para a conservação e preservação do acervo;
- Contratação de profissionais para a elaboração do projeto para a execução de obras e serviços da nova exposição;
- Contratação de uma consultoria para a elaboração do projeto museográfico da nova exposição a ser organizada;
- Mobilier o espaço expositivo do museu com vitrines e painéis feitos com chapa de MDF, proporcionando a segurança dos objetos e também dos visitantes;
- Modificar o sistema de iluminação da exposição, considerando que a luz direta sobre o objeto pode acelerar o seu processo de deterioração;
- Adaptar o espaço expositivo para que o mesmo seja um local que abranja a diversidade cultural e possa ser visto como um meio de fruição;
- Promover, através do espaço expositivo, a divulgação da história e da cultura local e regional;
- Adquirir guarda-volumes, onde os visitantes possam deixar seus pertences antes de entrarem na exposição;
- Adquirir uma câmera digital e um gravador digital para fazer o registro do acervo e pesquisas de campo que venham a somar com a exposição;
- Equipar o museu com um notebook e uma impressora, facilitando as ações de pesquisa e de registro do acervo;
- Promover através de palestras e encontros uma aproximação da comunidade com o museu;
- Divulgar o museu como um local responsável pela guarda e preservação do patrimônio local;
- Confeccionar materiais de divulgação do museu, atraindo assim um número maior de visitantes;
- Desenvolver um trabalho de ação educativa com os alunos, principalmente, da rede municipal e estadual de ensino fundamental, instituindo noções sobre a importância do conhecimento de nossas raízes culturais, do que nos foi legado pelas gerações passadas;

4.JUSTIFICATIVA

O município de Pinhal Grande está inserido na 4º Colônia de Imigração Italiana e faz parte da região central do estado do Rio Grande do Sul. Pinhal Grande possui uma população de aproximadamente 4.496 habitantes, sendo que em torno de 70% de sua população reside no meio rural. Sua economia gira em volta da produção agrícola, principalmente do cultivo do fumo, soja e feijão. Os investimentos, principalmente em infra-estrutura, no município dependem de recursos provindos do governo estadual e federal, uma vez que a arrecadação municipal não suporta sozinha tais gastos.

Já, os investimentos na área cultural, com uma abrangência e impacto maior, dependem exclusivamente da aquisição de recursos vindos de outras instâncias. Assim, o edital de modernização de museus surge como uma possibilidade que, em especial, os museus municipais têm de virem a serem contemplados com investimentos nas suas exposições e na guarda adequada de seus acervos.

A relevância desse projeto pode ser justificada na certeza de proporcionar uma mudança estrutural no museu, podendo assim investir em uma adaptação do local que possa garantir uma maior durabilidade do acervo, bem como a sua segurança e acessibilidade para o público visitante. Deve-se levar em conta que a maior parte do acervo do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande está sendo perdido devido à falta de uma estrutura adequada que possa abrigar melhor os seus objetos. A modernização do museu é indispensável para a preservação e permanência desta história para as gerações futuras.

Os investimentos no Museu são imprescindíveis para que o mesmo tenha, principalmente, a sua exposição valorizada e divulgada para a comunidade local e regional, levando em conta a diversidade cultural existente.

Para atender estes objetivos propostos é essencial a contratação de profissionais especializados que possam auxiliar na construção desse projeto. Desta forma, o recurso será aplicado de maneira adequada e o objetivo principal que é a conservação e preservação do acervo será alcançado.

Os princípios da nova museologia, onde a sustentação do museu é visualizada dentro de um tripé: pesquisa, acervo e exposição, nortearão a nova organização. A nova exposição a ser construída buscará ser capaz de despertar a curiosidade, o interesse por parte do visitante em conhecer um pouco mais da história e da cultura local.

A exposição a ser montada permitirá o estabelecimento formas de comunicação com o visitante, elaborando a contextualização das peças de acordo com o seu ambiente de origem, onde serão construídos painéis com fotos e textos relativos à história e a cultura local. Essa revitalização proporcionará a toda a comunidade em especial ao público estudantil, o conhecimento de elementos culturais: história, saberes, costumes, por muitos desconhecidos ou esquecidos, bem como uma aproximação do espaço museu, hoje visto como uma instituição tão distante pelos pinhal-grandenses.

Para a construção de um espaço expositivo que agregue todas as questões já elencadas, se faz necessário a aquisição de um mobiliário expositivo adequado ao espaço e aos objetos disponíveis no museu. Além disso, uma mobília planejada é capaz de proporcionar uma maior segurança para os objetos e também para os visitantes, além de aumentar o tempo de durabilidade e de conservação das peças, promovendo sua valorização.

Assim, a relevância de se realizar tal projeto se justifica na busca de transformar o museu em um espaço aberto ao diálogo com a sociedade, um espaço de trocas e, na compreensão de que é com o entendimento do passado que é possível refletir e entender a realidade presente e projetar um futuro melhor; onde a identidade e o patrimônio cultural possam ser preservados, valorizados e divulgados.

5. BENEFÍCIOS A SEREM PRODUZIDOS A PARTIR DA REALIZAÇÃO DO PROJETO.

O projeto de modernização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande tem o intuito de proporcionar a comunidade local o acesso aos meios de produção, fruição. A cultura deve ser vista como um serviço, onde a diversidade passa a ser interpretada como um valor, dessa forma a comunidade pode vir a se reconhecer e também se identificar através da exposição.

A exposição buscará ser capaz de agregar a cultura indígena, onde serão expostos imagens e objetos relativos aos primeiros habitantes do município, este conteúdo compreenderá o primeiro painel. Logo, a imigração italiana, presença marcante no local, será destacada na exposição, através do acervo de fotos e de objetos existentes no museu. A dedicação do imigrante ao trabalho, bem como seus costumes e tradições, ainda muito presentes no local, ganharão um espaço especial com fotos e textos explicativos. Ainda, a exposição também salientará o desenvolvimento da cidade, buscando dar visibilidade às pessoas comuns, que lutaram muito pelo crescimento do local.

A exposição proposta tem o intuito de contar um pouco da história do município de Pinhal Grande, levando em conta os anseios da comunidade local, que também irá participar e colaborar com esse processo com suas memórias e histórias de vida. O benefício inicial que este projeto produzirá será visualizado ainda nos primórdios de sua execução que é sensibilização da comunidade local para participar desse processo.

Uma vez tendo um museu modernizado, bem organizado e adaptado para receber os visitantes, este meio será muito útil e eficaz para as escolas. O local estará preparado para desenvolver ações educativas focadas, principalmente, ao público do ensino fundamental. Dessa forma, os estudantes poderão conhecer desde cedo um pouco mais sobre a história local, tornando-se cidadãos conscientes e críticos sobre a importância da preservação do nosso patrimônio cultural.

Os investimentos traçados pelo projeto objetivam preservar o acervo para as gerações futuras. O museu deve trabalhar com histórias de vida, assumindo o seu papel como um local de guarda e preservação das memórias. Ademais, o museu deve ser visto e atuar como um espaço dinâmico, aberto, um local de trocas de conhecimento, saberes e fazeres.

Ainda, o museu poderá ser novamente englobado em um roteiro turístico que está sendo desenvolvido no local, funcionando como ponto de referência aos turistas.

5.1 – Culturais

Desde os primórdios da humanidade, o homem vem buscando maneiras diferentes de superar a morte; pois o mesmo não sobrevive sem sonhos, sem ter uma ligação com o passado. Quando são deixados escritos, pinturas ou objetos, por exemplo, tais pessoas estão pondo a disposição de gerações vindouras algo que tem a capacidade de durar mais tempo da existência de quem o fez, além de agregar valores históricos. O investimento em museus reflete a necessidade de globalizar o conhecimento, valorizar a integração das diferenças culturais e facilitar o acesso às diversas culturas, em detrimento do fomento da produção local, baseada na raiz, na origem, na participação e na identificação de um povo com seus costumes e atitudes, na diversidade de suas manifestações culturais. A exposição a ser modificada buscará construir formas de interação com o visitante, montando um ambiente capaz de agregar a diversidade cultural existente no local. Ademais, a revitalização do museu possibilitará que esse legado cultural possa continuar disponível para as gerações futuras e, que essa instituição possa ser visualizada como um local responsável pela guarda e preservação da memória e da cultura de um povo.

5.2 - Sociais

Uma vez o museu estando estruturado, poderá desenvolver ações extra-muros, viabilizando atividades junto com a comunidade. Pode-se salientar que serão priorizadas ações educativas, principalmente, com alunos da rede municipal de ensino. A ação educativa deve ser entendida como toda a forma de atividade capaz de dinamizar a atuação do museu e enriquecer a vivência da comunidade em que está inserido. O principal potencial de um museu é, sem dúvidas, o seu acervo fixo, a exposição de longa duração e as temporárias que podem ser programadas paralelamente. A ação cultural deve ser capaz de propor a interação entre o sujeito (público do museu) e o objeto (obra/peça exposta), considerando seu histórico ou poético (processo de criação). Só será efetivada com a participação da comunidade; porque é este, justamente, seu principal objetivo: inserir o Museu na vida da comunidade.

Para envolver esse grupo será necessário estabelecer canais de diálogo com referido grupo, informando-o das possibilidades de viabilização das propostas (espaços e recursos disponíveis). O ponto de partida será ancorado no processo de divulgação. Essas ações serão desenvolvidas no museu, pois a comunidade também será chamada para colaborar com o projeto de modernização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande.

5.3 – Econômicos

A maior parte do público visitante é composta por estudantes, vindos das escolas, em especial, da rede municipal de ensino. Além da grande presença de estudantes, o museu recebe muitos turistas, onde a instituição foi englobada ao chamado roteiro turístico integrado, desenvolvido em toda a 4ª Colônia de Imigração Italiana no ano de 2005 e, que permanece em funcionamento até os dias atuais. Dessa forma, o museu é o “porto inicial de chegada” dos turistas ao município. O projeto de modernização do museu tem como meta estabelecer um plano de ação que beneficie a população do município e, ao mesmo tempo, funcione como um atrativo turístico. Atualmente, o espaço físico expositivo não apresenta condições ideais para receber os visitantes. Dessa forma, o projeto de modernização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande tem a pretensão de revitalizar esse espaço que apresenta um acervo tão rico, mas que, ao mesmo tempo, precisa urgentemente ter um local adequado para a sua guarda. Uma vez feitas todas as adaptações necessárias, o museu poderá oferecer um diferencial ao seu público, ou seja, será capaz de desenvolver ações que divulguem a instituição e ao mesmo tempo promovam a integração entre os munícipes. Ademais, tendo o museu modernizado poderá novamente ser ofertado e explorado como um produto turístico do local. Pode-se concluir que um bem cultural só será preservado se houver o reconhecimento, por parte da comunidade, de que tal bem lhe pertence e traduz uma parte de sua história.

A modernização do Museu Histórico Municipal de Pinhal Grande, uma vez realizada, irá permitir que as ações, principalmente, educativas, por hora já estabelecida no plano museológico, possam ser desenvolvidas dentro do espaço museu; espaço este visto como um meio capaz de proporcionar o conhecimento, a interação entre a exposição e os visitantes. Em relação à organização institucional, a modernização do museu irá funcionar como uma facilitadora para a realização das atividades, oferecendo condições ideais de trabalho e integração entre a equipe da instituição. Deve-se levar em conta que este projeto tem uma preocupação com as questões, de segurança tanto para o acervo quanto do pessoal técnico que irá trabalhar e do público visitante. Além disso, a nova organização do museu será capaz de proporcionar uma maior visibilidade a instituição, vindo a ser reconhecida como espaço responsável e comprometido com a preservação do patrimônio, da história e da memória local.

| 6. INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO MUSEOLÓGICA | |
|---|--|
| Nome da Instituição Museológica: | Museu e Arquivo Histórico Municipal de Pinhal Grande |
| Nome do diretor ou responsável legal: | Cristina Dalmolin |
| Endereço: | Avenida José Batistella, nº 650 |
| Bairro: | Limeira |
| Cidade/UF: | Pinhal Grande/RS |
| CEP: | 98150-000 |
| E-mail: | culttur@yahoo.com.br |
| Telefone: | 55-32781123 |
| Fax: | 55-32781135 |
| Natureza da instituição: | () Federal () Estadual (X) Municipal () Privada () Mista () Outra (especificar) |
| Horários de atendimento ao público: | 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00 |
| Recursos humanos do museu (quantificar e qualificar o pessoal que atua no museu): | Há a atuação de uma historiadora, de uma arquiteta e de uma auxiliar administrativa. |
| Características do acervo: | O acervo presente na instituição é composto por peças indígenas, objetos relacionados à imigração italiana, peças de origem sacra e por um vasto acervo de fotos relativas à história do município. |
| Principais atividades exercidas pela instituição: | No momento atual está sendo desenvolvido todo um trabalho de registro e catalogação do acervo e, devido aos altos índices de umidade e falta de adequação do espaço, o acervo necessita ser novamente higienizado e acomodado de forma correta. Porém, mesmo com todos os problemas estruturais, o museu continua recebendo os visitantes e buscando sempre fazer o máximo para melhor atendê-los. |
| Principais linhas de pesquisas de trabalho: | História da imigração italiana, história indígena e história oral, buscando fazer o resgate da memória e da identidade local. |
| Desenvolve alguma atividade sociocultural com a comunidade? Especificar | Apesar da precariedade que o local apresenta atualmente a instituição está desenvolvendo atividade sociocultural com os estudantes, através de visitas guiadas. |
| Possui programa de ação educativa? Especificar | Há um Programa de ação educativa estabelecido no plano museológico da instituição, mas o que está sendo desenvolvido é somente as visitas guiadas, que é o que a situação atual nos permite fazer. |

| | |
|----------------------------------|--------------------------------|
| Média de visitação anual: | 3.000 visitantes ao ano |
|----------------------------------|--------------------------------|

| 1- Metas | 2- Descrição das etapas/fases | 3- Unidade | 4- Quantidade | 5- Valor Unitário | 6- Valor Total | 7- Total da Meta |
|------------------------|--|--|--|--|---------------------------|---------------------------------------|
| Numere as Metas | DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, ACERVOS OU SERVIÇOS (Este último nos casos de CONTRAPARTIDA e até 30% do valor total solicitado ao concedente, ou seja, até 30% do somatório das metas 1 a 4) | Indique a unidade de medida de cada item da coluna 2 | Indique a quantidade de unidade de medida descrita na coluna 3 | Indique o preço de cada unidade de despesa | coluna 4 X coluna 5 | Indique a soma dos totais da coluna 6 |
| 1 | Adequação física do prédio | | | | | |
| 1.1 | Adaptação da sala de higienização, na área coberta existente | M ² | 11,44 | 276,22 | 3.160,00 | |
| 1.2 | Pintura das salas de higienização, exposição e reserva técnica | M ² | 302,00 | 8,09 | 2.443,18 | |
| 1.3 | Execução do forro de gesso | M ² | 61,63 | 60,41 | 3.723,06 | |
| 1.4 | Iluminação | un | 1 | 1.900,00 | 1.900,00 | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| TOTAL DA META 1 | | | | | | 11.226,24 |
| 2 | Aquisição de materiais para manutenção e preservação do acervo | | | | | |
| 2.1 | Materiais para higienização das peças | un | 1 | 10.000,00 | 10.000,00 | |
| 2.2 | Cuba de inox com tampo de granito e balcão de madeira | un | 1 | 1.600,00 | 1.600,00 | |
| 2.3 | Mesa de madeira com tampo de vidro | un | 1 | 850,00 | 850,00 | |
| 2.4 | Estantes de aço de 2,00x0,92x0,42 metros | un | 24 | 370,00 | 8.800,00 | |
| 2.5 | Notebook tela 14", HD 250 GB, processador duplo, 3 GB de memória ram, Webcam, sistema operacional windows | un | 1 | 2.500,00 | 2.500,00 | |
| 2.6 | Impressora laser color | un | 1 | 850,00 | 850,00 | |
| 2.7 | Câmera digital 10.3 MP, zoom óptico 3x, LCD 2,4 ", com cartão de memória 2GB, carregador com pilhas | un | 1 | 720,00 | 720,00 | |
| 2.8 | Guarda – volume de madeira | un | 1 | 2.000,00 | 2.000,00 | |
| 2.9 | Aquisição de condicionador de ar – 30.000 Btus, 220 V | un | 1 | 3.500,00 | 3.500,00 | |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|--|----------------|------|-----------|-----------|-------------------|
| TOTAL DA META 2 | | | | | | 30.820,00 |
| 3 | Montagem da exposição de longa duração | | | | | |
| 3.1 | Contratação de assessoria técnica | un | 1 | 10.000,00 | 10.000,00 | |
| 3.2 | Vitrinas em vidro montadas com cola U.V. | un | 28 | 714,29 | 20.000,00 | |
| 3.3 | Expositores de MDF com rodízio e acabamento em laka | un | 28 | 1.428,57 | 40.000,00 | |
| 3.4 | Impressão dos painéis adesivados. | M ² | 20 | 80,00 | 1.600,00 | |
| | | | | | | |
| TOTAL DA META 3 | | | | | | 71.600,00 |
| 4 | Material de Divulgação do Museu Municipal | | | | | |
| 4.1 | Folders e marcadores de páginas | un | 4000 | 2,50 | 10.000,00 | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| TOTAL DA META 4 | | | | | | 10.000,00 |
| 5 | CONTRAPARTIDA (2,5%) | | | | | |
| 5.1 | Construção da Identidade Visual e desenvolvimento dos painéis internos | un | 1 | 3.203,65 | 3.203,65 | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| TOTAL DA META 5 – CONTRAPARTIDA | | | | | | 3.091,15 |
| TOTAL DO PROJETO (somatório de 1 a 5) | | | | | | 126.737,39 |

| RESUMO GERAL DO ORÇAMENTO (Preencher de acordo com o que foi descrito nas planilhas) | | |
|---|--|----------------------------|
| META | DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES | CUSTO POR ATIVIDADE |
| 1 | Adequação física do prédio | 11.226,24 |
| 2 | Aquisição de materiais para manutenção e preservação do acervo | 30.820,00 |
| 3 | Montagem da exposição de longa duração | 71.600,00 |
| 4 | Material de Divulgação do Museu Municipal | 10.000,00 |
| VALOR SOLICITADO | | 123.646,24 |
| VALOR DA CONTRAPARTIDA (META 5) –2,5% | | 3.091,15 |
| VALOR DO PROJETO: (R\$) | | 126.737,39 |

| TERMO DE RESPONSABILIDADE | |
|---|---|
| P A R A T O D O S O S C A S O S | <p>Estou ciente que são de minha inteira responsabilidade as informações contidas no presente formulário relativo ao meu projeto, e que ao apresentá-lo este deve ser acompanhado dos documentos exigidos no edital, sem os quais a análise e a tramitação do projeto ficarão prejudicadas por minha exclusiva responsabilidade.</p> <p>Local/data: Pinhal Grande, 08 de fevereiro de 2010.</p> <p>Nome do proponente: Prefeitura Municipal de Pinhal Grande.</p> <p>Assinatura do responsável: _____ Selmar Roque Durigon Vice-Prefeito Municipal em Exercício</p> |